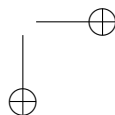
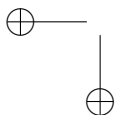
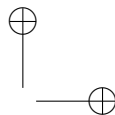
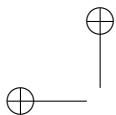


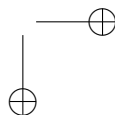
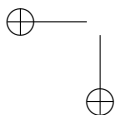
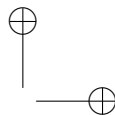
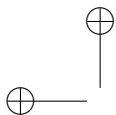
João Carlos Correia

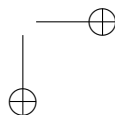
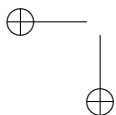
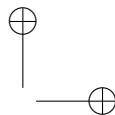
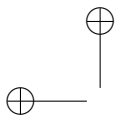
Teoria e Crítica do Discurso Noticioso

Notas
sobre
Jornalismo
e
Representações
Sociais

LabCom 2009





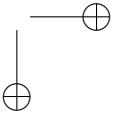
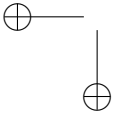


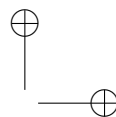
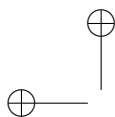


João Carlos Correia

Teoria e Crítica do Discurso Noticioso
Notas sobre Jornalismo e representações
sociais

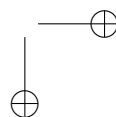
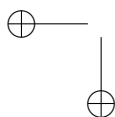
Universidade da Beira Interior
2009





Livros LabCom
www.livroslabcom.ubi.pt
Série: Estudos em Comunicação
Direcção: António Fidalgo
Design da Capa: Madalena Sena
Paginação: Marco Oliveira
Covilhã, 2009

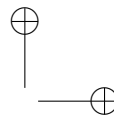
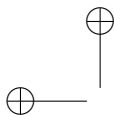
Depósito Legal: 288746/09
ISBN: 978-989-654-008-1



Conteúdo

1. O que é o Jornalismo? Uma reflexão teórica	3
1.1. A referência dos enunciados jornalísticos à actualidade e à relevância	5
1.2. O problema da actualidade	15
1.3. A verdade, a objectividade e a “seriedade” dos enunciados jornalísticos	18
1.3.1. O jornalismo e o contrato de leitura	24
1.3.2. Desvantagens da noção de contrato	29
1.3.3. Promessa e “seriedade”	30
1.3.4. O jornalismo como um enunciado “sério”	32
1.4. A natureza pública do enunciado jornalístico	34
1.5. O saber profissional dos enunciados jornalísticos: a objectividade e a identidade profissional	39
1.6. O problema da influência: a importância da abordagem sociocognitiva	42
2. A abordagem sociocognitiva e os processos de representação mediática	51
2.1. Fenomenologia e cognição	54
2.1.1. As tipificações no mundo da vida quotidiana	56
2.1.2. O conceito de realidades múltiplas	65
2.2. O <i>Frame</i>	68
2.2.1. O <i>frame</i> mediático	72

2.2.2.	O <i>frame</i> mediático: considerações teóricas e abordagens metodológicas	76
2.3.	Da fenomenologia aos estudos do discurso: ideologia e modelos mentais	78
2.3.1.	Ideologia	79
2.3.2.	Conhecimento social	81
2.3.3.	Conhecimento e ideologia	84
2.3.4.	O modelo mental	85
2.4.	Da análise fenomenológica à atitude crítica	86
2.5.	A análise crítica do discurso: o modelo estrutural de análise	93
3.	Identidade e a alteridade: conceitos e teorias	103
3.1.	A identidade como fenómeno relacional	106
3.2.	Identidades contemporâneas	110
3.3.	Racismo, discriminação e poder	114
3.4.	Media, cultura e identidade	119
3.5.	Portugal: identidade e alteridade	125
4.	Discurso e enquadramentos no Arrastão da Praia de Carcavelos	137
4.1.	O início do Arrastão	138
4.2.	Estratégia de enquadramento mediático	140
4.3.	Principais tópicos noticiosos	143
4.4.	Coerência local	152
4.5.	A controvérsia do Arrastão	164
5.	A construção social da realidade: por um modelo integrado	169
5.1.	Da atitude natural à atitude crítica: o papel da estranheza	171
5.2.	A pluralidade de realidades	176
5.3.	Estranheza e esfera pública	181
6.	Bibliografia	185



Introdução

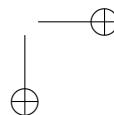
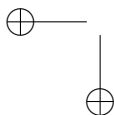
Neste trabalho, pretende-se abordar a relação entre o jornalismo e a construção social da realidade, de acordo com uma teoria integrada dos processos cognitivos, discursivos e comunicacionais. Para esse efeito, recorre-se a uma tentativa de estabelecimento de pontos de convergência teóricos e metodológicos entre dois campos.

Por um lado, recorre-se às abordagens que, sob influência da fenomenologia, analisam os processos de construção de sentido no mundo da vida (traduzindo-se metodologicamente no estudo de enquadramentos, tipificações e *scripts*), pondo em marcha uma teoria da comunicação aplicada aos *media* jornalísticos.

Por outro, considera-se a relevância do contributo da análise crítica do discurso, a qual entende a linguagem como uma prática cujas manifestações concretas ao nível simbólico podem ser analisadas estruturalmente no plano das suas relações com fenómenos e dinâmicas políticas, sociais e culturais como sejam a exclusão, a inclusão e o poder.

A palavra “crítica” tem duas conotações: remete, por um lado, para uma tradição das Humanidades e da Filosofia que rejeita o positivismo como uma análise empírica dos fenómenos como factos sobre os quais os sujeitos não têm qualquer possibilidade de intervenção nomeadamente no sentido de uma prática normativa; por outro lado, remete para um conhecimento do jornalismo e da notícia que não se limita às suas evidências nomeadamente as que resultam da sua aplicação técnica.

Para exemplificar a aplicação deste ponto de vista utilizam-se estu-



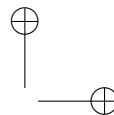
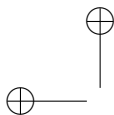
dos de caso relacionados com a representação jornalística de fenómenos de relacionamento com o outro, nomeadamente manifestações de racismo, xenofobia e estigmatização das minorias.

Os casos em análise dizem respeito a alguns episódios recentemente verificados em Portugal que indiciam um aumento deste tipo de fenómenos. Entre os episódios referidos contam-se a alegada existência de um assalto colectivo perpetrado por 500 jovens africanos na Praia de Carcavelos em 2005, noticiado pelos *media*, e posteriormente desmentido pela polícia num contexto de polémica acentuada.

Na investigação desenvolvida em torno deste caso, as representações mediáticas das identidades são um eixo que estrutura a pesquisa. Não são o eixo central do problema que se joga neste ensaio. Aqui apenas funciona como um elemento de teste às potencialidades de uma Teoria da Notícia que tenha em conta as dimensões social, discursiva e cognitiva.

Seguir-se-á, pois, o seguinte percurso:

- Primeiro, procede-se a um ensaio sobre o modelo teórico que se considera pertinente para abordar as relações entre jornalismo, discurso e conhecimento;
- Seguidamente, apresentam-se alguns conceitos centrais para a análise dos casos: identidade, xenofobia e racismo;
- Em terceiro lugar, procede-se de forma exemplificativa, e não necessariamente exaustiva, à detecção de estratégias discursivas e de processos de *framing* nas notícias em análise;
- Finalmente produzem-se algumas reflexões sobre as forças e debilidades desta abordagem, no plano teórico e metodológico.



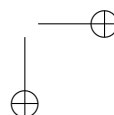
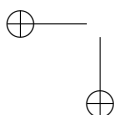
Capítulo 1

O que é o Jornalismo? Uma reflexão teórica

Os fenómenos ideológicos e políticos nas sociedades democráticas contemporâneas necessitam de reconhecimento para as pretensões de validade que lhe são implícitas. Este reconhecimento não pode ser alcançado sem alguma espécie de atribuição de visibilidade por parte dos *media*. Nos casos de estudo que adiante analisaremos, alguns interessantes fenómenos que convergem com a demonstração pontual de nacionalismo xenófóbico não seriam possíveis sem a intervenção dos *media*.

Este trabalho é sobre jornalismo, apontando para uma teoria e um método que se lhe aplique no que respeita à sua relação com o conhecimento. A busca dessa teoria justifica-se: há um conjunto de ideologias¹, valores, atitudes, tipificações que lhe são próprios e que são

¹Sobre o sentido da palavra ideologia haverá que avisar desde já que nos debruçaremos sobre ela para nos demarcarmos de uma parte da sua tradição, nomeadamente da sua ligação com o determinismo económico, enfatizando: a) a sua dimensão cognitiva; b) a sua natureza de conjunto de princípios axiomáticos que dizem respeito à regulação dos grupos sociais; c) sua demarcação em relação ao conhecimento social, o qual, ainda que negociado e obtido por consenso, é geralmente aceite: por exemplo, divergir sobre uma prática como *terrorista* ou como *martírio pela liberdade* não



estudados multidisciplinarmente por influência da linguística, de abordagens interdisciplinares da cognição e da teoria da comunicação, que têm uma relevância crescente em um mundo crescentemente mediatisado. Nesse sentido, fala-se de uma *teoria do jornalismo*.

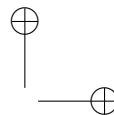
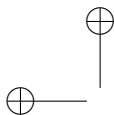
Isto desperta um problema relativamente conhecido. Como nem tudo o que vem no jornal é jornalismo, o uso do termo considera de modo mais claro e distinto os traços do jornalismo, como aquilo que se pratica sobretudo na notícia e na reportagem. Como afirma Moretzshon, “em rigor não há propriamente jornalismo, mas jornalisimos com formas, métodos e objectivos bem distintos entre si, de acordo com os propósitos de quem produz e do público a quem se destina”. Para resolver o problema, invoca o teórico brasileiro Adelmo Genro Filho para identificar o que esta chama de “jornalismo informativo, tradicionalmente entendido como modelo do próprio conceito de jornalismo” (Moretzshon, 2002). Apesar de a observação ser pertinente, sobram duas dúvidas:

- a) o que há de comum nas diversas formas de jornalismo que nos permite referir a todas como sendo “jornalismo”, apesar do uso do plural?
- b) porque um determinado tipo de jornalismo chamado informativo se transformou tradicionalmente em modelo do próprio conceito de jornalismo?

Sem pretender resolver-se definitivamente a questão, pode-se considerar que há ainda componentes do jornalismo noticioso que são partilhadas pelo jornalismo opinativo e editorialista e que podem ser detectados como comuns a todos os enunciados que se reclamam como jornalismo:

- a) Um enunciado (não científico) que se assume como verdadeiro – ou seja que apresenta e assume como tal e se refere a objectos, pessoas e estados de coisas do mundo;

impede que não haja conhecimento sobre o que é uma bomba e sobre o número de mortos.

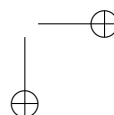
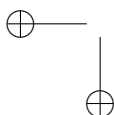


- b) Sériο no sentido em que John Searl atribui ao conceito, enquanto enunciado que tem um autor responsável pela sua verificabilidade;
- c) Actual, no sentido em que se refere a acontecimentos que ocorreram normalmente há pouco tempo e transportam alguma espécie de urgência no seu conhecimento;
- d) Relevante no sentido em que se repercute sobre o mundo da vida do leitor ou ouvinte, isto é, é um enunciado com consequências sobre o contexto;
- e) Público no triplo sentido:
 - 1. circula em espaços de acessibilidade em relação aos quais não existe habilitação prévia para a sua frequência;
 - 2. é considerado como possuindo um interesse colectivo;
 - 3. renega a ideia de segredo ou de sabedoria privada ou especializada, no sentido em que baseia a sua actividade na divulgação e na simplicidade dos enunciados;
- f) Produzido por profissões entendidas como legítimas para o desempenho de actividades consideradas adequadas à profissão.

1.1. A referência dos enunciados jornalísticos à actualidade e à relevância

O jornalismo refere-se a objectos, pessoas e estados de coisas do mundo que se identificam relevantes e actuais: actuais, no sentido em que se realizaram normalmente há pouco tempo e transportam alguma espécie de urgência no seu conhecimento; relevantes no sentido em que repercutem sobre o mundo da vida das audiências. Relevância e actualidade são noções complexas. Existem listagens bastante detalhadas sobre os critérios que fazem com que um determinado conjunto de

Livros LabCom

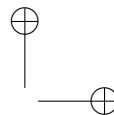
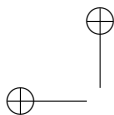


ocorrências e seus agentes sejam dignos de serem transformados em notícias: chamam-se critérios de noticiabilidade. Porém, o que significa ser actual e relevante? Uma notícia é um enunciado que dá que falar, diz Lorenzo Gómis (1991). O mesmo é dizer, a notícia é por natureza relevante. Porém, a questão que se coloca é a de saber quais os acontecimentos que são relevantes e actuais para poderem dar origem ao tipo de enunciado que designamos por notícia.

A actualidade parece ser um conceito simples de entender – a sua associação com o que é novo. Porém, no jornalismo, “um conteúdo é actual porque ele apresenta um sentido de relevância pública, ou seja compõe aquele leque seccionado de conteúdos que são reconhecidos pelos indivíduos como indispensáveis para participarem na vida social – as notícias falam dos factos que irão interferir no curso quotidiano da vida e de cujo conhecimento o indivíduo não pode (em tese) prescindir” (Franciscato in Mortezhon, 2002: 62). Dada a importância desta observação, importa começar por definir o que é relevante para depois deixar a actualidade no que respeita ao seu elemento mais óbvio: a relação com o tempo.

A noção de relevância proveniente da fenomenologia do mundo social diz respeito a uma consideração pragmática que orienta a presença do agente no mundo quotidiano, isto é com o que ele selecciona como importante para o seu curso de acção no mundo quotidiano.² Todavia existem várias formas de relevância. A selecção do curso de acção não significa apenas conhecer para agir, no sentido de obter a mera concretização de objectivos orientados por motivos “a fim de”. A atribuição de relevância inclui seleccionar os temas que lhe dizem

²Referimo-nos aqui à noção de relevância estabelecida por Alfred Schutz. A relevância diz respeito à atenção selectiva pelo qual estabelecemos os problemas a serem solucionados pelo nosso pensamento. Dito de outro modo “o mundo aparece em cada momento ao agente dado como estratificado em diferentes camadas de relevância, cada um dos quais requerendo um diferente grau de conhecimento” (Schutz, 1976: 93).



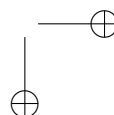
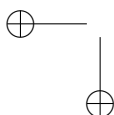
respeito, interpretá-los e, em muitos casos, certamente a maioria, usar os conhecimentos obtidos para realizar projectos de acção.

Quando analisamos detalhadamente a noção de relevância vemos que esta é uma qualidade que não emana directamente do acontecimento, como se o acontecimento se conseguisse isolar a si próprio como acontecimento. A relevância de um acontecimento é atribuída em função de contextos sociais e culturais.

Por exemplo, ao nível do mundo da vida quotidiano, a relevância das notícias sobre inflação, sobre a subida das taxas de juro à habitação ou sobre o preço dos alimentos parece incontestável. Porém, se olhar de um modo mais distante, pode achar-se que estes enunciados sobre temas de natureza económica só são relevantes numa cultura em que a posse de determinadas mercadorias ou bens é considerada relevante.

Outro exemplo: as notícias sobre a saúde parecem extraordinariamente relevantes sob o ponto de vista do nosso bem-estar individual. Porém, a superabundância de notícias sobre o tema não transforma a relevância destes enunciados sobre estes temas como algo de auto-evidente que se oferece a si mesmo em função de todos os tempos e de todos os lugares. Também são resultado de uma sociedade mais confortável, mais receosa da morte, mais obcecada com o prolongamento de uma certa cultura juvenil junto de segmentos de mercado que anteriormente se podiam considerar envelhecidos. Isto é, pode haver formações culturais em que a relevância destes temas seja menor. A verdade é que a importância destas notícias aumentou na medida em que a esperança de vida aumentou e, conseqüentemente, cresceu a necessidade de atender à necessidade de cuidados médicos de sectores da população cada vez mais envelhecidos.

Por outro lado, a definição de aquilo que nos diz respeito, de “aquilo que nos interessa” pode variar, de acordo com critérios sociocognitivos muito distintos. As camadas de relevância variam em função de interesses e do impacto que estes tenham na organização da cognição individual. Uma refeição desperta interesses diversos, consoante o comensal é simplesmente alguém com fome, um cozinheiro ou um gas-



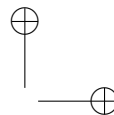
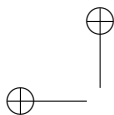
trónomo. O cliente com fome pode preocupar-se com as quantidades, o cozinheiro já quer saber como se faz o cozinhado, o gastrónomo pode refinar o seu interesse na busca cuidadosa de determinados paladares enquanto o antropólogo pode interessar-se pela significação de determinados ingredientes no contexto de uma determinada economia que reflecte opções culturais ainda mais abrangentes.

O interesse do agente nos vários elementos tem graus diferenciados e, por essa razão, ele não aspira a tomar conhecimento com eles com igual intensidade.

“O que ele pretende é obter um conhecimento graduado dos elementos relevantes, sendo o grau de conhecimento a que se aspira correlacionado com a sua relevância. Dito de outro modo, o mundo aparece-lhe em cada momento dado como estratificado em diferentes camadas de relevância, cada um dos quais requerendo um diferente grau de conhecimento” (Schutz, 1976: 93).

Por outro lado, os esquemas cognitivos que acompanham a relevância, também variam originando vários tipos de relevância. Schutz refere a existência de três tipos de relevância: temática, interpretativa e motivacional. A relevância temática relaciona-se com a capacidade de definir temas como estando relacionados com os nossos interesses: “saber o que nos interessa”. A relevância interpretativa consiste na selecção de esquemas interpretativos baseados na reserva de experiência do actor, sobre os quais são subsumidos os temas identificados pela relevância temática: “compreender e explicar o que nos interessa”. A relevância motivacional resulta do estabelecimento de planejar objectivos e cursos de acção: “agir do modo como nos interessa”, ou seja definir acções que correspondam adequadamente aos interesses previamente identificados.

Finalmente, de acordo com a atenção do actor em relação ao mundo que o rodeia, este divide o seu horizonte social em várias zonas de relevância, consoante o grau de preparação ou de conhecimento exigido



(Schutz, 1974:124-125). Procedendo à concepção de três tipos ideais de actores sociais – o homem da rua, o perito, e o cidadão bem informado – o primeiro apenas se preocupará com as zonas de relevância que dizem respeito à sua esfera imediata de actividade, entendendo-as como um dado, considerando-as independentemente da sua origem ou estrutura; o perito apenas se debruçará sobre problemas pré-estabelecidos que dizem respeito ao seu campo de actividade e de investigação, até porque ao tornar-se perito, escolheu um determinado sistema de relevâncias e não outro; finalmente, o cidadão bem informado – de que o jornalista, o líder de opinião e o consumidor de informação constituem um exemplo – encontra-se colocado num domínio situado entre o homem da rua e o perito, escolhendo ele próprio os quadros de referência e as zonas de relevância aos quais adere, tendo a consciência perfeita de que elas são mutáveis (Schutz, 1974:130-131).

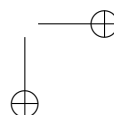
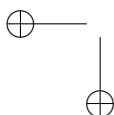
Ou seja, as estruturas ou sistemas de relevância variam consoante as culturas, as comunidades, os grupos e os indivíduos pelo que a identificação dos problemas e dos interesses e, conseqüentemente, a relevância dos assuntos, é complexa. Por isso, cada sociedade, cada comunidade têm conceitos distintos de acontecer, e, portanto, o conteúdo dos meios reflecte o conceito dominante de notícia em cada sociedade.

O jornalismo não procede, pois, à selecção dos factos apenas em função de uma qualidade – a “relevância” dos factos – que seria evidente em si mesma, independente das condições sociais e históricas e dos interesses dos agentes sociais envolvidos.

“O jornalismo vai destacar aqueles fatos que mais relevam os valores e crenças da sociedade naquele momento histórico” (Cfr. Oliveira da Silva, 2006: 94).

Mesmo considerando a importância dos dados sociais e cognitivos na definição do que é relevante podemos tomar duas atitudes diversas. Para uma perspectiva mais tradicional, a definição do que é notícia, o mesmo é dizer, daquilo que possui suficiente relevância para ser transformado em notícia, depende da própria estrutura da sociedade. Os

Livros LabCom



jornalistas são socializados nas atitudes sociais e nas normas profissionais e cobrem, seleccionam temas identificados como interessantes ou importantes. As notícias seriam um espelho das suas preocupações e interesses. As definições de notícias permanecem dependentes da estrutura social, e não das actividades dos jornalistas ou das organizações jornalísticas.

Para uma abordagem sociocognitiva, a actividade dos jornalistas e das organizações noticiosas contribuindo para definir e redefinir, construir e reconstruir os fenómenos sociais, ajuda a produzir normas que determinam o que possui relevância para ser considerado notícia (cfr. Tuchman, 2002: 91-92).

Para além dos motivos que tornam evidente que não existe uma qualidade da relevância em si própria, imune às estruturas cognitivas, à história e às condições culturais, há no caso específico dos *media*, no plano da relevância jornalística, um problema que já foi detectado por Merton e Lazarsfeld (1987): o que é importante desperta a atenção dos *media*. Estes ao dar-lhes atenção reforçam a sua importância. Gera-se uma bem conhecida tautologia: Há assuntos que são relevantes porque os *media* os focaram, e, ao serem focados, adquiriram relevância. O mais provável é que, sendo relevantes, venham ser de novo objecto de atenção.

Este ponto confronta-se com outra questão não menos pertinente: se os *media* atribuíram relevância, é porque houve um *momento zero* em que se considerou adequado atribuir essa importância. Mesmo relativamente a este argumento, há que tomar as devidas reservas.

Para autores como Jacques Rancière um acontecimento pode tornar-se relevante porque o acontecimento é de certo modo esperado pela máquina social de fabricação e de interpretação dos acontecimentos, a qual dispõe de um certo horror ao vazio. Uma sociedade fascinada pela vigilância e pela transparência acha que é importante *que se saiba*, não sendo completamente claro que importe *o que se saiba*. Ou seja, a relevância de alguns acontecimentos resulta da sua adequação em preencherem um vazio noticioso.

A posição de Rancière não resulta de nenhum ponto de vista sobre a pressão do mercado e das audiências mas tão só da impossibilidade dos *media* de conviver com a ausência de um acontecimento: “A ordem consensual representa-se como a de uma grande família em que os chefes são antes de mais nada médicos atentos a todos os sintomas de uma doença incubada ou mesmo de um mal-estar capaz de engendrar os fantasmas perigosos para a saúde colectiva.

“(...) O essencial é que haja sempre acontecimentos a interpretar, sintomas a decifrar. Um gracejo famoso dizia que um homem de saúde é um doente que se ignora. Esta lógica tornou-se a lógica global de uma sociedade incansavelmente ocupada na tarefa de auscultar-se de auto-interpretar-se” (cit. in Moretzshon, 2007).

A abordagem de Rancière tem alguma semelhança com a abordagem de Luhmann: o sistema de informação, ao mesmo tempo que produz informação, desvaloriza-a. Ao dar uma informação, o sistema retira-lhe valor, desvaloriza-a e cria um vazio que só pode ser preenchida por uma nova informação (Cfr. Santos, 2005: 68). Muitas vezes, a pertinência é uma pertinência de uma máquina que não pode silenciar-se: que seria do modelo da TV News – SIC Notícias, CNN e RTPN – ou dos sites noticiosos *online* de actualização em tempo real?³

Um outro problema relacionado com a relevância reside no facto de o observador não poder ver tudo:

“(...) ainda que trabalhassem todas as horas do dia, todos os repórteres do mundo não poderiam presenciar todos

³Esta constante busca de acontecimentos não é tão trivial como a crítica de Rancière possa fazer suspeitar. Os *media*, para autores como Luhmann, mantêm a sociedade acordada. Em face da hiper-especialização de alguns sistemas funcionais como a economia, a política e a tecnociência, os riscos são cada vez mais frequentes. “Os *media* de massa funcionam como um espécie de alerta geral, adaptando o tempo da consciência dos indivíduos ao ritmo imposto pela acelerada sucessão de acontecimentos no sistema” (Cfr. Santos, 2005: 69).

os acontecimentos mundiais” (Lippman cit. in Oliveira da Silva, 1998: 21).

Na verdade, existe uma rede que determina os locais onde se podem verificar acontecimentos aos quais é atribuída relevância, isto é que podem ser transformados em notícias: a Polícia, o Parlamento, o Estádio de Futebol, os Hospitais, os locais da “moda”. Porém, isso já implica toda uma definição prévia da relevância efectuada pelos *media*, pois implica saber identificar locais onde existem acontecimentos potencialmente relevantes. Também implica a selecção daquilo que possa ser incluído ou excluído. Isto virá identificar-se com a problemática do *frame* e do estereótipo que, mais adiante, será objecto de uma extensa análise. Neste sentido, existe alguma verdade na afirmação segundo a qual “notícia é aquilo que os jornalistas pensam que interessa aos públicos, pelo que, em última instância é o que interessa aos jornalistas”.

Finalmente, costuma-se entender que a relevância orienta a própria fabricação do enunciado jornalístico, exactamente porque o modelo de enunciado jornalístico – a notícia usa a técnica da pirâmide invertida – ordena os acontecimentos pela ordem decrescente de importância. Porém, os diversos acontecimentos necessitam de uma coordenação prévia que origina o *lead*. Ou seja, a atribuição de relevância também é feita no enunciado de acordo com a organização interna do seu discurso e não o contrário, isto é a disposição no enunciado puramente conforme a ordem de importância e relevância do evento, previamente existente à sua percepção.

Assim, a relevância *em si* de um acontecimento X ou de um enunciado Y que lhe diga respeito não existe, no sentido que a relevância de X não é uma qualidade que lhe seja intrínseca. Não há acontecimentos relevantes *em si* próprios, que possuam *em si* uma espécie de atributo revestido de uma eternidade, independente do contexto social em que ocorre e do contexto discursivo que o refere. Existem acontecimentos relevantes mas a relevância de um acontecimento é construída num processo em que intervêm diversos factores. A relevância de um acon-

tecimento também é o produto de um sistema mediático que decide o que é relevante que as pessoas conheçam.

A noção de relevância funciona para caracterizar os enunciados noticiosos: porém, terá que se ter em conta que a relevância é um conceito útil para caracterizar os fenómenos sociais e as ocorrências mas resulta de processos conflituais e de contextos sociocognitivos.

Depende de processos conflituais sim, porque o jornalismo é um dos protagonistas essenciais em definir o que é relevante em cada momento – o agendamento e o *framing* são, justamente, processos em que se fazem sobressair *issues*, temas – e quais os esquemas interpretativos que se podem aplicar a esses temas considerados relevantes. Assim, o reconhecimento da capacidade dos *media* em tornar relevantes os temas e em definir estes esquemas torna-se móbil de uma luta insanável por parte de vários agentes interessados: assessorias de comunicação, RPs, movimentos sociais, partidos políticos.

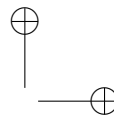
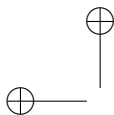
Depende de contextos sociocognitivos, também, porque a relevância constitui sistemas e estruturas variáveis em função de estruturas cognitivas vigentes em formações culturais diversas e núcleos temáticos mais vastos. Esta definição não exclui os próprios *fait-divers* e as notícias sociais. Estas tornam-se relevantes no contexto do jornalismo, em determinadas formações socioculturais ou em determinadas especialidades do jornalismo. Assim faz sentido lembrar que “a nossa maneira de ver as coisas é uma combinação daquilo que se encontra e daquilo que se espera ver” (Gómis, 1991: 70). Um bom exemplo deste facto é o caso da manifestação de Londres contra a Guerra do Vietname, cuja cobertura foi estudada por Halloran Elliott e Murdock, onde a expectativa da violência fez a cobertura incidir sobre os poucos aspectos violentos do evento (Cfr. Gómis, *idem*). Um outro exemplo mais recente é o arrastão da Praia de Carcavelos em Lisboa onde a expectativa da violência por *gangs* de origem africana desencadeou a cobertura de um evento de grandes dimensões cuja existência foi desmentida pela Polícia. As expectativas sobre o acontecimento como que ditam uma orientação do olhar que se debruça sobre aquilo que considera impor-

tante: encontramos só o que procuramos. Finalmente, outro exemplo pode ser dada pela manifestação promovidas por Uniões de Trabalhadores, ONGs e Grupos ambientalistas em Seattle contra as políticas da organização mundial do comércio (OMC). Apesar de a manifestação ter sido relativamente pacífica, e reunido cerca de 40 mil pessoas, a cobertura mediática incidu sobre 150 manifestantes que endureceram as suas formas de protesto, originando cenas de vandalismo e confrontos com a polícia (Cfr. Martins, 2007: 32).

Daquí resulta um problema, que é a necessidade adicional de mostrar que o enunciado é relevante. Como explica Josenildo Guerra:

“(...) a relevância é um parâmetro relativo, compatível com as audiências e suas expectativas de uso. Isso não significa, contudo, que todos os parâmetros de relevância sejam relativos nem que todos os segmentos possam determinar seus parâmetros, de modo privado e indiscriminado. (...) a relevância torna-se um parâmetro contextual, a depender do contrato de uso entre uma determinada organização jornalística e seus potenciais consumidores. A selecção dos factos se processa para atender a demanda destes consumidores. A relevância avaliada pelos produtores decorre do discernimento inicial de que nem todos os fatos do mundo têm os mesmos apelos junto aos indivíduos, portanto, nem todos precisam estar disponíveis no noticiário. O jornalismo então além de reportar os fatos cumprindo sua função mediadora elementar, selecciona-os em decorrência da expectativa alimentada pelos indivíduos, expectativa esta determinada pelo uso que eles vão fazer das informações disponibilizadas” (Guerra, 2003).

Como recorda Oliveira da Silva (1988: 22), “a vida e tudo o que a envolve é excluído e destacado do contexto. A questão torna-se simples: uma greve é relevante para quem a protagoniza: reconhece os lamentos da vida diária, a monotonia do trabalho, as frustrações diárias da



vida. O repórter vê uma paralisação e algumas queixas. Há uma dificuldade emocional em tornar relevantes factos remotos, que conduz os jornais a procederem a estratégias, nomeadamente para tornar notório e interessante o que parece distante e ‘irrelevante’”.

1.2. O problema da actualidade

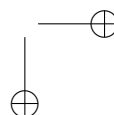
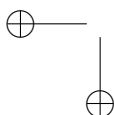
A questão da actualidade parece mais simples se tivermos em conta a dimensão meramente temporal. A notícia não pode esperar. O que vai ser dito, lido, escrito ou mostrado é tão importante que é necessário interromper o fluxo normal do noticiário quotidiano: *breaking news*, notícias de última hora.

A actualidade de um acontecimento é a sua proximidade temporal em relação aos seus destinatários. Todavia, está associada à relevância pois, para ser actual, um enunciado jornalístico tem de ser relevante, isto é tem de ter pertinência para os seus destinatários. Como já se referiram a algumas dificuldades da relevância, vale a pena observar a questão da actualidade, cingindo-a ao elemento temporal, sem perder de vista a ideia de que a observação da actualidade no seu todo deve considerar os elementos atrás introduzidos sobre a relevância.

A própria actualidade temporal é objecto de uma construção social. Um evento é actual em si mesmo ou porque se sincroniza com o tempo público marcada pela hora dos noticiários? A pergunta não é completamente dicotómica, pois é impossível hoje dissociar a noção de actualidade do tempo público em grande parte marcado pela hora dos noticiários e pela actividade noticiosa.

Não se trata de simplesmente afirmar que um evento e o correspondente enunciado que se lhe refere é actual e relevante – isto é que existe urgência no seu conhecimento – porque os *media* informativos os anunciaram como tal: o evento terá uma actualidade que resulta da novidade da ocorrência que descreve e do impacto que o enunciado tem nas condições contextuais que o rodeiam.

Porém, parte da actualidade e da urgência atribuída à necessidade



de conhecimento do evento é determinada pela aceleração introduzida pelos *media*. Assim, a actualidade não resulta apenas de uma qualidade intrínseca dos fenómenos mas da forma como as qualidades do acontecimento são percebidas pelos *media*. Será, pois, mais coerente falar de uma actualidade e de uma pertinência jornalísticas.

Nalguns casos, até se pode falar de manipulação, no sentido em que se pretenda passar por urgente o que pertence ao passado. Certas *breaking news* tornaram-se um bom exemplo dessa relativa falsificação da urgência: surgidas para acontecimentos inesperados, perderam a sua frescura inesperada quando se tornaram um género: hoje não é o inesperado que irrompe no ecrã (claro que há excepções, 11 de Setembro, Ponte de – Entre – Rios, etc.) mas buscam-se notícias que caibam no género da “notícia urgente”. A situação em que as *breaking news* ou notícias de última hora já deixaram muitas vezes de serem efectivamente urgentes é um bom exemplo: criam-se rotinas para dar ao público a sensação de estar consumindo informação inédita.

Não pode, porém, ser imune ao fetiche da velocidade que marca o jornalismo. Se virmos numa dimensão mais vasta, a história do seu surgimento é a história de uma época em que a ideia de “novo” ganha um novo estatuto. Em bom rigor, isso foi assim logo nos primórdios da modernidade: o jornalismo do período moderno inicia os seus passos com o alvor das cidades, da civilização mercantil e da expansão monetária. Nas suas configurações mais recentes, atingiu a sua maturidade na altura em que surgia uma mentalidade cultural favorável à velocidade: a era da reprodutibilidade técnica foi associada à imagem primordial da chegada de um comboio à gare de Lyon. Estava-se numa época de industrialismo acentuado, de generalização e expansão dos negócios e da economia monetária. A escrita breve que o jornalismo reclama, produz e reflecte a aceleração das formas culturais em que foram incubadas as suas manifestações contemporâneas. O cinema terá ajudado a fixar a ideia de que a imprensa trabalha sobre o signo da velocidade: narrativas breves, um discurso que reproduz a urgência, narrativas que se relacionam com uma época em que os consumidores já não dispõem mais

de tempo para uma leitura ciosa e solitária. O jornalismo enquanto forma de conhecimento do mundo foi afectado pela imagem que cria de si próprio: os pregão dos ardinas e jornaleiros, os efeitos sonoros que acompanham notícias rápidas e urgentes (Cfr. Moretzshon, 2002: 46).

O *cliché* cinematográfico das rotativas a girarem a grande velocidade ou os grandes planos das manchetes que levam protagonistas a tomar rápidas e inesperadas decisões construíram a própria imagem da imprensa. O jornalismo contemporâneo tornou-se produto e causa de uma época em que o tempo se tornou um bem mais escasso. Nasceu desse tempo que também ajudou a criar. Ontem, isso correu com os comboios e o cinema. Hoje isso ocorre com os aviões de baixo custo, a televisão e a Internet, factores decisivos na contracção do mundo. Por isso, hoje pode falar-se de uma espécie de cultura do presente contínuo no qual se omite a relação orgânica com o passado público da época que vivemos. Nesse sentido, como recorda Luhmann, uma característica essencial da informação é a sua relação com o tempo: a informação é perecível uma vez pronunciada (Cfr. Santos, Idem, Ibidem).

Apesar do que fica dito, há uma actualidade que, nem que seja por uma demonstração por absurdo, se distingue e percebe. A ideia geral de “novidade” precede o jornalismo. Há uma certa força coactiva da realidade: falar da actualidade temporal do 5 de Outubro de 1910 (implantação da República em Portugal) pode remeter para a sua relevância histórica mas não para a sua “novidade” jornalística. Porém, um terramoto que ocorreu há cinco minutos é uma “novidade”. As comemorações do 5 de Outubro de 1910 ou do 14 de Julho de 1789 são actualidade. Porém, tal como a relevância depende de uma percepção social e cognitiva a actualidade temporal também depende de uma percepção social e pública do tempo. A noção de tempo público já trabalhada por Bergson é o tempo dos relógios e dos marcos que se consideram relevantes para a sua medição. Reconhece-se uma legitimidade aos jornalistas para representar a percepção social e pública do tempo. Espera-se que o repórter chegue primeiro, que se antecipe

e que nos ofereça a actualidade, entendida como uma qualidade que justifica a urgência do conhecimento dos acontecimentos. Porém, tem que se admitir que os elementos sobre a actualidade são socialmente construídos e percebidos num processo em que os procedimentos e os enunciados jornalísticos desempenham uma tarefa fundamental. Ou seja, as notícias são sobre factos actuais, mas a actualidade também é socialmente construída num processo em que os *media* intervêm decisivamente.

1.3. A verdade, a objectividade e a “seriedade” dos enunciados jornalísticos

No jornalismo, há a pressuposição tácita partilhada sob a veracidade dos enunciados no que diz respeito a uma certa relação com os estados de coisas e pessoas do mundo social objectivo. Por exemplo, independentemente da forma como se organiza a notícia sobre a realização de uma demonstração pública contra o Governo (a qual podia ser classificada como um *levantamento*, uma *insurreição*, uma *manifestação*, *agitação* ou como um *protesto popular*), houve um grupo de pessoas que ergueram cartazes e pronunciaram todas juntas um conjunto de frases ritmadas. Esta evidência factual é mais complexa do que parece: a própria classificação deste conjunto de frases ritmadas como “palavras de ordem” ou “protestos em voz alta” mostra que não é óbvia nem evidente a escolha da forma de classificar esse conjunto de frases pronunciadas de forma ritmada.

Todavia, esse conjunto de frases ritmadas existiu num tempo e num lugar. Pode-se falar, neste sentido, de uma certa coacção da realidade: pode-se dizer tudo mas dificilmente poderá admitir-se que durante a deslocação das pessoas estas permaneceram silenciosas. Por outro lado, difícil será que se aceite que manifestação tenha ocorrido em 17 de Junho de 1789, quando ocorreu em 2008-05-15. Como lembra o famoso exemplo de Hannah Arendt: “Pode dizer-se tudo sobre a I

Guerra Mundial excepto que a Bélgica invadiu a Alemanha”. Todavia, isso não impede que seja possível apresentar numerosos enunciados diversos sobre a invasão da Bélgica ou sobre a manifestação.

Isto acontece também nos próprios géneros opinativos. Independentemente dos qualificativos atribuídos pelo editorialista e do tom pedagógico, crítico, moderador, instigador ou apoiante usado numa Crónica e num Editorial, a medida ministerial criticada pelo enunciado opinativo (suponhamos que foi isso que se passou) existiu. Sem entrar em questões de natureza ontológica, parece óbvio que existe um conjunto de folhas escritas com prescrições jurídicas classificadas como Código de Trabalho. Se um publicista se referir à existência de medidas legislativas que não foram tomadas – ou se por engano se referir a um Código de Família que ainda não foi publicado, ou se elaborar uma notícia sobre um Código de Trabalho aprovado no século passado como se ele tivesse sido aprovado ontem pelo Parlamento, estamos diante de uma violação da promessa inerente ao enunciado jornalístico acerca de se referir a estado de coisas verificáveis no mundo.

Será que a emissão de uma opinião sobre a medida governamental não implica uma expectativa em que a pretensão de validade do locutor diz sobretudo respeito à sinceridade? Certamente que sim, mas terá como condição de possibilidade da classificação do enunciado como jornalístico a existência simultânea de uma pretensão de validade implícita ao próprio texto jornalístico relacionado com a verdade. Não se pode ser sincero sobre o repúdio ou a aprovação de um Código de Trabalho que não existe.

Uma pretensão de validade relativa à verdade de um enunciado deste género implicaria:

- a) a existência da medida;
- b) a sua adequada referência e nomeação, isto é, referir-se ao nome que efectivamente lhe foi dado e não ao que lhe parece ser adequado.

Estabelecido isto, o produtor do enunciado poderá desenvolver críticas, detectar obstáculos à sua aplicação, denunciar eventuais consequências que não hajam sido previstas pelo legislador e fazê-lo nos mais diversos registos, dentro dos critérios editoriais que lhe são inerentes.

Também é válido, finalmente, para as notícias de sociedade. Qualquer que seja o estilo (irónico, descontraído, o que seja) com que se relata o aparecimento da estrela de futebol junto a uma pessoa do sexo feminino que exerce a profissão de modelo, este verificou-se efectivamente ou não e a verificação deste acontecimento quanto ao tempo e ao lugar, a qualidade e à existência de personagens torna-se um critério válido para aferir da competência profissional ou da credibilidade do enunciador. Mas será que o encontro da estrela com o modelo não implica da parte do destinatário uma expectativa vocacionada para entretenimento, verificando-se mesmo um desinteresse pelo problema da adequação dos enunciados? Certamente que sim, porém isso não impede que a própria natureza daquilo que é prometido como enunciado jornalístico mesmo quando é jornalismo cor-de-rosa, fixa um limite e uma série de graduações para a apreciação da conformidade com o que se espera do cumprimento dessa promessa. Avaliar ou fazer sorrir ou entreter não implica criar personagens de ficção. Aliás, uma parte do sorriso ou do entretenimento provém da presunção de verdade dos factos que suscitam o riso. Mesmo que haja destinatários a quem isto aparentemente não interesse, o “sabor extra de uma notícia” reside secretamente na sua veracidade. Senão podia ser publicada numa antologia de contos fantásticos. Mesmo que parecesse idêntica, a intencionalidade e a contextualização originariam uma classificação diferente.

Claro que isto não significa que o acontecimento seja uma realidade objectiva (Cfr. Alsina, 1986: 16). A existência de uma modelo que saiu com um futebolista ou de uma importante medida governamental que desencadeou opiniões não pode ser posta em causa mas a sua selecção como relevante já resulta de critérios cuja complexidade é difícil analisar: porque é que a vida amorosa de um futebolista é um acontecimento

mediático? Porque é uma medida governamental é um acontecimento mediático? Que complexa teia de critérios culturais, editoriais e pessoais se combinaram para formular um determinado discurso? Como diz Borges, citado por Alsina: “Mi relato será fiel a la realidad o, en todo o caso, a mi recuerdo de la realidad, lo cual es lo mismo” (Cfr. Alsina, 1986: 17). Marconi Oliveira da Silva diz a propósito: “(...) no ritual de passagem do facto à notícia engendra-se uma nova realidade que, correspondendo a novas representações serve para enfeitiçar a realidade original” (Cfr Oliveira da Silva, 1998: 14). Ou ainda: “(...) o mundo relatado na notícia é fruto de actividades de categorização e não de um simples acto de nomeação da realidade como se ela estivesse pronta para ser designada. O relato jornalístico não é um acto de descrever ou dizer de forma directa, determinada e precisa um facto empírico acontecido no mundo exterior, mas é um acto de apresentação de uma realidade que se constitui inclusive com a participação activa do leitor (...) mas isso não equivale a dizer a que imprensa mente, inventa ou diz inverdades. Significa apenas que os nossos discursos são condicionados pelos limites de nossos modos de dizer, ou seja, são construções do mundo dentro de certos limites impostos pelos nossos jogos de linguagem” (Oliveira da Silva, 2006: 8). Na verdade, nunca há uma descrição completa da realidade senão muitas, todas diferentes, cada uma das quais diferentes segundo os critérios em que o autor do enunciado se baseou para a selecção das suas informações, que distinções e valorizações efectuou e a partir de que perspectiva, com que interesses e com que objectivo abordou o tema (Cfr. Simon Cit. in Rodrigo Alsina, 1999: 44).

É evidente que, a partir da selecção de aquilo que se considera como facto, toda a organização discursiva dispõe de um vasto campo de estratégias enunciativas e discursivas que permitem organizar a informação, com um vasto espaço indefeso aberto a manipulações, a constrangimentos cognitivos, ideológicos e outros ou à própria evidência da organização dos significados inerentes a qualquer acto de enunciação: se aquilo que se designa por construção da realidade e por constru-

ção de significado já começou antes quando se decidiu destacar uma certa parte do mundo, as diferentes tonalidades que o quadro simbólico (*frame*) aplicado ao evento pode adquirir continuam a desenvolver-se ao longo da organização do texto, das expectativas da sua recepção, etc. Ou seja: quando se fala da construção social da realidade não é para falar de manipulação mas apenas para dizer que a construção de um significado objectivo é um processo histórico, social e cultural que resultou da intervenção de protagonistas da realidade social que nele participaram e de processos cognitivos que estão associados aos processos sociais e culturais. Logo, a evidência desta construção não é uma licença para a mentira, a manipulação ou a subversão factual, as quais constituem uma violação dessas expectativas inerentes à produção e recepção dos enunciados jornalísticos.

Neste sentido, aparece adequada a observação de Ricoeur citada por Cornu (1994: 375), segundo a qual a hermenêutica não é dissociável, separável da pesquisa histórica e logo da pesquisa jornalística. É impossível constatar os factos sem os interpretar. No jornalismo e na história, a verdade passa por uma reconstrução, que permite contextualizar os factos, proceder ao seu encadeamento, procurar as suas causas e apresentá-los na sua coerência. Ou ainda: na prática informativa, é ilusório separar a discussão do acontecimento da discussão sobre o seu significado (Cornu, 1994: 374). Logo existem potencialmente muitas possibilidades de reconstrução possíveis da realidade. Porém, tal não impede que a intenção de objectividade faça também parte como elemento orientador da reconstrução e da interpretação.

Estabelecido um mínimo, haverá gradações mas poder-se-á dizer que um jornalista cumpre a sua parte da promessa implícita ao papel que lhe é atribuído tanto melhor quanto mais se mantiver fiel à busca da comprovação dos factos que escolhe e à adequação das qualificações que lhe atribui. Estas devem ser assumidas como tais e devem poder distinguir-se da ficção pelo facto de possuírem uma relação com factos, pessoas e estados de coisas verificáveis no mundo social. Apesar de tudo – e isso remete para a questão da cognição e da representação – é

possível produzir enunciados muito diversos sobre o ocorrido sem cair no domínio da subversão factual, nem dizer que todos os enunciados são igualmente válidos.

Esta é uma definição operativa que nos permite pensar uma relação mais firme entre a componente deontológica e a componente profissional. Poder-se-á contestar: e os rumores e os boatos que insistentemente percorrem os jornais? É justamente aí que encontramos a articulação entre o que é jornalismo e a sua “boa prática”, no sentido deontológico. Da mesma forma que um médico pratica medicina sem qualidade quando deixa de fazer o acto mais adequado à cura do paciente, um jornalista faz mau jornalismo quando fere a promessa tácita de fundar o seu enunciado – mesmo aquele que é opinativo – na apresentação de uma pretensão de validade relacionada com a verdade relativa a partes do mundo social objectivo, ou seja quando incumpe a promessa implícita ao seu papel de se relacionar com a divulgação e comentário de factos do mundo social objectivo que considera verdadeiros, relevantes e actuais. Todos o sabemos: o jornalismo foi no passado, frequentemente opinativo, feito para entreter, sendo de excluir mesmo aquelas teorias que se referem ao facto de ser recente o perigo da contaminação pelo entretenimento. Será que isso feriu a sua pretensão de validade no que toca ao tipo de enunciado? Se lermos a história, constatamos que os jornais sempre se apresentaram como verdadeiros e foi isso que marcou a sua presença e função social, independente dos constrangimentos que ameacem a ideia de verdade.

Um repórter do famoso *Daily Journal* costumava dizer lembrar quantas vezes inventara “histórias de processos que nenhuma corte jamais vira, envolvendo nomes que nenhuma cidade jamais conhecera (...) tudo isso cheio de reviravoltas exóticas na trama, envolvendo papagaios, galinhas, carpas douradas, serpentes epigramas e cortinas de segundo ato” (Heteck in Moretzsohn, 2007: 192). Ramonet (in Moretzshon, 2007: 193) recorda como o *World* e o *Journal* promoveram a Guerra de Cuba e, claro, nos nossos dias, haverá que pensar sobre o mesmo em relação ao Iraque (Idem). Porém, estas referências só fa-

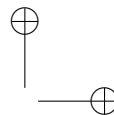
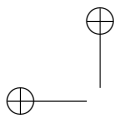
zem sentido porque estes textos são exemplos negativos: afastaram-se do padrão jornalístico por se afastarem da pretensão de validade de um enunciado jornalístico.

É isso que torna pertinente a sua referência à *objectividade*: a existência de uma pretensão relativa à mesma. Há uma pretensão de validade relativa à construção de um enunciado verdadeiro que se torna elemento diferenciador e uma expectativa de cumprimento dessa promessa implícita por parte do destinatário.

1.3.1. O jornalismo e o contrato de leitura

O termo contrato de leitura funcionou como uma chave hermenêutica que permitisse desenvolver as expectativas recíprocas dos envolvidos no acto comunicativo que se verifica em torno dos enunciados jornalísticos.

François Jost (2004: 10) enuncia três definições possíveis de contrato: a semiótica, a linguística e a sociológica. O contrato de comunicação surgiu na tradição semiótica francesa assinalando que o interlocutor (leitor, ouvinte, telespectador, usuário, participante) aceita e subcreve condições da situação comunicativa, reconhecendo finalidades (*visées*), identidade, o domínio do saber, dispositivo e modo de enunciação. Para responder estas questões, Verón propôs o contrato de leitura que estabelece um elo fundamental entre um suporte de imprensa e seus leitores. No caso específico da teorização dos contratos de leitura, considera-se que há um conjunto de regras e de instruções constituídas pelo campo da emissão para serem seguidas pelo campo da recepção. “Dans le cas des communications de masse, bien entendu, c’est la média qui propose le contrat (Verón 1985, p. 206). Desta forma, os contratos actuariam como interpeladores que visam persuadir e capturar o receptor. Eles funcionariam, ainda, no sentido de construir o real, pois ao mesmo tempo em que possibilitam ao sujeito a sua incursão na realidade, determinam de que forma o receptor deve ver este real (Cfr. Jost, 2004: 10).



Ao propor um *contrato de leitura*⁴ com o receptor da mensagem jornalística, através de um ritual com inúmeras estratégias discursivas, o jornal ofereceria ao leitor, através do título das fotografias, das cartas, a sua identidade, pede um certo reconhecimento, tentando estabelecer com as audiências uma parceria discursiva em que, todavia, o emissor possui a última palavra.

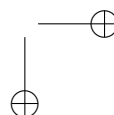
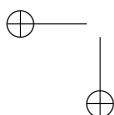
Numa perspectiva linguística Charaudeau define contrato de comunicação como:

“(...) o conjunto das condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação (qualquer que seja sua forma, oral ou escrita, monolocutiva ou interlocutiva). Tal permite aos parceiros reconhecerem um ao outro os traços identitários que os definem como sujeito desse acto (identidade), reconhecerem o objectivo do acto que os sobredetermina (finalidade), entenderem-se sobre o que constitui o objecto temático da troca (propósito) e considerarem a relevância das coerções materiais que determinam esse acto (circunstâncias) (...)” (Charaudeau, Mainguenau: 2004: 132).

Não pode haver um acto de comunicação sem que a ele esteja subjacente um contrato.

Com a operacionalidade teórica e metodológica adquirida com a definição de Charaudeau, a noção de contrato coloca em cena as condições que unem os *media* a seus consumidores, com o objectivo principal de preservar a manutenção dos leitores através do consumo dos meios. Na metodologia proposta, o texto já presume o leitor. Assim, podemos dizer que nesta análise, o público também está inserido no

⁴Contrato de leitura é o termo proposto por Eliseo Véron para referir-se ao modo como cada veículo de comunicação modela seu discurso a fim de atingir o destinatário. O contrato, segundo Véron, “implique que les discours d’un support press est un espace imaginaire où des parcours multiples sont proposés au lecteur, un paysage, en quelque sorte, où le lecteur peut choisir sa route avec plus ou moins de liberté, où il y a des zones dans lesquelles il risque de se perdre ou, au contraire, qui sont parfaitement balisées (Véron, 1985, pp.54-55)



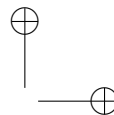
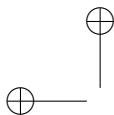
texto e é visível nas marcas narrativas que o texto evidencia. Porém, a constituição do público pelo enunciador está longe de encerrar o processo de produção/interpretação. No caso desta concepção, pode-se definir o contrato como uma espécie de acordo graças ao qual emissor e receptor reconhecem que se comunicam e o fazem por razões compartilhadas (Cfr. Jost, 2004: 10).

A evolução do contrato de leitura colocou em evidência a dinâmica dos leitores (suas aspirações, as suas expectativas, interesses e motivações), as mudanças socio-culturais (que modificam também o contrato de leitura) e a situação de concorrência (o comportamento dos agentes da concorrência é também um factor de mudança).

Finalmente, para os sociólogos da comunicação, o contrato estabelece um palco entre os *media* e os seus públicos, particularizando as relações entre emissor e receptor.

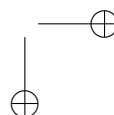
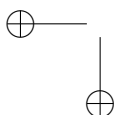
“(...) a actividade jornalística é uma manifestação socialmente reconhecida e compartida (...) Por conseguinte, esta relación entre el periodista e sus destinatários está establecida por um contrato fiduciário social y históricamente definido. A los periodistas se les atribuye la competencia de recoger los acontecimientos y temas importantes y atribuirles un sentido. Este contrato se basa en unas actitudes epistémicas colectivas que se han indo forjando por la implantación de del uso social de los medios de comunicación como transmisores de la realidad social de importancia pública. Los propios medios son los primeros que llevan a cabo una continua práctica de autolegitimación para reforzar este rol social” (Rodrigo Alsina, 1996: 31).

A génese da noção pode ser compreendida de forma mais produtiva quando se tem em mente o conceito de interacção desenvolvido pela “escola” de Palo Alto segundo o qual os protocolos de comunicação são vistos como instituidores de regras de interacção e de comportamentos que, por sua vez, irão determinar as práticas sociais existentes entre emissores e receptores de um determinado processo de comunicação.



Na mesma linha, os contratos de leitura regulariam as relações comunicativas do processo de construção e interpretação de um discurso. Revelariam a opção do receptor e do emissor por um modo de se mostrar o mundo e denotariam definições estabelecidas a partir dos níveis estilísticos e estéticos, políticos e ideológicos relativos à intencionalidade com que o enunciador e receptor se debruçam sobre o mundo. Se o enunciado é construído tendo como pretensão de validade principal o reconhecimento por parte do enunciatário da existência de uma relação com o mundo, estamos no campo da não ficção. Se enunciador, e receptor se debruçam sobre o mundo, de forma organizada e sistemático, de acordo com particulares regras de apresentação em busca de descrição e comentário a fim de proporcionar um conhecimento sobre um facto tido como existente no mundo objectivo e considerado relevante e actual, então estamos diante de um contrato que enuncia cláusulas que configuram um conjunto de condições próximas do jornalismo.

A teoria da enunciação desenvolveu fundamentos para o desenvolvimento da noção de contrato de leitura. A enunciação jornalística propriamente dita implica formas bem estabelecidas de definir o que é o jornalismo em torno de um conjunto de elementos que expressam o *ethos* da profissão, na sua relação com o *pathos* das audiências e com o contexto organizacional de produção do discurso. A enunciação jornalística implica um determinado conjunto de opções mais gerais e abstractas que se fazem sentir como regras em relação à enunciação editorial: independentemente das opções editoriais de um *medium* específico sabemos reconhecer um discurso jornalístico por um conjunto de traços empiricamente verificáveis: organização do discurso, estilo, intencionalidade, etc. Por outro lado, a enunciação jornalística implica sempre uma pretensão de validade determinante que constitui uma das suas diferenças: a pretensão de verdade, a relação com o estado de coisas e as pessoas do mundo objectivo. Esta pretensão de validade seria uma das características que permitiria distinguir o jornalismo de outros discursos. Todavia, não seria a única, pois seria comum ao re-



latório policial ou a qualquer outro enunciado de natureza fortemente denotativa.

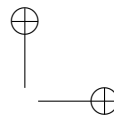
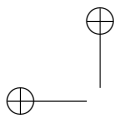
A enunciação editorial diz respeito a opções evolutivas, estéticas, ideológicas, normativas. Em ambas se constrói a imagem daquele que fala (o local que ele se atribui, a relação aquilo que diz), a imagem daquele a quem o discurso é dirigido (o público), e a relação entre enunciador e destinatário (emissor e receptor) que se constrói no discurso. Porém, a intervenção do destinatário já se encontra presente no discurso e prossegue em situações extra-discursivas modificando as opções do enunciador, graças ao *feedback*.

“Imaginados, quantificados, sondados, os públicos também se exprimem seja sobre o controle dos jornalistas (cartas de leitores, colunas de *onbudsman*) seja fora o seu controle, como hoje se verifica na blogosfera” (Ringot & Ruellem, 2006).

Seria isso que permitiria distinguir os jornais uns de outros.

Finalmente os gêneros jornalísticos implicam estratégias enunciativas distintas: A “corporalização enunciativa” disponibiliza o acesso aos corpos e ações do jornalista, como acontece na reportagem e na entrevista que implicam a vivência do enunciador na convocação ao leitor; a “caracterização enunciativa” implica a publicitação da opinião, buscando a adesão do leitor como acontece no editorial ou na crônica; a despersonalização evidencia a obliteração do sujeito e o apagamento do jornalista, como se não houvesse um intermediário e o texto espelhasse o mundo (Ryngoot, 2006: 136 consultado em <http://unb.br/fac/posgraduacao/revista2006/15-e-roselyne.pdf>).

A análise do contrato de leitura seria orientada por um critério comparativo. Cada discurso carregaria os seus traços específicos que mudam ao longo do tempo. A análise do contrato de leitura busca detectar o conjunto do funcionamento discursivo dos suportes de imprensa baseado nestas “invariantes referenciais”. Para observar estas características dos discursos em questão, será preciso levar em conta três imperativos fundamentais: a regularidade das propriedades descritas (as



propriedades não podem ser ocasionais); a diferença obtida pela comparação entre os suportes (as diferenças e as semelhanças regulares forjam a “identidade” ou o contrato de leitura); a sistematização das propriedades exibidas por cada suporte (o contrato de leitura estabelece-se a partir de um conjunto de “invariantes referenciais”).

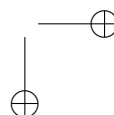
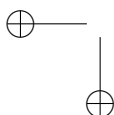
1.3.2. Desvantagens da noção de contrato

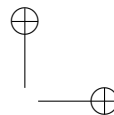
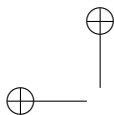
O modelo do contrato de leitura desempenha uma função heurística assinalável na análise dos veículos de comunicação, já que permite a compreensão como estes constroem os laços com o público. Todavia, deve ser relativizada no que respeita a qualquer suspeita de manifestação de uma espécie de essência estática dos actos comunicativos e jornalísticos, evidenciando algumas desvantagens que não podem deixar de ser consideradas.

- A ideia de contrato é baseada no pressuposto estruturalista da imanência, segundo a qual o texto preveria dentro do seu interior um destinatário. É uma ideia que têm algumas virtualidades mas é limitada.
- A ideia de contrato é algo tautológica: para se ler um texto como jornalismo, é preciso saber o que é jornalismo. Logo não se trata apenas de saber o que é jornalismo mas o que é proposto pelo campo dos *media* como jornalismo.

Por outro lado, se enjeitarmos essa imanência não deixam de existir questões que ajudam a suspeitar ainda mais da noção:

- A noção de contrato, mesmo que considerada numa perspectiva heurística e metafórica, pressupõe uma partilha recíproca e simultânea entre duas partes livres e iguais. O lastro sociológico e político da noção de contrato é demasiado vasto para ser esquecido.





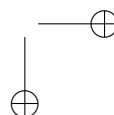
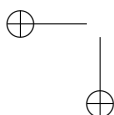
- A relação entre as partes do contrato é extraordinariamente assimétrica e demasiado diferenciada em função de vários circunstancialismos (tecnomediáticos, sociais, culturais) o que a noção, em si mesma, ou oculta ou reveste de ambiguidade: o desejo de parceria oculta os desconfortos da exclusão e da desigualdade nas posições relativas dos parceiros.
- A diferenciação entre as partes tem a ver com o fenómeno do poder, entendido aqui como possibilidade de acesso. Neste sentido, há que levar em conta a diferenciação entre públicos fracos e públicos fortes ou até entre públicos e audiências.

1.3.3. Promessa e “seriedade”

Justamente, pelas várias dimensões que atravessam o contrato de leitura vale a pena avaliar a noção de promessa, indiciada por François Joste. A ideia de promessa remonta a Bateson e ao enquadramento (*frame*): o enquadramento (*Frame*) implica a existência de uma promessa que qualifica a mensagem (cfr. Rocco de Biasi, 2001). Ao nível metacomunicativo, qualifica-se a enunciação.

A ideia de uma promessa implícita no falante é interessante porque implica todos os interlocutores de forma generalizada. A ideia de “reconhecimento” de condições, inerentes à noção de contrato é operativa para o sucesso do acto comunicativo, nomeadamente nalgumas das suas formas particulares de expressão. Todavia, o “reconhecimento” implícito ao contrato tem uma natureza orientadora. Muitas vezes normativa, não suscita um compromisso e, sobretudo, menos ainda ata as partes a um compromisso prévio, como possa erroneamente pensar-se.

Já na promessa, um interlocutor pode reconhecer finalidades e identidades profissionais, mas permanecer expectante e crítico sobre o cumprimento do enunciador dessas finalidades inerentes à identidade profissional. Pode-se reconhecer as “promessas” de um discurso e, ao mesmo tempo, “não se crer nelas”, ficar expectante em relação ao seu



cumprimento ou, pelo menos, determinar o seu carácter orientador vinculativo mas nem sempre eficaz.

Conforme a relação que o autor terá com o mundo e a intencionalidade com que se debruça sobre a realidade, podemos descortinar uma promessa distinta implícita na relação com o leitor. Na comédia, há uma promessa de riso. No jornalismo, há uma promessa de ajuste entre o conteúdo proposicional e o mundo. Claro, a promessa tem implícita uma dimensão argumentativa, publicitária como assinala Jost (2004: 19). Podemos afirmar que inerente ao jornalismo existe uma dimensão que poderia ser implícita ao enunciado factual e que pode traduzir-se numa espécie de *slogan*: “Creiam na veracidade do meu relato”.

Logo, não há contrato pois este é bilateral e co-assinado, sendo, por isso, instantâneo e sincrónico. Antes há uma promessa que abre a porta a uma expectativa e a uma exigência pelo receptor que seja cumprida.

“Um quadro comparativo evidencia que o primeiro é bilateral e co-assinado. Contrariamente à perspectiva do modelo do contrato que é instantâneo, sincrónico, o modelo da promessa ocorre em dois tempos. O espectador deve fazer a exigência de que a promessa seja mantida. Assim, em um segundo tempo, o espectador tem o dever de verificar se a promessa foi efectivada. Esta divisão também ocorre na política. O homem político deve diferenciar a assunção de um contrato, da afirmação de uma promessa. Se ele fizer uma promessa poderá posteriormente ser cobrado por ela. Portanto, o modelo da promessa é o mais cidadão. Este modelo exige do espectador uma contribuição activa, embora ela não se dê simultaneamente ao momento da própria promessa” (Jost, 2004: 19).

A ideia de promessa de produção de um enunciado relacionado com factos e estados de coisas verificadas num mundo social objectivo implica o reconhecimento de um fim. Por isso, a questão da credibilidade surge relacionada de um modo tão radical ao exercício da profissão jornalística: Timisoara – o falso massacre da revolução romena noticiados

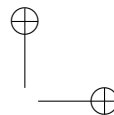
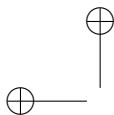
pelas televisões de todo o mundo – e a Guerra do Iraque terão sido golpes profundos exactamente porque os jornalistas não terão cumprido o seu fim. Revelaram uma linha de fractura na confiança atribuída aos *media* (Cornu, 1994: 17).

1.3.4. O jornalismo como um enunciado “sério”

Numa aproximação que nos parece útil para a compreensão da noção de promessa, John Searl sustenta a diferença de estatuto lógico entre ficção e não ficção pelo uso sério da linguagem. A utilização da palavra “sério” não significa qualquer minimização da ficção. No sentido conferido por Searl pretende – se apenas dizer que um enunciado de não ficção exige a verificação do fundamento do seu conteúdo, o que não é exigido a Walter Scott, Eça de Queiroz, Shakespeare ou Quentin Tarantino. O enunciado jornalístico é sério, querendo com isto dizer que o seu autor se compromete com a verificação do seu conteúdo, ou no sentido em que o locutor se empenhou na existência de um estado de coisas ou na verdade de uma proposta expressa. Neste sentido, a asserção séria obedece a regras precisas sob pena de perder a validade:

- a) o autor da asserção responde pela proposta expressa, sendo fiador ou responsável pelo que afirma;
- b) o locutor deve apresentar provas que permitam afirmar a asserção;
- c) a verdade da proposta expressa não deve parecer evidente nem ao locutor nem o ao ouvinte no contexto da enunciação;
- d) o locutor responde pela sua crença na verdade da proposta expressa.

Neste sentido, é difícil desligar a promessa do conceito de pretensão de validade: a legitimidade do jornalismo está intimamente associada com pretensões de conhecimento verdadeiro. É graças à sua pretensão



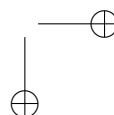
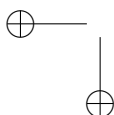
de ser capaz de oferecer aos cidadãos conhecimento importante e credível que o jornalismo justifica a sua posição como uma instituição constitutiva da sociedade democrática (Cfr. Ekstrom, 2002). Parece-nos que esta abordagem justifica a ideia de um tipo particular de enunciado que se dirige à verdade, e que solicita aos receptores e públicos que creiam nessa direcção: tal explica que se multipliquem os mecanismos de exigência do cumprimento da promessa como sejam *onbudsman*, laboratórios, observatórios, etc. Da mesma forma se multiplicam os mecanismos de auto-promoção:

“esses peritextos, esses paratextos, esses epitextos são também promessas sobre o benefício simbólico que o espectador vai usufruir” (Jost, 2004: 27).

Na televisão, mas também noutros *media*, multiplicam-se entrevistas com autores, reportagens sobre reportagens, comunicados de imprensa sobre a imprensa; dossiers de imprensa, anúncios publicitários, etc.

Nesse sentido, Jost fala de uma segunda promessa que designa por promessa pragmática, a qual repousa sobre compromissos a) quanto ao interesse e às emoções daquele que procura o enunciado anunciado; b) quanto à garantia de encontrar nos enunciados os atributos atribuídos e exemplificados pela autopromoção (Cfr. Jost, 2004: 30).

Se uma promessa é a definição metacomunicativa das regras de interlocução, estamos diante de um tema e de um questionamento que exige e a referência a um conjunto de elementos próprios de um modelo sociocognitivo: um documento é produzido em função de uma crença visada pelo destinador; em contrapartida ele só pode ser interpretado por aquele que possui uma ideia prévia do tipo de ligação que une o destinador à realidade.

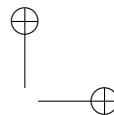
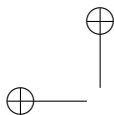


1.4. A natureza pública do enunciado jornalístico

A promessa implícita ao jornalismo remete para um enunciado específico que reflecte estas características que são consideradas próprias da qualidade de ser “público”:

1. circula em espaços de acessibilidade em relação aos quais não existe habilitação prévia para a sua frequência;
2. é considerado como possuindo um interesse colectivo;
3. renega a ideia de segredo ou de sabedoria privada ou especializada, no sentido em que baseia a sua actividade na divulgação e na simplicidade.

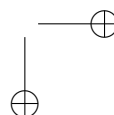
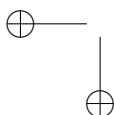
Em relação ao primeiro ponto, parece haver uma certa evidência: em princípio, a regra é que o enunciado jornalístico possa ser lida por todos. É por isso que há censura. É porque, nas condições de legitimidade construídas pela modernidade, a existência de um discurso público que possa ser lido tendencialmente por todos é uma realidade sujeita a constrangimentos mas inegável. Todos podem chegar ao quiosque e adquirir um jornal. Em condições normais, ninguém solicita um certificado de habilitação prévia para ler o que foi publicado. Uma vez publicado, tornado público, fica, de certa forma, impossível de controlar. Por isso, a intervenção censória dos poderes se faz antes de ser publicado seja através da eliminação ou da configuração do texto para eliminar eventuais incómodos que este possa propiciar. Ou seja, como o discurso público se tornou um elemento fundamental da modernidade, os poderes que convivem mais ou menos mal com esta ideia recorrem a duas estratégias possíveis: a) impedem que a mensagem chegue ao público ou b) fazem tudo para que a mensagem reflecta o mais detalhadamente possível, um enquadramento que coincida o mais possível com aquele que lhe convém. Porém, esta noção de público ainda está associada aquilo que é comum por oposição ao que é privado. O



discurso público, procedendo a uma distinção analítica, apenas significa que está disponível a todos como um terreno baldio que não precisa da autorização de nenhum dono para ser visitado.

A identificação moderna entre o adjectivo “público” e o “interesse colectivo” é muito mais difícil de discernir. Todavia, parece ser difícil negar que a noção moderna de legitimidade implica que as decisões do poder sejam escrutinadas e legitimadas publicamente. Ou seja, há decisões secretas. Porém, o seu secretismo constitui motivo de censura e crítica à luz da cultura política herdada da Modernidade e do Iluminismo. Há decisões com motivos ocultos. Contudo, o próprio afã dos poderes em apresentar motivos aceitáveis para as suas decisões significa que existe um ambiente colectivo que exige que as decisões impliquem o consentimento e a legitimidade públicos. Se isso é óbvio para as questões do poder, deixa de ser para muitas outras questões: as decisões de uma SAD de futebol são de interesse público no sentido em que dissemos anteriormente? Será que, mais uma vez, a saída nocturna do futebolista e da modelo é uma questão de interesse público?

Obviamente, enquanto o tipo de interesse público relacionado com o exercício do poder político, tem a ver com a legitimidade das decisões do sistema político, é duvidoso que isso se possa aplicar a todos os domínios. A legitimidade é uma categoria que tem a ver com a aceitabilidade e o consentimento de práticas ou decisões públicas. Pode haver instâncias de poder privado cujas decisões afectem direitos sobre cuja protecção possam invocar um interesse público: vejam-se, no caso da economia, as polémicas em torno das decisões da Administração do BCP ou, no caso do ensino, decisões de instituições de ensino que conduzam ao mercado de trabalho profissionais deficientes; vejam-se, no plano social as polémicas em torno de direitos relativos a orientações sexuais das pessoas. Há uma legitimidade de certas decisões que pode ser posta em causa mesmo quando tomadas por instituições privadas. Senão, haveria instâncias que podiam actuar impunemente simplesmente porque as suas acções não são conhecidas ou, porque, sendo-o, não são puníveis pelo direito positivo.



Porém, é altamente duvidoso que este conceito de “interesse público” possa dizer respeito à decisão de um adulto conhecido (o futebolista) sair com outro adulto conhecido (um modelo). Estaremos aí no domínio de uma curiosidade cuja legitimidade pode ser ela própria contestada ou objecto de indignação. Porém, aí a noção de “público” deixa de ser articulada com a questão da legitimidade para passar a estar associada à de entretenimento partilhado por todos, revelando sobrevivências de conceitos pré-modernos de público: por exemplo, a ideia de disponibilidade e acessibilidade acima referida ou a ideia de “público” como “representação do poder” hoje transferida para a representação do estatuto, nomeadamente do estatuto das “celebridades”. Os motivos que determinam a ostensão cultivada pelo Rei Luís XIV para proporcionar fantásticos fogos de artifício em Versalhes são os mesmos que levam Hollywood e as cadeias televisivas a desenvolver fausto e pompa aos famosos do cinema, da moda e do futebol, proporcionando uma proliferação de galas e de espectáculos cheios de brilhantismo e de notoriedade. Só que os critérios de distinção são naturalmente diferentes. Neste sentido, o conceito de “público” está associado a conceitos como os de “notoriedade” e “fama”. A esta dimensão associa-se uma outra: a dimensão da publicidade comercial, associada à legitimação pelo mercado. Neste sentido, muitas das acções de tornar público – galas, acontecimentos sociais, atribuições de prémios da indústria, programas sobre famosos – são uma forma de auto-celebração laudatória ou de associação a marcas que “vendem”: jogadores de futebol, modelos e actores atraem audiências e anunciantes. Conceitos pré-modernos de público associam-se assim a uma outra forma de público: obter notoriedade para gerar lucros.

Já a última forma de classificar o discurso jornalístico como “público” está articulado com a ideia de acessibilidade. O jornalismo é um saber exotérico que procura conferir maior acessibilidade a saberes especializados. De origem grega, adjectivo *eksôterikos*, -ê, -on (“exterior, destinado aos leigos, popular, exotérico”) opõe-se a *esôterikos*, -ê, -on (“no interior, na intimidade, esotérico”). Esotérico traduz, um ensino

que, em certas escolas da Grécia antiga, era destinado a discípulos particularmente qualificados, completando e aprofundando a doutrina. Por extensão, diz-se de todo o ensinamento secreto e misterioso, ministrado a círculo restrito e fechado de ouvintes, discípulos ou iniciados. Exotérico, pelo contrário, expressa o ensinamento passível de ser ministrado ao grande público e não somente a um grupo selecto de alunos, discípulos especializados ou iluminados. Significa, assim, o que é externo, aquilo que a pessoa comum conhece; que se torna público, exterior.

Os saberes exotéricos abrem ao conhecimento dos leigos e das pessoas vulgares. O jornalismo tem esta marca de busca da acessibilidade, de divulgação, que constitui uma das suas mais acentuadas marcas epistemológicas. A forma de conhecer específica do jornalismo distingue-se do da ciência exactamente por permitir a acessibilidade das novas classes urbanas a saberes especializados. É responsável pela acessibilidade de temas políticos, económicos, sociais e culturais, tornando-os disponíveis a quem não possui conhecimentos de natureza sistemática e formal sobre esses temas. Assim uma das questões que pode ser associada à destrição do que é jornalismo é a sua forma específica de conhecer: para Meditsch, cit. in Moretzshon (2007); 124 o jornalismo não revela mais nem menos do que a ciência, revela de um modo diferente, isto é tem uma forma específica de conhecer.

Nesse sentido, vale a pena rever a distinção entre *conhecimento de*, empírico, próprio do dia a dia e da vida quotidiana e o *conhecimento sobre*, científico, sistemático e analítico, distinção esta trabalhada por Park na sequência de William James:

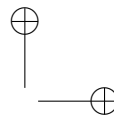
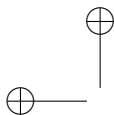
“Existem duas espécies de conhecimento ampla e perfeitamente distinguíveis: podemos chamar-lhe *conhecimento de trato* e *conhecimento acerca de* (...) Nos espíritos que possuem alguma capacidade de falar, por mínima que seja, existe, é verdade, algum *conhecimento acerca de* tudo. As coisas, pelo menos, podem ser classificadas e referidas as ocasiões do seu aparecimento. Mas em geral, quanto menos analisemos uma coisa e quanto menor o número das re-

lações que percebemos menos sabermos acerca dessa coisa e mais do tipo *de trato* é a nossa familiaridade com ela. As duas espécies de conhecimento, portanto, como o espírito humano praticamente as exerce, são termos relativos. Isto, a mesma ideia de uma coisa pode denominar-se *conhecimento acerca* dessa coisa, em confronto com uma ideia mais simples, ou *trato com* ela em comparação com uma ideia ainda mais articulada ou explícita” (James em Oliveira da Silva, 1988: 41).

Assim, estas duas formas de conhecimento não seriam mutuamente exclusivas mas encontrar-se-iam numa espécie de contínuo, podendo a notícia aproximar-se mais de uma ou de outra, embora mais provavelmente o faça da primeira.

Para muitos o jornalismo seria precisamente a aproximação ao senso comum e às suas potencialidades democráticas. Assim enquanto a ciência pode ser traduzida em linguagem comum, o jornalismo é conhecimento imediatamente formatado como linguagem comum (Cfr. Serra, António in Moretzshon 2007: 131). Enquanto um cientista – mesmo aquele que trabalha com a realidade social como o sociólogo – é um pensador que pode propor os problemas epistemológicos do seu próprio trabalho, o jornalista “é um homem de acção que deve produzir um discurso com as limitações do sistema produtivo no qual está inserido” (Cfr. Alsina, 2006, p. 38).

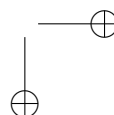
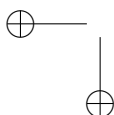
Apesar destes elementos, é necessário evitar a identificação do conhecimento do senso comum com o conhecimento individual da vida quotidiana, elementar e positivo. Na verdade o que existe muitas vezes é uma simulação dessa imediatidade, dessa instantaneidade porém, ela não é um ponto de partida como no conhecimento individual mas um ponto de chegada (Genro, 58 in Moretzshon, 2007: 128). O jornalismo não se trata de algo espontâneo associado à consciência individual e às relações externas imediatas de cada pessoa mas um processo que implica complexas mediações objectivas (Gento cit. in Moretzshon, 2007: 133).



É interessante ainda recordar que os teóricos da Escola de Chicago apenas conheceram dois modelos de conhecimento: um fundado no senso comum e outro no paradigma positivista da ciência. Nosso entendimento, é possível ir mais longe: a notícia pode oscilar entre uma concepção limitada de senso comum e uma espécie de pedagogia crítica, na medida em que possa activar o pensamento sobre realidades longínquas, estranhas ou que não coincidem com o que temos por familiar e adquirido. Porém, essa oscilação não é tão simples nem linear. O jornalismo pode ser exactamente o lugar que permite o sentido comum e a atitude crítica, que é implícita a algumas formas de comunicação pública, encontrarem-se.

1.5. O saber profissional dos enunciados jornalísticos: a objectividade e a identidade profissional

Finalmente, o enunciado jornalístico é produzido por indivíduos dotados de um conjunto de saberes e competências que se estruturaram em torno de uma determinada relação com a verdade, como um valor fundamental que estrutura a profissão. As profissões são desempenhadas por indivíduos, dotados de saberes e competências especializadas, princípios e valores partilhados que podemos classificar de elementos ideológicos que lhes procuram conferir legitimidade, e regras de funcionamento organizacional que regulamentam a inserção no mercado de trabalho ou numa unidade empresarial. No caso concreto do jornalismo, houve alguma dificuldade em definir, de forma universal, os mecanismos de acesso à profissão assim como os respectivos mecanismos de formação que permitam aceder a um corpo de saberes estabilizado mínimo prescrito para o exercício da mesma (Cfr. Fidalgo, 2008: 11-11; Cfr. Deuze, 2005). Entre o fim do século XIX e princípio do século XX, verificou-se uma consolidação da cultura profissional, a qual teve como modelo, as profissões liberais tradicionais, tal como medicina e



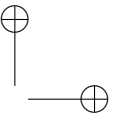
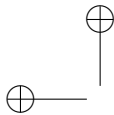
direito e se traduziu na constituição de associações profissionais com sistemas de controlo normativo sobre os seus membros, expresso através de códigos deontológicos. Tal movimento traduziu uma aspiração de legitimidade das novas profissões que pretendiam alcançar reconhecimento social. O aparecimento de um conjunto de valores e de deveres nas profissões relacionadas com a comunicação “emergiu do *ethos* do profissionalismo que caracteriza a ascensão da classe média na formação das sociedades modernas” (White, s/d: 47). A promoção da legitimidade das novas profissões baseou-se na possibilidade de um treino técnico, na busca de um acesso crescente às especializações científicas mais recentes e na associação voluntária em defesa do aperfeiçoamento da profissão por aqueles que a exerciam (White, s/d: 47).

A legitimidade profissional – necessária para a afirmação social e para a afirmação do monopólio do mercado profissional, exige dois requisitos:

“1) que um conjunto de conhecimentos esotéricos e suficientemente estáveis relativamente à tarefa profissional seja ministrado por todos os profissionais; 2) que o público aceite os profissionais como sendo os únicos capazes de fornecer os serviços profissionais” (Solosky, 1993: 93).

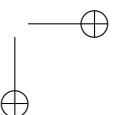
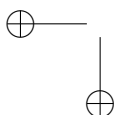
No caso específico do jornalismo, contrariamente ao direito e à medicina, a classe não exerceu na maior parte dos casos o controlo da educação profissional necessária para o exercício da profissão, pelo que este é, grande parte exercido no âmbito das organizações empresariais. Tal pode ser o motivo que conduziu à interiorização rotineira e burocraticamente enquadrada de normas profissionais como sejam a objectividade, traduzida em especial, num conjunto de procedimentos (Tuchman, 1978).

O conjunto de procedimentos associados à ideia de objectividade (audição das partes conflituais, uso de aspas, etc.) funciona em torno da standardização do produto e da procura da auto-legitimação da profissão (Tuchman, 1978; Schudson, 1978). Assim, é possível referir o



corpo de valores associados à objectividade como uma ideologia, isto é como um quadro integrado de categorias, conceitos e relevâncias que visam legitimar uma profissão. Sem prolongar a discussão demasiado “velha” e quizá exagerada sobre as implicações ontológicas e epistemológicas da palavra “objectividade”, mais vale apontar para o modo como esta se relaciona com a auto-legitimação profissional. Relacionada com o ambiente positivista em que floresceram fenómenos como a racionalidade administrativa e a especialização científica, a objectividade ficou famosa através da sua identificação com um ritual estratégico que torna possível a adesão à racionalidade das indústrias de produção da notícia e à necessidade de evitar processos de difamação ou acusações de parcialidade. Como Tuchman explicou de forma exemplar, os jornalistas procuraram explicar que usando determinados procedimentos (audição das várias partes, uso judicioso das aspas, a introdução elementos probatórios, a narração dos acontecimentos segundo uma forma canónica que estrutura a relevância dos acontecimentos) resolveriam o problema da adequação entre o enunciado e a realidade.

A ideologia e o *ethos* jornalístico associado à relação com a verdade (objectividade e outro conjunto de conceitos como o rigor, imparcialidade, neutralidade, distanciamento profissional, etc.) podem ser “uma imagem” construída com propósitos estratégicos (obter legitimação profissional) mas também podem orientar normativamente os procedimentos, articulando-se com a ideia de promessa atrás referida, que afinal, estaria no centro da própria imagem e orientação cognitiva associada ao “profissionalismo jornalístico”. Assim, influenciam a estrutura da organização noticiosa e a prática quotidiana do jornalismo, tornando-o possível devido à sua influência no inconsciente colectivo da comunidade jornalística.



1.6. O problema da influência: a importância da abordagem sociocognitiva

Tendo em conta a influência social do jornalismo, teremos de analisar alguns problemas relacionados com a chamada teoria dos efeitos, nome geralmente dado a uma considerável quantidade de pesquisa direccionada para a avaliação da influência dos *mass media* nas atitudes e nas opiniões (Cfr. Hartman and Husband, 1973: 271).

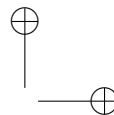
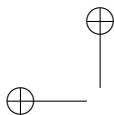
A primeira fase da teoria dos efeitos foi influenciada por uma visão dos actores sociais como uma unidade atomizada da “sociedade de massa”, cuja psicologia fundada no modelo estímulo-resposta, era entendida como sendo directamente influenciável pelo estímulo da mensagem.

A concepção atomística do público nas comunicações de massa (típica da teoria hipodérmica) correlacionou-se com a disciplina que liderava a primeira fase dos estudos comunicacionais, ou seja, a psicologia behaviorista que privilegiava os comportamentos dos indivíduos. Com base nesta hipótese, levaram-se a feito uma enorme quantidade de experiências de laboratório que se centravam em aquilatar o modo como os *media* influenciavam as audiências. A postura dos investigadores, na maior parte dos casos, respondia a uma ampla base de experiências e de ideias vigentes que convergiam numa tese central sobre o extremo poder dos *media*.

A propaganda alcançaria sempre os seus objectivos, de acordo com uma formulação teórica que passou a ser designada, caricaturalmente, como bala mágica, isto é uma bala de alta precisão que nunca falharia o seu alvo.

Esta primeira tentativa de produzir uma observação científica sobre os processos de comunicação evidencia uma preocupação unilateral com os efeitos produzidos, resultante de um conjunto de preocupações circunstanciais e próprias da época com os efeitos da propaganda.

“Torna-se, de certa forma legítimo, intuir uma inquietação envolta por um clima de terror e de certo mistério, mas



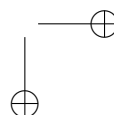
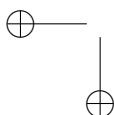
também de uma profunda ignorância quanto aos meandros mais secretos do funcionamento dos novos meios de comunicação e aos limites do seu poder” (Esteves, 2002: 14).

De uma forma geral, o modelo de efeitos totais tinha como implícito um conjunto de premissas:

- a) Os processos comunicacionais são assimétricos com um emissor activo que produz um estímulo e uma massa passiva de destinatários que, uma vez atingida pelo estímulo, reage;
- b) A comunicação é intencional e tem por objectivo produzir um efeito observável e susceptível de ser avaliado na medida em que gere um comportamento que pode de certa forma associar-se a esse objectivo;
- c) Os papéis de comunicador e destinatário surgem isolados, independentes das relações situacionais e culturais em que os processos comunicativos se realizam mas que o modelo não contempla: os efeitos dizem respeito a modelos atomizados, isolados (Schultz, 1982 citado por Wolf, 1987: 25).

Numa segunda fase da pesquisa, emerge uma segunda abordagem conhecida como paradigma dos efeitos limitados que estabelece uma espécie de ortodoxia até aos anos sessenta. Segundo esta abordagem, os *media* não são geralmente uma causa suficiente para a produção de efeitos sobre a audiência, antes produzindo um nexo entre influências díspares. Considerando três tipos de efeitos (reforço, modificação ou conversão das atitudes pré-existentes) o reforço das pré-disposições dos agentes sociais foi o efeito mais frequentemente verificado.

Os efeitos dos *media* teriam assim de ser analisados, tendo em conta as predisposições das audiências. Este tipo de abordagem deu um realce especial à influência exercida pelos pequenos grupos nos líderes de opinião (Cfr. Klapper, 1960: 15-31). Esta análise dos *media* continuava sobretudo preocupada com efeitos de curto prazo relevantes para



algumas circunstâncias particulares como fossem campanhas eleitorais ou publicitárias.

Paul Lazarsfeld juntamente com outros investigadores, como Berelson, Gaudet, McPhee e, em especial, Eliuh Katz – foi um dos principais inspiradores desta hipótese – “o fluxo da comunicação em duas etapas” – que se tornaria o elemento estruturante de várias décadas de pesquisa empírica centrada nos efeitos dos *media* (Cfr. Katz, 2002: 61- 62).

Da sua larguíssima presença no panorama académico americano resultaram duas publicações em livro: *The people's choice –how the voter makes up his mind in a presidential campaign* (1944), resultante do seu trabalho conjunto com Berelson e Gaudet e *Personal Influence – the part played by the people in the flow of mass communication* (1955), onde trabalhou com Eliuh Katz.

O contributo de Lazarsfeld traduziu-se em especial na abordagem empírica que daria lugar a dois importantes momentos teóricos, para o qual contribuiriam outros investigadores, nomeadamente Katz: o fluxo de comunicação em duas etapas e a teoria dos efeitos mínimos, ambas largamente relacionadas entre si.

O modelo dos efeitos limitados emergiu originariamente no estudo efectuado sobre a campanha eleitoral em Erie County e que deu origem à publicação de 1944. Os resultados não identificaram efeitos directos significativos das principais rádios e jornais na votação e na opinião e, por isso, minaram completamente a crença até aí divulgada no modelo estímulo – resposta. Por outro lado, em 1955, Katz e Lazarsfeld desenvolveram de forma mais refinada a hipótese, tendo em conta que os líderes nem sempre se encontram numa posição de hegemonia piramidal. A sua principal característica que os distingue e potencia a sua capacidade de influenciar é um interesse mais activo por aquilo que dizem os meios de comunicação social. O modelo do fluxo de comunicação em duas etapas envolveu os seguintes pressupostos essenciais:

1. Os indivíduos não estão socialmente isolados, fazendo parte de grupos sociais no interior dos quais interagem com outras pessoas.

2. As respostas a uma mensagem mediática não são directas e imediatas. São mediadas e influenciada pelas relações interpessoais travadas no interior do grupo. Os efeitos dos *mass media* são resultado de um processo mais complexo que é o da influência pessoal.
3. Os dois processos, um de recepção e de atenção e outro de resposta sob a forma de aceitação ou rejeição da tentativa de influência ou informação estão relacionados.
4. Os indivíduos não são todos iguais perante as campanhas mediáticas. Podem ser mais activos na recepção e difusão das mensagens dos *media* ou mais dependentes de contactos sociais no interior do grupo.

Finalmente, depois dos anos sessenta, a influência social dos *media* começou a ser analisada por abordagens mais sofisticadas provenientes de muitas latitudes diferentes: estudos culturais, fenomenologia, sociologia da cultura e até de pesquisas tradicionais da sociologia empírica, agora mais preocupados com a dimensão culturalista e cognitiva. Verificou-se uma deslocação do objecto de estudo que deixou de ficar exclusivamente centrado na persuasão em favor de uma maior focalização na transmissão e na disponibilização de conhecimentos. Demonstrou-se que certo tipo de efeitos se desenvolve a médio e longo prazo, resultando muito mais de uma influência indirecta sobre o conhecimento socialmente distribuído (cfr. Saperas, 1993: 46).

Por um lado, a natureza dos *media*, o tipo de ideologia que estes geravam, juntamente com a própria limitação de tempo e de espaço e a necessidade de agradar aos eleitores constituem, em si mesmos, constrangimentos seja na selecção dos eventos que merecem ser tratados como noticiáveis seja no tipo de tratamento que recebem.

Em segundo lugar, no caso específico dos casos de estudo que seleccionamos, importa salientar que cada herança e tradição cultural implicam a existência de classificações dos agentes sociais que operam

em contextos culturais diferentes dos seus. A construção social do estrangeiro remete para um conjunto de valores adquiridos e partilhados pelo grupo e que a eles dizem respeito que são mobilizados, de forma particularmente agressiva, em momentos estratégicos.

Finalmente, é preciso ter em conta os “valores-notícia”, que são os critérios que definem a escolha de acontecimentos que se tornarão matéria noticiosa. Ora, um traço que torna os elementos mais noticiáveis é a sua facilidade em serem interpretadas dentro de um enquadramento sócio-cultural familiar, em termos de imagens, expectativas e estereótipos consagrados. Assim sendo, a chave de uma verdadeira compreensão do papel dos *media* é aceitar uma contínua interacção entre acontecimentos, significados culturais, contratos de leitura e enquadramentos providos pelo campo noticioso. Mais uma vez se joga aqui a relação entre mundo objectivo, mundo subjectivo e mundo simbólico, o que sob o ponto vista heurístico e analítico terá muito que ver com sociedade, cognição e discurso.

De acordo com a perspectiva que se seguiu a esta reavaliação e que percorre quer a sociologia americana quer a teoria crítica europeia (Adoni e Mane, 1984: 32:340), tomou-se por adquirido que os *media* influem decisivamente nos “processos pelos quais qualquer corpo de conhecimentos chega a ser estabelecido como realidade” (Berger e Luckmann, 1973: 13-14). Foi, finalmente, reconhecida a sua dimensão importantíssima no que respeita ao estabelecimento de um significado comum e intersubjectivo acerca da vida quotidiana. Esta influência exerce-se quer ao nível da relevância relativa dos temas em debate, quer ainda no que respeita ao próprio tratamento dos diversos temas considerados relevantes. Poderá dizer-se que, frente ao sempre estreito conjunto de experiências que qualquer pessoa poderá ter, os *media* dispõem de um amplo leque de experiências que são definidas de acordo com uma lógica institucional, organizativa e profissional que lhes é própria (Ferry, 1995: 61). Desta forma, têm um impacto considerável no processo de socialização, de aprendizagem de valores básicos, geralmente

referenciada pelos estudos culturais, na senda de Gramsci, por hegemonia (Downing, Mohammadi e Sreberny-Mohammadi, 1995: xiii).

O modelo de análise que hoje se configura como mais consentâneo com os estudos recentes levados a efeito é o que descreve a informação como “construção da realidade social”. A realidade não pode ser completamente distinta do modo como os actores a interpretam, a interiorizam, a reelaboram e a definem histórica e culturalmente. Porém, apesar da importância que será justo atribuir aos *media*, a influência exercida por estes não pode ser concebida de modo unilateral. É impossível pensar numa sociedade integralmente massificada. Os grupos de que os receptores fazem parte funcionam como comunidades interpretativas, em que as normas e conhecimentos partilhados e as relações entre os respectivos membros intervêm nos processos de interpretação das mensagens recebidas. Finalmente, essas comunidades interpretativas têm ao seu dispor, de forma crescente, potencialidades no sentido de comentarem, responderem e até promoverem o debate público sobre as mensagens recebidas.

As sucessivas hipóteses teóricas sobre os efeitos dos *media* correm o risco de trilharem o caminho do reduccionismo, se ficarem sempre confinadas a uma imagem em que as relações dos *media* com as audiências e públicos se configurarem segundo um esquema piramidal, assimétrico e rígido. A redescoberta do poder dos *media* (efectuada, nomeadamente pelo *agenda setting*) não deve fazer esquecer que este é um poder que não pode ignorar as comunidades de interpretação constituídas pelos públicos. Com efeito, se a selecção dos tópicos para a agenda jornalística constitui um poder inegável de enormes consequências éticas, não é possível, todavia, descurar a possibilidade de que haja públicos, comunidades interpretativas, movimentos sociais, grupos de pressão, etc., que descubrem cada vez mais a possibilidade de poderem intervir nesta selecção e nesta escolha. Não é possível esquecer que estes agentes sociais podem passar, de modo cada vez mais imediato e célere, ao papel de decodificadores e de emissores, influenciando, de modo cada vez mais eficaz, os fluxos mediáticos, invertendo o sentido

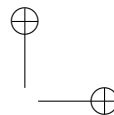
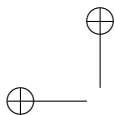
desses fluxos, convertendo o seu sentido de acordo com as suas necessidades, protagonizando a construção das mensagens de um modo cada vez mais activo como um dos seus traços mais evidentes, a mediatização. Os receptores não são audiências de plasticina mas comunidades interpretativas que codificam e decodificam segundo o mundo da vida a que pertencem.

Nesse sentido, impõe-se outra configuração teórica: os *media* não dizem como pensar, mas sobre o que pensar nas condições de uso e decodificação das mensagens pelos agentes sociais que as recebem, e de acordo, ainda com a capacidade de resposta e de interactividade que os receptores disponham.

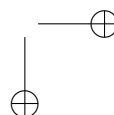
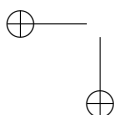
A perspectiva de abordagem orienta-se, pois, para uma hipótese de pesquisa orientada para a cognição e para o discurso, seguindo dois ângulos de abordagem:

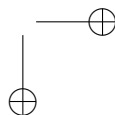
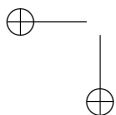
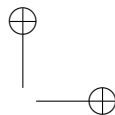
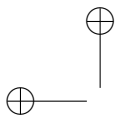
- a) por um lado, a abordagem sociocognitiva e sociocultural geralmente designada por construção social da realidade, mais centrada na detecção do enquadramento bem como das rotinas que estão na base dos enquadramentos com que se procede à construção social da realidade. A ideia de enquadramentos surge aqui associada ao mundo da vida quotidiana e às tipificações com que nesse mundo se representam e objectivam as representações de determinadas partes desse mundo da vida social.
- b) por outro lado, a análise crítica do discurso que tenta analisar de modo estrutural a produção simbólica, adoptando, todavia, sólidas premissas provenientes da abordagem cognitiva e da ideia central de modelo mental.

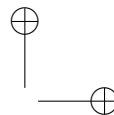
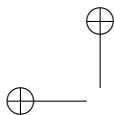
Em ambas as teorias, como veremos, encontramos noções claras de uma forma de lidar com a experiência social em que, não é possível ignorar ou descurar a posição do jornalismo: as notícias são uma representação do mundo feita através da linguagem, contribuindo decisivamente para configurar a estrutura de valores dominante. Tratam-se



de uma representação que deve ser encarada no sentido mais forte de uma construção do mundo social (Cfr. Roger Fowler, 2005: 2). Todavia, esta insistência nas “representações” deve ser associada a uma e apenas uma face do processo comunicacional: a constituição de significados objectivos, os quais não podem ser dissociado dos seus usos e recepções, das suas apropriações e das lutas que se travam em torno do processo de representar, qualificar e categorizar.







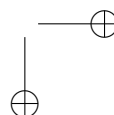
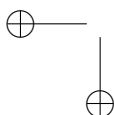
Capítulo 2

A abordagem sociocognitiva e os processos de representação mediática

O traço distintivo que se deve realçar numa abordagem sociocognitiva é a premissa segundo a qual o nosso conhecimento da realidade é também uma construção mental, produto da experiência intersubjectiva vivida quotidianamente. Foi esta premissa que originou a abusada expressão “construção social da realidade”. Com efeito, existe uma divisão clara entre a concepção da realidade como algo de ontologicamente dado e exterior à subjectividade e a realidade social como o resultado de acções sociais intersubjectivas (Cfr. Rodrigo Alsina, 1996: 29). Numa abordagem em que se considera o significado, a cognição, a sociedade, a objectividade é produto de uma intersubjectividade tornada possível pela linguagem.

Sob um ponto de vista analítico, o mundo social compreende uma realidade objectiva (a *realidade exterior* ao indivíduo)¹, uma realidade

¹ Apesar de aceitar a premissa fenomenológica de que realidade só existe para uma consciência que a pensa, isso não significa negar a existência daquilo que chamamos como realidade.



simbólica, constituída pelas diferentes formas de expressão simbólica da realidade objectiva e uma realidade subjectiva que se baseia nas acções individuais, na existência da realidade objectiva e no significado construído através de expressões simbólicas (Cfr. Rodrigo Alsína, 1996: 32). Isto é, as nossas percepções do mundo implicam uma apreensão da realidade objectiva que é tornada possível pela mediação de símbolos. Porém, esta ideia de realidade objectiva nada tem de uma verdade no sentido ontológico do termo.

A experiência é objectivada porque graças a operações que permitem operações de generalização intelectual ganha um significado que transcende a nossa subjectividade individual. Porém, as nossas subjectividades individuais continuam a ter um papel activo na construção da intersubjectividade comum.

No caso específico do jornalismo,

“hay que puntualizar que un acontecimiento no es una realidad objetiva exterior y ajena al sujeto perceptor del mismo. En segundo lugar, aunque se dé la percepción directa del echo por un periodista, este siempre está interpretando la realidad de acuerdo con su enciclopedia” (Rodrigo Alsína, 1996: 17).

Ou ainda:

“la realidad no puede ser completamente distinta del modo como os actores la interpretan, la interiorizan, la reelaboran y la definen histórica y culturalmente” (Grossi, 1985b, p. 378: 29).

Em qualquer dos casos estes textos ressoam, nas suas preocupações uma síntese do fenomenólogo e epistemólogo Alfred Schutz:

“Até a coisa percebida na vida quotidiana é algo mais do que uma simples presentificação social. É um objecto de pensamento, uma construção de índole sumamente complexa” (Schutz, 1962: 35).

Ou:

“Todo o facto é um facto extraído de um contexto universal pela actividade da nossa mente” (Schutz, 1962:36-37).

O nosso conhecimento quotidiano, as doutrinas, representações e raciocínios acerca do mundo social são o produto de uma interacção delicada entre estratégias de processamento de informação e processos sócio-culturais de vasta escala.

O problema da “construção da realidade” abrange uma nublada de conceitos e teorias, não sendo, pois, uma forma específica de abordagem mas antes um conjunto de temas e de problemas. O termo é aqui utilizado para designar um conjunto de elementos teóricos que parte de uma análise da noção de sentido e estuda a passagem do significado subjectivo ao significado objectivo. Este movimento teórico inclui as teorias que estudaram os processos de interacção diários e a constituição tipificações e de *frames* enquanto fenómenos de cognição que estão associados à objectivação da acção e do significado na vida quotidiana (por exemplo: Schutz e Goffman, ou, de uma forma distinta, Lackoff e Johnson).

Parte-se do princípio segundo o qual as dinâmicas sociais não são percebidas em si mesmo, não podem ser percepcionadas sem que previamente lhes seja atribuído um significado. Considera-se nomeadamente que essa atribuição de significado, ao nível do jornalismo, passa, em larga medida, pela construção de enquadramentos simbólicos (*frames*). Estes enquadramentos simbólicos que têm uma expressão discursiva são, porém, apenas uma parte do processo: a objectivação. A relação entre os *media* e a realidade não se esgota na representação, prolonga-se na apropriação dos significados em numerosos contextos de interacção quotidiana.

Esta forma de pensar implica, assim, que se acentue a dimensão cognitiva dos processos sociais. Não se trata de uma posição nova no domínio das ciências humanas: segundo Simmel, o estudo da sociedade necessita de se concentrar em seres humanos individuais e nas

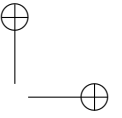
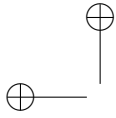
suas situações e actividades, considerando-se o processo social como localizado na mente (Cfr. Simmel, apud van Dijk, 2007: 108). Também para W.I. Thomas, as situações sociais são definidas como reais quando são reais nas suas consequências o que, de uma forma acessível, significa, ao fim e ao cabo, que as percepções e cognições dos indivíduos sobre as realidades que os rodeiam têm mais importância que os chamados “factos sociais objectivos.

A própria definição de Max Weber de acção social com que se abre *Economia e Sociedade* (Weber, 1989: 4) considera que a mesma só existe enquanto tal quando possui um significado subjectivo atribuído pelos actores sociais à sua própria conduta e à conduta de outros. Não se trata, como diz Weber, de olhar as formações sociais como indivíduos. Porém, para a interpretação compreensiva da sociologia, estas formações mais não são do que desenvolvimentos de acções específicas de pessoas individuais já que só estas podem ser sujeitos de uma acção orientada pelo significado (Cfr. Weber, 1989: 12).

Numa latitude teórica muito diferente, Mead já descobrira outro caminho em que a compreensão da mente e da consciência implicava a profunda interpenetração entre a dimensão cognitiva e social (Cfr. Morris, in Mead, 1969: xii). Para o próprio Talcott Parsons, cuja preocupação principal não eram as definições subjectivas mas antes as fundações da ordem social em termos de normas partilhadas reconhecia, embora com graduações diversas ao longo da sua obra, que a acção social era configurada por actos mentais o que pressupunha um nível de intervenção da consciência e da mente, a dimensão voluntarista, que se articularia com a dimensão normativa através da penetração dos sujeitos pelas normas.

2.1. Fenomenologia e cognição

Entre os muitos pensadores que se debruçaram sobre o problema, Alfred Schutz analisou a experiência cultural de um ponto de vista fenomenológico e desenvolveu uma tentativa de demonstrar que a cons-



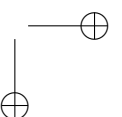
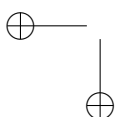
ciência intencional dirigida para um objecto é a base das nossas experiências na vida quotidiana. No fundo, este objectivo constituía, em si mesmo, um produto do trabalho fenomenológico desenvolvido por Husserl. Por detrás da ideia de construção social da realidade, esconde-se a ideia fenomenológica de constituição entendida como *ter consciência de*, ou seja a experiência cognitiva graças à qual o mundo se apresenta ao sujeito.²

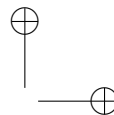
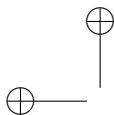
Na análise fenomenológica de que Alfred Schutz era seguidor, Husserl insistiu na existência de estruturas subjectivas que não eram passivamente postas em jogo pela experiência sensorial mas, antes, intervinham decisivamente nos actos de percepção e na elaboração do conhecimento.

A ideia de uma consciência intencional implica que nada possa existir para o sujeito sem a intervenção de uma experiência consciente (Cfr. Toulemont, 1962: 38). O objectivo da Fenomenologia, tal como foi proposto por Husserl, é, afinal, estudar os fenómenos tal como são experimentados na consciência através de actos cognitivos e perceptivos.

A abordagem fenomenológica tornou-se para muitos uma linha orientadora para a investigação sobre o conhecimento social. Num dos caminhos que tomou – o caminho da fenomenologia social delineado exhaustivamente por Alfred Schutz – a ideia de conhecimento social é quase minuciosamente percorrida passo a passo com a introdução de conceitos como os de tipificação ou de conhecimento social que têm vasta familiaridade com conceitos sociocognitivos como os de *frame* ou de modelo mental que dominam trabalhos sociológicos e linguísticos que comportam interessantes contributos para a Teoria da Notícia.

²Obviamente, o fundo cognitivista e hermenêutico de muitas das ciências sociais contemporâneas muito centrado em torno da figura de Max Weber traduz-se em pontos de vista muito diversos. Por exemplo, Schutz e Parsons tomaram Weber como ponto de partida comum. Porém enquanto Schutz conduziu a sua pesquisa em torno dos significados efectivamente visados pelos autores, Parsons gradualmente fez predominar a importância das normas e dos valores sociais e pré-existentes sobre as motivações individuais (Cfr. Manicas, 2007: 12).





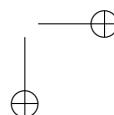
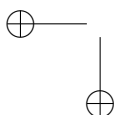
Partindo precisamente desta intenção, todo o trabalho de Schutz é explicitamente dirigido para a clarificação do conceito de significado subjectivo e a sua transformação num significado objectivo, reconhecido e partilhado por todos. Esta abordagem encontra-se especialmente presente numa tradição muito importante do pensamento contemporâneo, a análise de quadros simbólicos ou *frame analysis*, suportada em larga medida pela fenomenologia do mundo social de Alfred Schutz, por Ervin Goffman no campo da sociologia da interacção, por Harold Garfinkel no domínio da Etnometodologia, posteriormente, aplicada aos *media* e ao jornalismo por Tuchman (1978), Gitlin (1980), Altheide (1985), Saperas (1996), Steve Reeves (2001), entre outros. Embora algumas destas teorias possam ser objecto de críticas pela sua falta de referências ao poder e à dominação, não pode, todavia, ignorar-se a sua extrema utilidade no que respeita a uma análise do trabalho quotidiano do processamento de crenças, atitudes e conhecimento.

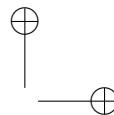
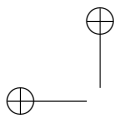
Para a linha de pensamento desenvolvida por Alfred Schutz, há pelo menos dois objectos de estudo que podem ser interessantes para a constituição de uma abordagem do discurso mediático assente na ideia de quadro simbólico ou *frame*:

- O conceito de tipificações;
- O conceito de realidades múltiplas.

2.1.1. As tipificações no mundo da vida quotidiana

Considera-se que, no mundo da vida quotidiana, ao nível do senso comum as pessoas aceitam as tipificações como um recurso para evitar a incerteza. Os agentes sociais suspendem as suas dúvidas para tornarem mais segura a sua acção no mundo (Cfr. Alfred Schutz, 1976). Adoptam uma atitude pragmática e realista chamada atitude natural. Nesta atitude, a realidade social é apreendida a partir do conhecimento de “receitas” e de comportamentos típicos, entendidos de um modo que permite assegurar a continuidade à ordem social (Schutz, 1975 b: 5). A





atitude natural, em vigor no mundo da vida, ao contrário da dúvida, implica confiança na permanência das estruturas do mundo. Crê-se que o mundo permanecerá como foi até então. Deste modo, a experiência do mundo manterá a sua validade básica (Schutz and Luckmann, 1973:7). A familiaridade com a realidade social implica um padrão organizado de rotina (Schutz, 1976: 108) aprendido graças a um conhecimento de prescrições e comportamentos típicos (Schutz, 1975: 94-95).

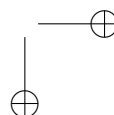
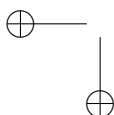
Os objectos do mundo social são constituídos dentro de um marco de familiaridade e de reconhecimento. As experiências quotidianas vividas e transmitidas pelos e para os agentes sociais formam um acervo de conhecimento de conhecimento socialmente disponível. O acervo de conhecimento socialmente disponível é o conjunto de saberes, informações e operações do dia-a-dia de que o agente dispõe para interagir com o mundo, interpretá-lo e adaptar-se a ele. Desta forma, gera-se a certeza de que os factos do mundo têm sempre uma explicação razoável.

“Aproxima-nos do mundo com uma certa familiaridade. Recorremos a esquemas de interpretação organizados de acordo com as experiências do nosso passado que se apresentam em configurações de sentido do tipo ‘o que já se sabe’” (Cfr. Schutz, 1967: 84).

A tipificação é usada e entendida como classificação em que são tidas em conta certas características básicas para a solução das tarefas práticas que se apresentam aos actores. Os objectos do mundo social são constituídos dentro de um marco de familiaridade e de reconhecimento proporcionado por um reportório de conhecimentos disponíveis cuja origem é fundamentalmente social. As tipificações permitem, assim, agir tipicamente sobre situações similares, recorrendo a um conhecimento socialmente partilhado através da experiência quotidiana.

Nesta disposição, agir racionalmente, envolve frequentemente aplicações mecânicas de precedentes.

“Todo o nosso conhecimento do mundo, tanto no senso



comum como no pensamento científico envolve construções, isto é, a definição de abstracções, generalizações, formalizações, idealizações específicas do nível respectivo da organização do pensamento” (Schutz, 1962: 5).

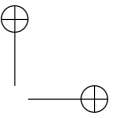
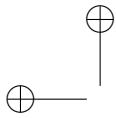
As tipificações fazem parte do processo de objectivação. A constituição de relações sociais exige a transformação da experiência interior subjectiva através da linguagem e a construção de uma realidade “objectivada” que é qualitativamente diferente da experiência subjectiva.

“A linguagem é um sistema de esquemas tipificadores da experiência que se funda em idealizações e anonimizacões da experiência subjectiva imediata. Estas tipificações da experiência separadas da subjectividade são socialmente objectivadas, na medida em que se tornam componente de um *a priori* social dado ao sujeito” (Schutz & Luckmann, 1973: 233).

A actividade de mediação simbólica não é pois uma simples acção selectiva. Constrói a realidade social através das práticas quotidianas de representação do acontecido, conferindo-lhe uma dimensão que ultrapassa a visão que cada um tem para se transformar num significado objectivo.

A tipificação é entendida como processo de abstracções e standardizações, efectuado simultaneamente no discurso existencial autêntico da pessoa e o discurso convencional sedimentado pela sociedade. Assim, a condição de possibilidade da troca comunicativa não é só a partilha do mundo, mas a sua pressuposição de forma similar, tendo em vista que os participantes na comunicação têm que partilhar, “pelo menos em parte, um sistema de relevâncias, um conjunto de tipificações e um acervo de conhecimentos que permitem a capacidade de interpretar e expressar os significados subjectivos implícitos nas acções comunicativas” (Correia, 2005, p. 115).

Como assina Tuchman, seguindo de perto Schutz:

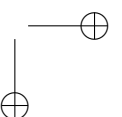
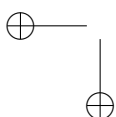


“(. . .) temporal planning characterizes social action as project. That is, social action is carried out in the future perfect tense. Action is cast into the future in order to accomplish acts that will happen should everything go as anticipated” (Tuchman, 1978: 41).

De certa forma, vemos o futuro na perspectiva do passado porque antecipamos o acto como já realizado. De acordo com esta perspectiva, o uso de tipificações surge como um componente *a priori* da realidade social. Na construção de tipificações estamos perante uma *cristalização* da experiência que permite a estabilidade, preservando características básicas para a solução das tarefas práticas apresentadas aos agentes sociais. Em face de cada nova situação, o actor busca a semelhança com outros acontecimentos, agindo de forma similar à anterior, seguindo o princípio segundo o qual as coisas permanecerão idênticas como até aí. Este desenvolvimento permite que a dialéctica entre a cultura objectiva e a cultura subjectiva não se resolva pela reificação determinista do sentido. Na verdade, este é insistentemente repensado e vivido de novo, apropriado em novos contextos, originando novas tipificações.

Uma das atitudes teóricas que, de um modo mais claro, assumiu a aplicação destes pressupostos à vida social, desenvolvendo uma metodologia própria surgiu na Etnometodologia. A ideia de Garfinkel é clara e admite a explícita herança de Schutz:

“The member of society uses background expectancies as a scheme of interpretation. With their use actual appearances are for him recognizable as the appearance-of – familiar-events (. . .). Almost along sociological theorists, the late Alfred Schutz in a series of classical studies of the constitutive phenomenology of the world of everyday life, described many of these seen but unnoticed expectancies. He called them the *attitude of daily life*” (Garfinkel, 1967:36).

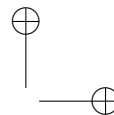
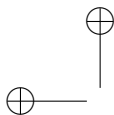


A descrição desta atitude (a atitude natural) não deixa grandes dúvidas quanto ao que é proposto e à vasta margem de coincidência desenhada entre os conceitos de Garfinkel e Schutz:

“Sociologically speaking, *common culture* refers to the socially sanctioned grounds of inference and action that people use in their everyday affairs and which they assume that others use in the same way. *Socially-sanctioned-facts-of-life-in-society- that-any-bona-fida-member-of-the society-knows* depict such matters as the conduct of family life, market organization, distribution of honour, competence, responsibility, good will, income, motives among members, frequency and causes of, and remedies for trouble, and the presence of good and evil purposes behind the apparent working of things. Such socially sanctioned, facts of social life consist of the description from the point of view of collectivity member’s interests in the management of his practical affairs. Basing our usage upon the work of Alfred Schutz, we shall call such knowledge of socially organized environments of concerted actions *common sense knowledge of social structures*.” (Garfinkel, 1967: 76).

Ao absorver-se a noção de tipificação e a noção de atitude natural, sente-se o pulsar da vida quotidiana, a pressa do tempo, a pressão do imperativo pragmático. Os desenvolvimentos destes pressupostos teóricos influenciaram claramente uma abordagem metodológica orientada para a análise, estudo e observação de actividades organizadas na vida quotidiana empreendida pela Etnometodologia (Cfr. Garfinkel, 1967: 11).

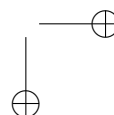
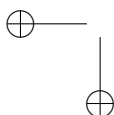
A noção de tipificação conheceu um grande desenvolvimento na pesquisa etnometodológica especialmente no que diz respeito às ideologias profissionais, isto é o corpo de normas e crenças socialmente partilhadas pelos membros de um grupo que permitem identificar de que forma estes podem fazer parte de uma dada comunidade profissional.



A tipificação é o reconhecimento de uma situação graças à rotina interiorizada na vida quotidiana e a prescrição de uma receita: reconhecemos uma pessoa que nos é desagradável e agimos em conformidade. Este processo é aprofundado pelos etnometodólogos, os quais tornaram explícita a relação entre a fenomenologia filosófica e a sua noção de tipificação. Examinou-se como um sistema informal de categorização de casos com finalidades práticas se desenvolveu em torno das características práticas do desempenho da tarefa profissional, produzindo implicações práticas na orientação para o caso concreto: como agir e como decidir. Está direccionada para uma generalização baseada na experiência individual, e por conseguinte com a formação das condições que permitem o estabelecimento de um esquema de organização cognitivo. Nas grandes organizações burocráticas ela traduz-se numa anonimização da experiência, a qual perde as suas características singulares a fim de ser configurada numa generalização que se aplica a todos os casos semelhantes.

Uma ideia central de qualquer sociologia do conhecimento é que as práticas sociais incluem e reproduzem classificações da realidade. As práticas sociais são actividades classificatórias. As classificações são sempre normativas: incluem assunções do que é bom ou mau e de como as pessoas devem agir em determinadas condições. Nesse sentido, associadas a uma instituição de natureza empresarial, a uma organização, as tipificações não apenas reproduzem mas configuram a realidade (Cfr. Ekstrom, 2003: 268).

No domínio da Teoria da Notícia, Gaye Tuchman mostrou como o trabalho quotidiano de recolha e de produção de notícias pode ser entendido como uma questão de “routinizing the unexpected”. No fundo, o jornalismo lida de perto com a proliferação e uma estratégia de controlo da erupção generalizada do “novo”. Sendo uma profissão associada ao conceito comum de “novidade”, é também uma actividade que se serve de numerosas estratégias para controlar e exorcizar a proliferação do que é “novo”. Enquanto organização burocrática especializada na formulação de significados partilhados pela sociedade, tem que



instaurar rotinas, procedimentos burocráticos, mecanismos de tipificação. Como parte do processo de criação de rotinas, os jornalistas usam diferentes categorias e tipificações de forma a reduzir a contingência intrínseca ao trabalho noticioso.

“News workers use typifications to transform the idiosyncratic occurrences of the everyday world into raw materials that can be subjected to routine processing and dissemination” (Tuchman, 1978: 50).

A construção de tipificações é uma espécie de cristalização da experiência que permite conferir estabilidade à vida social. Quando pensado em relação ao jornalismo, o recurso a esquemas cognitivos marcados por esta busca de familiaridade e tipicidade conduz a uma visão convencional associada ao senso comum. Analisando os precedentes enquanto modelos estabilizadores de todas as formas de relato de acontecimentos idênticos ou semelhantes (existiu um Watergate que precedeu numerosos casos de jornalismo investigativo como o Irangate), detecta-se um conjunto de procedimentos, fórmulas discursivas, técnicas narrativas e descritivas que se repetem, parecendo, de certo modo, estarem escritos antes de serem efectivamente escritos. Ou seja, parecem ser os acontecimentos que aderem a fórmulas narrativas pré-existent e não o contrário.

Se as notícias são um método altamente institucionalizado de tornar a informação disponível aos consumidores, praticado por profissionais que trabalham em organizações, têm necessariamente de reflectir nas suas escolhas e na sua estrutura as práticas institucionais da profissão. A organização narrativa acaba por reflectir uma espécie de profissionalismo anónimo, onde se inscrevem a marca de procedimentos rotineiros, de fórmulas consagradas, de lugares comuns facilmente reconhecíveis. As especializações podem ser ignoradas se necessário. Todos devem ser capazes de fazer o trabalho de qualquer um dos outros, independentemente do facto de cada um deles estar prioritariamente indicado para proceder à cobertura de notícias destinadas a uma certa secção.

“Citando alguns repórteres, cada um tem de ser um profissional capaz de cobrir toda e qualquer coisa porque cada um deles pode ser indicado para proceder à cobertura de qualquer assunto em qualquer momento” (Tuchman, 1978:67).

A prática procede ao estabelecimento de um conjunto de procedimentos e de formatos tendentes a assegurar a cobertura de determinados assuntos e, em especial, de determinados factos, que implicam o recurso à experiência acumulada para permitir a estabilidade na sua abordagem. As formas de construção da realidade informativa definem-se como o resultado de um conjunto de rotinas profissionais e de práticas discursivas, que funcionam como tipificações da realidade. As rotinas, enquanto padrões comportamentais estabelecidos, são, entre os processos de fabrico da informação jornalística, os procedimentos que, sem grandes sobressaltos ou complicações, asseguram ao jornalista, sob a pressão do tempo, um fluxo constante e seguro de notícias e uma rápida transformação do acontecimento em notícia (Traquina, 1993:32-33). Uma tipificação refere-se a determinadas características relevantes para a solução de problemas práticos encontrados na actividade quotidiana (Tuchman, 1978:50).

É a existência da tipificação que permite transcender momentos particulares da acção para se atingir o significado que cada tipificação das acções possui para o conjunto dos actores sociais (Saperas, 1993: 148), auxiliando o jornalista na construção de uma narrativa estandarizada e padronizada pensada de modo a superar os constrangimentos espaciais e temporais e conquistar o agrado por parte das audiências. Ser um jornalista profissional significa ser capaz de utilizar tipificações para invocar técnicas de reportagem adequadas. Deste modo, os próprios “furos” jornalísticos, susceptíveis de alterarem as rotinas diárias, pressupõem um saber de reconhecimento e uma capacidade de recorrer a precedentes que permitem reconhecer a ocorrência, enquadrá-la, no sentido em que se procede a uma comparação mental – quase inconsciente – com situações idênticas ou similares, previamente verificadas,

trabalhá-la de acordo com os procedimentos e fórmulas que as situações anteriores determinaram como mais adequadas, tornando-a assim, num acontecimento susceptível de ser facilmente compreendido pelas audiências, depois de facilmente caracterizado pelo jornalista.

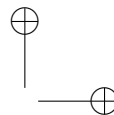
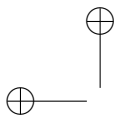
É, pois, o conjunto de tipificações a que se procede no decurso da actividade profissional que permite ao jornalista agir “como sempre” em face de circunstâncias idênticas, tipificando a ocorrência com o recurso a um conjunto de conhecimentos pré-adquiridos.

Nesta orientação da pesquisa, a atenção recai sobre a importância das rotinas dos jornalistas para a interiorização de um saber baseado na experiência. As experiências colhidas no mundo da vida dos próprios jornalistas – as rotinas organizacionais instaladas na redacção e as interacções sociais levadas a efeito no interior da comunidade jornalística – desempenham um papel relevante na constituição de referências essenciais para a leitura que estes profissionais fazem da realidade social.

As definições da realidade são suportadas e produzidas por um conjunto de práticas por meio das quais determinadas definições seleccionadas da realidade são representadas. Assim, o relato jornalístico, como qualquer outra forma de enunciado procede ao acto de relatar de acordo com as tipificações negociadas pela comunidade jornalística em sintonia com a pluralidade de dinâmicas sociais em que está inserida.

“As “tipificações” referem-se a modos de classificar nas quais as características relevantes são centrais para a resolução de problemas imediatos e para levar a efeito tarefas de natureza prática, sendo constituídas e fundadas na actividade quotidiana. O uso de “tipificações” conota-se com a tentativa de localizar as classificações no seu contexto quotidiano (...)” (Tuchman, 1978: 50).

São parte de um acervo de conhecimento profissional, pelo que ser um repórter capaz de lidar com ocorrências idiossincráticas significa ser capaz de usar tipificações adequadas.



Tal como quais quaisquer outros agentes sociais que, na sua relação com a vida de todos os dias, recorrem a uma atitude pragmática e utilitária, o jornalista, desafiado pelo fluxo dos acontecimentos aos quais é obrigado a conferir sentido, também é chamado a aplicar uma lógica do concreto, a agir e a pensar de modo instintivo e decidido, descurando a reflexão ou o recurso ao conceito pela atenção ao pormenor. Há uma predisposição pragmática que acciona a tipificação e o subsequente agir de modo típico com todas as consequências que daí possam resultar numa enorme pressão sobre uma certa dificuldade em representar a estranheza, privilegiando fontes, ângulos e rotinas que sucessivamente se repetem.

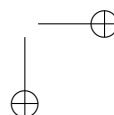
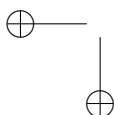
Esta orientação para a acção de acordo com uma visão tida-por-adquirida dos acontecimentos similares reforça uma propensão documentada para a sintonia com opiniões maioritária. Esta busca, em determinadas ocasiões, se não houver uma forte responsabilidade social dos empresários e dos jornalistas, pode funcionar aos níveis estilístico, lexical e conceptual como um contexto propício para uma postura conformista.

2.1.2. O conceito de realidades múltiplas

Baseando-se na discussão de William James acerca do sentido da realidade, Schutz, no ensaio “On Multiple Realities”, sustenta que há várias províncias de significado finitas enunciando como exemplos o mundo dos sonhos, a experiência teatral, a experiência religiosa ou a contemplação teórica.

“Existem, provavelmente, um infinito número de várias ordens da realidade, cada uma das quais com o seu estilo de existência pessoal e separado, chamadas por James de sub-universos” (Schutz, 1962: 204).

A concepção de realidades múltiplas aparece associada aos diferentes modos que pode tomar a relação entre consciência e mundo e



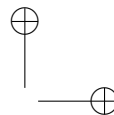
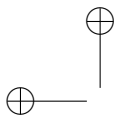
os diferentes modos de experiência humana que caracteriza a presença no mundo: isto é, cada província de significado finito possui seu estilo cognitivo próprio. Tal estilo cognitivo implica formas diversas de espontaneidade (menor no caso do sono, maior na atitude envolvida no trabalho quotidiano quotidiana, maior ainda na atitude científica), *epochés* específicas, formas específicas de sociabilidade, formas específicas de se experimentar a si próprio (que podem variar, nomeadamente, consoante os papéis desempenhados) e perspectivas do tempo igualmente diversas (Schutz & Luckmann, 1973: 27-28). Na medida em que permaneceremos atentos a esses mundos (por exemplo, quando fazemos de conta ou desempenhamos um papel), cada um deles permanece real. Mas quando deixarmos de lhe prestarmos atenção, a sua realidade esvanece-se.

Até no universo da fantasia ou da demência (o caso de Don Quixote analisado num ensaio que é uma das suas obras primas), o universo em que o cavaleiro acredita é uma província finita de significado resultante de uma particular relação da consciência com a realidade, no interior da qual é possível encontrar premissas harmónicas e coerentes entre si. Quixote constrói um sub-universo fechado, detalhadamente descrito – e como tal comprovado – nos livros de cavalaria cuja obsessiva leitura o levaram a enlouquecer. Nessa medida, recorre a argumentos semelhantes aqueles que nós usamos na atitude natural: documentos, monumentos, relatos actualizados e tornados presentes pela tradição. O mundo da cavalaria tem o seu universo epistemológico, moral, histórico, o seu sistema económico e legal. O que o diferencia do plácido universo do sensato Sancho é “apenas” o esquema de interpretação prevalecente (cfr. Schutz, 1976. 137-139).

No universo de Quixote, nada permanece paradoxal, ou contraditório desde que as actividades dos mágicos encantadores sejam aceites como reais explicando como plausíveis alguma debilidades de perspectiva cometidas por Quixote. Como alega Dom Quixote, foram os mágicos que o levaram a acreditar que os moinhos eram gigantes. Dentro da província de significado finito que constitui o seu universo da cavalaria,

as premissas mantêm a sua coerência e harmonia internas (cfr. Schutz, 1976: 140).

Apesar de o estudo sistemático dos *frames* jamais surgir na obra de Schutz, há uma relação entre os conceitos de *frame* e o de realidades múltiplas. A noção cognitiva de *frame* (quadro) surge geralmente como um conjunto de pressuposições e critérios avaliativos, dentro dos quais a avaliação pessoal de um determinado assunto se processa. Quando Schutz refere a um esquema de interpretação prevalecente que permite diferenciar a província de significado finito do mundo imaginado da cavalaria experimentada por D. Quixote da província do senso comum vivida por Sancho, esse esquema predominante delimita o que pertence ao interior e ao exterior de cada uma dessas províncias: isto é o que pode ser considerado fácil ou verdadeiro dentro delas também depende do esquema organizador de cada uma das províncias e dos princípios que permitem a definição de uma determinada experiência social. Os documentos e testemunhos recolhidos por Quixote só comprovam a continuada existência do universo de cavalaria eram que ele se encontra imerso. Porém, isso só acontece porque são abordados dentro de um determinado esquema. Da mesma maneira, a reportagem policial ou o inquérito jornalístico podem recolher conclusões distintas do uso dos mesmos testemunhos e dispositivos probatórios, consoante o esquema dominante utilizado. A própria utilização ocasional da palavra *frame* como passagem para o mundo pictórico (Schutz, 1962: 231) comprova que há uma relação de familiaridade conceptual. Esse esquema com que se delimita uma província de significado finito, o conjunto de premissas assumidas que permitem constitui-la como dizendo quais as regras que funcionam para a sua delimitação e o que pode ou não fazer parte dessa província de significado finito, parece-se considerar com o que viria a ser verbalizado de forma mais explícita na *frame analysis*, tal como seria detalhadamente trabalhada por Goffman ou Bateson. Porém, a metáfora do quadro simbólico (*frame*) só surgira completamente explícita como uma noção de carácter científico, noutros autores. Pode-se dizer que o *frame* ou enquadramento simbólico



adoptado por Quixote apenas lhe permitia identificar as circunstâncias em função de uma qualificação prévia da realidade feita a pensar nos romances de cavalaria.

2.2. O *Frame*

Para além desta matriz fenomenológica, talvez a mais influente, que remonta a Husserl, a noção de enquadramento (*framing*) foi objecto da curiosidade de numerosas disciplinas que, sem abordar directamente o tema, trabalharam noções afins que permitem esclarecer o conceito de *frame*.

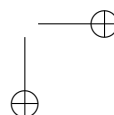
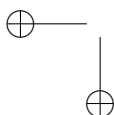
Na psicologia da percepção e da teoria da Gestalt, destacaram-se as experiências acerca da percepção visual da forma e do fundo, como sejam as duas caras/ou um vaso.

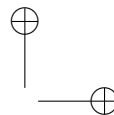
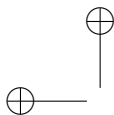
Na linguística, a hipótese de Sapir e Whorf sustentou que as estruturas linguísticas e a terminologia disponível constituem quadros de referência que dirigem a nossa atenção para certos aspectos do mundo escondendo outros (Whorf, 1956).

Na psicologia social, realçam-se os estudos, desenvolvidos nas obras de Walter Lippman e de Theodor Adorno, sobre o estereótipo e do preconceito olhados como processos cognitivos que classificam os membros de uma classe de pessoas ou objectos como iguais (cfr. Lippman, 2002: 28-29; Cfr. Adorno et al, 1993). As abordagens de Lippman abordaram o carácter dúplice do estereótipo, nomeadamente o seu carácter manipulativo e, simultaneamente, a sua função de estabilizador da realidade na economia do processamento de informação em sociedades complexas. Já os trabalhos de Adorno incidiram sobre o preconceito racial e sobre os estereótipos da indústria cultural.

Na Teoria da Comunicação e na Antropologia, surgiram as abordagens mais explícitas sobre a ideia de *frame*, com Gregory Bateson e Ervin Goffman (cfr. Bateson, 2000; Cfr. Goffman, 1986).

A estas juntam-se os vários desenvolvimentos etnometodológicos das reflexões de origem fenomenológica, a que já aludimos, nomeada-





mente graças à influência dos trabalhos de Alfred Schutz em Garfinkel (1967), Cicourel (1968) e Goffman (1986).

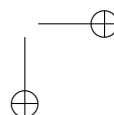
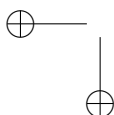
Para Bateson, o conceito de *Frame* é baseado no estudo da comunicação interactiva. *Frame* é um dispositivo metacomunicativo que dá ao receptor instruções e ajudas no sentido de o ajudar a compreender as mensagens incluídas dentro de si próprio. A interacção envolve sempre enquadramentos interpretativos pelos quais os participantes definem o modo como as acções e palavras devem ser entendidas.

Os *frames* são analisados com o auxílio das analogias dos enquadramentos na imagem (fotográfica, cinematográfica, etc.) ou dos conjuntos matemáticos. Nesse sentido, apresentam-se como dispositivos simultaneamente inclusivos e exclusivos, porque ao incluírem certas acções e mensagens excluem outras. Assim, o enquadramento é um tipo de mensagem que visa ordenar ou organizar a percepção do observador, dizendo: “Tenha em conta o que está dentro e não que está fora”. Deste modo, os *frames* implicam uma orientação para a realidade algo semelhante à psicologia da *Gestalt*: temos que atender à percepção da imagem e à percepção do fundo, enfatizando a primeira e conferindo menos atenção à segunda (Cfr. Bateson, 2000, 177-193: 184-188; 190-192). Formalmente, a noção desenvolvida por Bateson de *Frame* remete para o universo metacomunicativo de mensagens que tem por referência a própria mensagem ou a relação tematizada na mensagem. T. Michael Mhaer (2001: 87) disse a propósito:

“(...) all the early definitors of framing (Gitlin, 1980; Goffman, 1978; Tuchman, 1978) continued Bateson’s thought by emphasising framing as a process by which potential elements are either included or excluded from a message or its interpretation by virtue of a communicator’s organizing principles”.

Vinte anos depois, os enquadramentos foram apresentados à pesquisa sociológica por Erving Goffman como construções mentais que permitem aos seus utilizadores localizar, perceber, identificar e catalogar um número infinito de ocorrências concretas (Goffman, 196: 21).

Livros LabCom



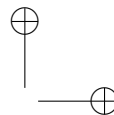
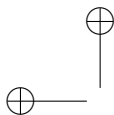
Segundo o prefácio de Bennett Berger:

“The Frame in frame analysis refers to this inevitable relational dimension of meaning. A frame, in this sense, is only a particular tangible metaphor for what other sociologists have tried to invoke by words like “background”, “setting”, “context”, or a phrase like “in terms of”. These all attempt to convey that what goes on interaction is governed by usually unstated rules or principles more or less implicitly set by the character of some large, tough perhaps invisible, entity, (for example, the definitions of situation) within which the interaction occurs” (/xiii).

Este conjunto de regras ou de princípios era, de acordo com as próprias palavras de Goffman, muito semelhante ao sentido usado por Bateson (Cfr. Goffman, 1986: 7). Assim, *frames* são, mais ou menos, elementos básicos que governam os acontecimentos sociais e o nosso envolvimento subjectivo neles (Cfr. Goffman, 1986: 10).

No início de *Frame Analysis* (1986) Goffman procede um caminho conceptualmente imaginativo. Recorda os textos de James, Gurwitsch e Schutz que determinam a existência de uma pluralidade de realidades possíveis: sub-universos no caos de William James, ordens da existência no caso de Gurwitsch e de províncias de significado finito no caso de Alfred Schutz. Qualquer destes autores enfatiza uma atenção selectiva que permite falar de um domínio de realidade ou de uma província de significado. Porém, enquanto Alfred Schutz enfatiza uma certa relação entre o sujeito e o mundo que depende primordialmente do primeiro – afinal, o que interessa não é o mundo ou a realidade mas o mundo de uma pessoa em particular – Goffman realça o princípio de organização social, dando mais ênfase ao elemento estrutural do que ao elemento cognitivo.

A constituição destes mundos depende não de uma estrutura ontológica dos objectos, como sucedia em James, mas antes do significado da nossa experiência (Ervin Goffman, 1986: 4-5). A questão para Garfinkel, Goffman e outras foi assim a pesquisa sobre as condições que



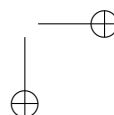
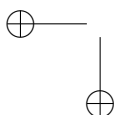
permitiam que um determinado mundo, dotado de um estilo cognitivo próprio, fosse constituído. A significação da actividade quotidiana dependeria de um conjunto finito e fechado de regras, cujo conhecimento seria uma arma poderosa de compreensão da realidade social. É este conjunto finito e fechado de regras que se designaria por *frame*.

Os trabalhos de Bateson, de Wittgenstein, ou os trabalhos de John Austin e de Peter Winch na sequência de Wittgenstein lidariam afinal com o mesmo problema que consiste esse conjunto: *frame* para Goffman é, afinal, a situação de natureza simbólica que permite delimitar “o algo” que entendemos por real. Assim *frames* seriam os princípios básicos de organização que orientam os eventos (Goffman, 1986: 11). São afinal esquemas de interpretação graças aos quais determinados acontecimentos aos quais prestamos atenção são tornados visíveis e organizados. Por sua vez, o *strip* – tira – funciona antes como determinadas ocorrências sociais sobre os quais incidimos a nossa atenção (Goffman, 1986: 11).

Na vida social surgiriam diversos tipos de enquadramentos que variam em grau de complexidade e organização. Alguns são apresentados como sistemas de regras e postulados enquanto outros se limitam a apresentar uma perspectiva, uma abordagem. Finalmente, os enquadramentos (*frames*) de um grupo social em particular constituem um elemento central de uma determinada cultura que permitem compreender como as pessoas concebem as relações sociais, as relações de estatuto e de classe, etc. (Cfr. Goffman, 1986: 27).

No caso das nossas sociedades, os enquadramentos desempenham uma função que visa permitir aos seus utilizadores explicarem as ocorrências que se dão a conhecer na vida social, utilizando o conhecimento disponível e previamente estabelecido.

O *frame*, deste modo, funciona como um elemento organizador da informação que funciona ao nível cognitivo e cultural. Quando funciona ao nível cognitivo, os *frames* convidam-nos a pensar os fenómenos sociais de um certo modo, apresentando-os, por exemplo de forma negativa ou positiva, de forma episódica ou temática. Funciona a nível



cultural quando transcende uma situação contingente abrangendo um conjunto de eventos. É baseado num princípio abstracto e, por isso, é diferente do texto através do qual se manifesta, ou seja não se deve confundir com a sua manifestação simbólica através da qual o princípio se expressa. Ignorar o princípio que deu origem ao *frame* é tomar como ideia orientadora a concepção positivista que o reduz ao conteúdo manifesto.

2.2.1. O *frame* mediático

Os *frames* também aparecem de forma significativa como elementos cognitivos que estruturam a escolha de quais as partes da realidade que irão ser transformadas em notícia ou como assunto publico, dando assim origem a estudos no âmbito da Teoria da Notícia e da Ciência Política, ou na *interface* entre ambos. Os *frames*, como quadros de experiência que desempenham uma função estruturante dos fluxos comunicacionais, auxiliam o seu utilizador a localizar, perceber, identificar e classificar um número infinito de ocorrências.

Eis alguns exemplos de definições recolhidas por Reese que evidenciam esta natureza comum dos *frames*:

“(...) to frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in communicative text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral valuation, and/or treatment recommendation” (Entman, 1993 apud Reese, 2003: 10).

“(...) a frame is a central organizing idea for a news content that supplies a context and suggest what the issue is through the use of selection: emphasis, exclusion and elaboration” (Tankard, Endrickson, Sillberman, Bliss and Ghanen, 1991 apud Reese, 2003: 10).

“(...) the basic conceptual and ideological framework through which events are presented and as a result of which

they come to be given one dominant/primary meaning rather than another” (Morley, 1976 apud Reese, 2003: 10).

“[frame] provides the criteria by which all subsequent contributions are labeled as relevant or irrelevant-beside the point” (Hall, 1982 apud Reese, 2003: 11).

“(…) a central organizing idea (…) for making sense of relevant events, suggesting what is at issue” (Gamson and Mondigliani apud Reese, 2003: 11).

“Frames are organizing principles that are socially shared and persistent over time, that work symbolically to meaningfully structure the social world” (Reese, 2003: 11).

O funcionamento dos *frames* cativou a atenção de muitos autores. Uma parte importante da pesquisa sobre o relato mediático chegara à conclusão que existem certas direcções consistentes e coincidentes na selecção, cobertura e reformulação dos acontecimentos que podem ser identificadas. Alguns sugerem que a causa dessas reformulação é produto de necessidades organizacionais.

Assistiu-se a à formulação de hipóteses que permitissem analisar o papel dos quadros simbólicos na formulação do discurso jornalístico. A pesquisa centrou-se nas rotinas e procedimentos da profissão listando procedimentos no processo de produção da notícia num telejornal que mostram que os fatos que vão ser transformados em notícias não são apenas seleccionados, mas activamente construídos. Considerou-se que a notícia não só define, redefine, constitui e reconstitui significados sociais; mas também define e redefine, constitui e reconstitui processos, práticas e instituições sociais: isto é, não se limita a representar ou apresentar mas constrói activamente (Tuchman, 1978). Procuraram-se formas específicas de enquadramento que resultam de práticas jornalísticas específicas como a Imprensa ou a Televisão (Iyengar 1991).

Noutro tipo de investigações procedeu-se à relação entre os procedimentos e práticas jornalísticas e a ideologia. Definiu-se (Hall, 2005) uma abordagem que possui algumas similitudes com a ideia de modelo mental e explica-se que na construção das notícias, os jornalistas

mobilizam enquadramentos conhecidos, pelo que as notícias já estão praticamente escritas antes dos jornalistas sentarem nos terminais de computador das redacções e redigirem suas matérias. Parenti (1986) considera que o facto de a imprensa favorecer a personalidade em detrimento dos assuntos, de escolher o sensacional e o atípico em vez do que é modal e sistémico, é uma escolha consciente feita pela organizações noticiosas para desprover os cidadãos das ferramentas críticas que lhe permitem questionar os consensos produzidos no seio das elites. Os limites do debate são estabelecidos pelas elites e são aceites pelos *media* noticiosos porque estão dependentes das consensos formulados no seio das elites e pelas instituições do capitalismo para poderem sobreviver. Consolidou-se um certo consenso que se manifesta por exemplo na cobertura eleitoral. As campanhas são interpretadas como um jogo em busca da vantagem pessoal, resumindo-se à escolha de uma liderança. A linguagem e a cultura da televisão, encorajam as campanhas a serem relatadas como um guerra, um jogo, um drama, mas raramente como uma competição entre visões alternativas (Fiske, 1987). Numa perspectiva semelhante, Gitlin (1980) dirigiu-se para o problema de saber quais os *frames* que os *media* usam para estruturar o mundo político. Focalizou-se especialmente no modo como o Estado utiliza os *media* para fazer com que os seus *frames* sejam aceites pela população. Os *media* aceitam um determinado número de *assumpções* do Estado e, quando o debate público eclode, certos resultados do mesmo são omitidos porque contradizem as *assunções* e premissas usadas para interpretar o problema.

Efectuando uma tentativa de aproximação entre a análise dos enquadramentos e a crítica ideológica, Reese (2003) propõe que os estudos dos *media* se afastem de uma preocupação estrita com o *enviamento* mediático da realidade objectiva para acentuar antes o carácter ideológico das notícias, visível nos seus conteúdos, práticas e relações com a sociedade. Segundo este ponto de vista, a ideologia proporciona o enquadramento através do qual os *media* apresentam os acontecimentos. Foi por exemplo, o que se verificou, durante a Administração

Reagan, durante a qual os *media* americanos aceitaram a definição de El Salvador como um caso de segurança nacional. Não se tratando de uma identificação entre os conceitos, convém, todavia, salientar que ideologia e *frame* se encontram relacionados em mais do que um aspecto.

Neste sentido, Frank Durham usou o trabalho de Frederic Jameson, consideravelmente impulsionado por Adorno e pela Teoria Crítica para destacar a ideia de narrativas sociais, insistindo em que os *frames* midiáticos não se podem resumir ao material que é incluído ou excluído. Este tipo de observação pode conduzir a uma orientação *empiricista*, na medida em que minimiza o estudo dos significados sociais que não são transformados em *frames*, o que constitui um erro na medida em que os *frames* socialmente censurados nos podem dizer mais sobre o próprio processo de enquadramento como um todo. Esta posição contempla os próprios *frames* como um processo de reificação que traduz uma classificação artificial do mundo, na medida em que impede as diversas ligações que existem dentro da estrutura social, delimitando, de um modo que é considerado positivista, as realidades sociais como se fosse estanques e não agissem de um modo consideravelmente interligado (Beraching, 2001: 125-26).

De acordo com este conjunto de perspectivas sobre e a relação entre *frame* e ideologia, o jornalismo pode enfatizar, deste modo, o que é socialmente previsível, correndo o risco de desenvolver uma escrita conforme ao estereótipo e eliminando, simultaneamente, o contingente e o incerto. A linguagem jornalística surgiria para organizar a experiência do aleatório e conferir-lhe racionalidade. As instituições noticiosas debruçam-se sobre o que é desviante, equívoco e imprevisível. A prática jornalística é particularmente sensível aos acontecimentos mais calamitosos que se mostram mais difíceis de classificar ou que contrariam, de forma mais clamorosa, as expectativas sociais (Ericson, Baranek e Chan: 1991: 4). O jornalismo contribuiu para a transformação da dinâmica social em rotina, estabilizando-a em acontecimentos-tipo, comportamentos previsíveis e erupções controladas. Esta estabilização

é tanto mais forte quanto resulta de um esquematismo pré-determinado. A realidade surge como o produto de um consenso sustentado pelo jogo das interacções e das negociações entre participantes no processo da sua representação social (Mouillaud, 1997:54).

No jornalismo, a actualidade e a novidade remeteriam, para o que já foi dado por adquirido. A novidade asseguraria, pela negativa, através do seu carácter excepcional, a permanência das grandes regularidades. Enquanto agência de controlo social, as representações noticiosas dotariam as pessoas com as visões e versões da ordem social que obtêm a preferência e com base nas quais os agentes tomam as iniciativas que julgam adequadas (Ericson, Baranek e Chan, 1991: 4). A questão das identidades sociais e colectivas tornar-se-ia, precisamente, um dos campos de trabalho mais susceptível de fornecer exemplos significativos, na medida em que aí se procede à adopção de auto-retratos e de opiniões, que favorecem ou desfavorecem a auto-estima, muitas das vezes subjugando-as graças a um sentimento incapacitante de ódio contra si mesmas (Taylor, 1994: 46).

2.2.2. O *frame* mediático: considerações teóricas e abordagens metodológicas

Apesar da sua aparente simplicidade, a definição e a compreensão do *frame* e, especialmente, a prática metodológica relativamente à sua detecção tem sido objecto de discussões. Desde logo, quando aplicada ao discurso torna-se notável o facto de que se podem verificar duas tendências principais: uma, influenciada pelas ciências sociais behavioristas procede à avaliação quantitativa da ênfase naquilo que é observado e explicitado. Outras correntes definem a análise de *frame* como sendo eminentemente qualitativa, única forma aliás de detectar as tensões entre o que é dito e o que é implícito. Neste segundo caso, salienta-se a necessidade de capturar os significados envolvidos nas relações internas dos textos. Modelos de análise como o *agenda setting*, ao enfatizar a saliência dos temas não revelam muito acerca da forma

como eles são abordados, embora McCombs e Shaw tenham feito um esforço no sentido de incluir o *frame* como um segundo nível de análise do agendamento (Cfr. McCombs e Ghanen, 2001, 67-83). Esta tomada de posição origina reacções dos que se supõem que o *frame*, enquanto elemento cognitivo, não pode ser subsumido numa teoria da influência dos *media* (T. Michael Maher, 83-94: 84).

Finalmente, outro problema que pode ser referido diz respeito ao facto de que há um nível de análise que não pode ignorar as audiências: dois cenários de risco idênticos podem ser avaliados de forma diferente pelas audiências dependendo de eles serem verbalizados em termos de salvar vidas ou causar mortes. Há sempre a questão de saber até que ponto a audiência adopta o enquadramento fornecido pelos *media*. Conceitos como os de *counterframing* apresentados contra os significados dominantes do texto fizeram recordar as disputas acerca de leituras oposicionais provocadas no interior dos estudos culturais. Pan e Kosicki recorrem às hipóteses de usos e gratificações, nomeadamente a Katz para interrogarem até que ponto não interessa apenas saber o que os *media* fazem as pessoas mas também o uso que as pessoas fazem dos *media* e dos *frames* mediáticos (Cfr. Reese, 2001, pp. 7-31: 7-8; Cfr. Pan e Kosicki, 2001, 35-65: 39).

A abordagem quantitativa sobre os processos de enquadramento simbólico não impede necessariamente o seu relacionamento com a dimensão crítica e compreensiva, procurando as palavras a chave e a linguagem comum que nos permitem identificar um *frame*. Entre os elementos que, no plano simbólico e discursivo, na pesquisa sobre um determinado texto, há elementos que podem ser analisados: a) manchetes e títulos; b) subtítulos; c) fotografias d) legendas fotográficas; d) *leads*; e) selecção das fontes; f) citações seleccionadas; g) realce das citações; h) identificação gráfica dos artigos caso seja feita uma série sobre um tema; i) estatísticas e gráficos; j) parágrafos conclusivos (James Tankard Jr Reese, 2003, 95-106: 101), ou, inclusive, as metáforas e o estilo (Zoch 2001, 195-205).

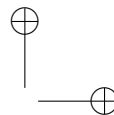
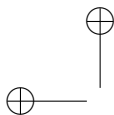
2.3. Da fenomenologia aos estudos do discurso: ideologia e modelos mentais

Um percurso paralelo que desenvolve uma abordagem sociocognitiva susceptível de ser aplicada ao discurso dos *media* é a que provém de vários sectores dos Estudos de Discurso. Haverá alguns elementos da preocupação cognitiva que o aproximem da problemática desenvolvida no âmbito da fenomenologia social e prosseguida pela sociologia do conhecimento, sociologia da cultura e Etnometodologia? Apesar de muitos pressupostos estruturalistas, evidencia-se uma preocupação de natureza cognitiva que autoriza a existência de elementos de alguma possível coincidência entre a abordagem sociofenomenológica e elementos da versão sociocognitiva da análise do discurso.

Um elemento que foi manifestamente desconsiderado durante muito tempo na análise do discurso, foi a dimensão cognitiva profundamente associada à fenomenologia social, a qual passou a ser recuperada por correntes que rompem com a tradição estruturalista e pós-estruturalista. A intenção crítica já não significa abraçar um ponto de vista determinista em que todas as dimensões psicológicas das práticas sociais e discursivas sejam ignoradas para se centrarem no plano discursivo como se este fosse não mais do que um espelho do nível sistémico e institucional.

Destaca-se assim, uma maior preocupação mais detalhada com as dimensões cognitivas.

“Contexts thus are not some kind of ‘objective’ condition or direct cause, but rather (inter)subjective constructs designed and ongoingly updated in interaction by participants as members of groups and communities. If contexts were ‘objective’ social conditions or constraints, all people in the same social situation would speak in the same way. So the theory must avoid social positivism, realism and determinism at the same time: Contexts are participant constructs” (Van Dijk, 2007b :x).



Ou:

“contexts should not be defined in terms of ‘objective’ social structures, but in terms of the way participants understand and construe the social episodes in which they are communicating” (van Dijk, 2007: 107).

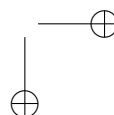
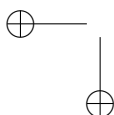
Nestas abordagem, coincidindo com as preocupações descritas na fenomenologia social, qualquer teoria do discurso, nomeadamente do discurso jornalístico, ficaria incompleta sem uma componente mental, cabendo à psicologia cognitiva analisar as dimensões mentais de um discurso, nomeadamente as representações e processos usualmente localizados na linguagem dos utilizadores. Na organização de um discurso, nomeadamente na construção de uma coerência interna, os falantes e actores sociais dispõem de *conhecimento*. Conhecem as regras que organizam as estruturas do discurso e conhecem as estratégias e os contextos em que as mesmas regras devem ser aplicadas. Por outro lado, a compreensão de uma frase ou o estabelecimento de coerência entre frases implica o uso de um repertório de *crenças*. A escolha de determinados itens lexicais, a variação de estilo ou o uso de dispositivos retóricos implicam a existência de *opiniões* e de *ideologias*, das quais são, afinal, expressões simbólicas.

2.3.1. Ideologia

A questão da cognição na tradição crítica articula-se de forma particularmente decisiva com o conceito de ideologia, geralmente associado a uma forma de legitimar as relações de dominação, apresentando-as como algo de natural e de evidente, fazendo-as aceitar ao grupo dominado como algo adquirido. Há alguns elementos que vale a pena enunciar na definição de ideologia que aqui se partilha:

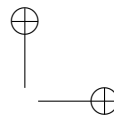
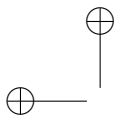
- a) As ideologias são crenças sociais partilhadas e não opiniões individuais. Não têm que ver com aspectos secundários da vida

Livros LabCom



quotidiana mas com temas relevantes para um grupo ou para a sua existência. Existem crenças episódicas e crenças sociais. As crenças episódicas são individuais e pouco duradouras. As crenças sociais e culturais são aquelas que partilhamos com outros, enquanto membros de um grupo organização ou cultura. As ideologias são entendidas como pertencendo tipicamente às segundas, ou seja às crenças culturais e sociais.

- b) As ideologias não se limitam a reproduzir a dominação social. É incorrecto aceitar a ideologia como uma mera transcrição simbólica das relações sociais de dominação: esta visão implica tacitamente aceitar que os agentes funcionariam de uma maneira sobredeterminada sendo incapazes de produzir ideologias de resistência (Cfr. van Dijk 1997, 25). Reconhece-se que, além das suas funções mais negativas – reproduzir dominação e desigualdade – as ideologias também criam solidariedade, organizam lutas pelo reconhecimento e desencadeiam movimentos de oposição. Há ideologias que sustêm e legitimam a oposição e a resistência contra o domínio e a resistência social (Cfr. van Dijk, 2000 138 van Dijk, 2003, p. 16).
- c) A ideologia tem uma natureza grupal. É o conjunto de crenças fundamentais de um grupo e dos respectivos membros (Cfr. van Dijk, 2003: 14). Caracteriza-se sobretudo pela sua função de garantir a coesão, cooperação dos membros de um grupo e do próprio grupo enquanto tal. Assegura que os participantes do grupo pode agir da mesma maneira em circunstâncias similares, especialmente em situações de competição ou ameaça que possam conduzir à desintegração ou à derrota do grupo (Cfr. van Dijk, 1997: 26). Definem quem pertence ou não ao grupo: situa-nos a “nós”, membros do grupo interno, contra os “outros” que não pertencem ao grupo externo. Apesar de tudo, a ideologia implica uma certa relação entre os níveis grupal e individual. Apesar de serem elementos grupais, podem permitir a participação dos



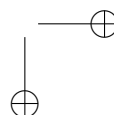
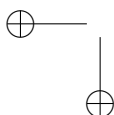
indivíduos enquanto membros do grupo. De certa forma, cada indivíduo possui uma versão individual da sua ideologia.

- d) As ideologias, em relação ao grupo, desempenham uma função axiomática. Podem ser definidas como base das representações sociais partilhadas pelos membros do grupo que ajudam os seus membros a organizarem a multiplicidade de crenças acerca do que é certo e errado, bom ou mau, justo ou injusto (Cfr. van Dijk, 1998 b: 8). São um sistema de crenças sociais, gerais e abstractas, partilhadas por um grupo que organizam o conhecimento mais específico e as atitudes e opiniões do grupo. Aplica-se a dimensões fundamentais do grupo, nomeadamente a das suas relações com grupos externos, em particular com inimigos ou oponentes (van Dijk, 1997: 49; Cfr. van Dijk, 1997: 69). As ideologias, nomeadamente definem critérios de pertença (quem pertence ao grupo?), actividades típicas (que fazem os membros do grupo?), objectivos gerais (Que queremos? Com que fim realizamos dadas actividades), normas (o que é, para Nós, bom e mau?), critérios de relacionamento (quais as nossas relações com os restantes?), recursos (quem pode aceder aos recursos do grupo?) (van Dijk, 2003: 27).
- e) As ideologias têm uma componente agonística: geram diferenças de opiniões, conflitos e lutas, pois implicam sempre assunção de uma diferença e de um confronto. As ideologias comportam sempre uma dialéctica de inclusão entre “Nós” e “Eles”. Um conjunto de crenças considerado verdadeiro por todos, deixa de ser ideologia e passa a ser conhecimento.

2.3.2. Conhecimento social

Enquanto a ideologia reflecte, no fundo, a luta pela legitimidade dos grupos implicando, por isso, uma dialéctica de inclusão/exclusão graças à qual se define os horizontes e territórios grupais, o conhecimento

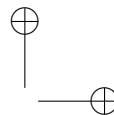
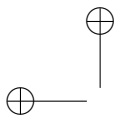
Livros LabCom



é um conjunto de crenças reconhecidas como verdadeiras de acordo com um certo critério de verdade partilhado por um grupo social ou instituição. No conhecimento, sabemos que P se acreditamos que P e se temos boas razões, evidência ou prova de que P é verdadeiro. Os enunciados cognitivos podem ser justificados por exemplo em termos de critério de verdade culturalmente aceites, como sejam a observação pessoal, fontes credíveis inferência lógica, senso comum, ou formas consensuais do tipo “toda a gente sabe que é assim”. Enquanto as opiniões se referem aquilo que se gosta ou não, aquilo que se considere ou não adequado fazer-se, o conhecimento define-se por aquilo que pensamos ser verdadeiro ou falso. As opiniões enquanto crenças avaliativas pressupõem um julgamento baseado em normas e valores socialmente partilhados. Já o conhecimento consiste em crenças factuais socialmente partilhadas baseadas em critérios de distinção entre a verdade e não verdade.

Dentro do domínio que denominamos conhecimento, o conhecimento sociocultural pode ser definido como o conjunto de todas aquelas crenças que são partilhadas virtualmente por todos os membros competentes de uma dada cultura e que são definidos como verdade pelos membros que partilham os mesmos critérios (Cfr. van Dijk, 2000: 37). Não é possível falar entendermo-nos ou interagir sem partilhar uma grande quantidade de conhecimento sobre a maior parte dos aspectos que integram o mundo da vida quotidiana.

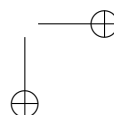
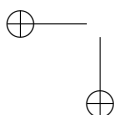
Por definição, as crenças que integram o conhecimento sociocultural não são ideológicas numa sociedade e numa cultura concreta, já que não são conflituais, nem geram oposições, lutas e grupos. São crenças gerais que compartilhamos com os demais, nomeadamente com os membros de outras sociedades ou culturas. Estas crenças formam a memória social. Pode ser tido como um pressuposto em todos os tipos de discurso por todos os adultos são e competentes, excepto no discurso didáctico e pedagógico destinado a ensinar esse mesmo conhecimento (Cfr. van Dijk, 2000, 39). Assim o conhecimento cultural é a base de



todas as crenças grupais, incluindo as ideologias (Cfr. van Dijk, 2000: 37).

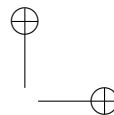
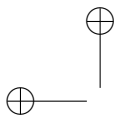
O conhecimento sociocultural funciona um pouco como o acervo de conhecimentos adquiridos a que se refere Alfred Schutz. O conhecimento sociocultural é em grande parte coincidente com o conhecimento próprio do mundo da vida quotidiana, na medida em que se recusa submeter-se à crítica do próprio conhecimento, aceitando, antes, as evidências socialmente partilhadas. Ao nível do conhecimento social quotidiano, as coisas e os factos são simplesmente assumidos como existentes pelo que o relativismo cognitivo e linguístico não faz parte das “epistemologias” quotidianas e laicas, com as quais definimos o nosso posicionamento perante a realidade do mundo. Sabe-se que, ao nível de uma teoria do conhecimento, este é por definição relativo dada a natureza mutável dos critérios de verdade. Porém, na prática, na vida quotidiana, este tipo de relativismo tornaria impossível a própria vida em sociedade: verifica-se assim, uma suspensão da dúvida e uma afirmação das evidências socialmente adquiridas, tidas como adquiridas e não negadas.

O conhecimento sociocultural é, assim, o exemplo mais evidente de crenças compartilhadas por um grupo ou inclusivamente com membros de outras sociedades e culturas. Engloba elementos fundamentais como os idiomas, a identificação dos membros e dos grupos com os quais se interage, os objectos que fazem parte do meio ambiente, as instituições sociais, o discurso educativo, etc. Funciona como um sistema de representações mentais na memória social e obviamente varia em função de critérios de verdade/falsidade vigentes numa determinada época, num determinado grupo ou numa determinada cultura, de tal forma que o que é apresentado como “ideologia” num caso pode ser representado como “conhecimento” noutro caso.



2.3.3. Conhecimento e ideologia

Não há uma divisão estanque entre conhecimento e ideologia. Toda comunicação e interação intergrupar e até o conflito ideológico implicam uma vasta área de conhecimento partilhado, tido por adquirido e indisputado. Esta abordagem permite-nos reflectir criticamente sobre as relações entre conhecimento e ideologia. Há uma longa história de “factos científicos” ideologicamente baseados (por exemplo acerca das raças) que, obviamente representam o interesse de alguns grupos. O que as ideologias fazem no campo do conhecimento é ajudar a determinar quais as crenças sociais que o grupo reclama possuírem esse estatuto. Por exemplo, as ideologias podem monitorizar o conhecimento: pessoas dotadas de fortes opiniões sociais sobre o ambiente provavelmente buscam e têm conhecimento mais detalhado acerca de ecologia do que outras pessoas que não se importam com isso pois apresentam uma determinada estrutura de relevâncias orientada para a abordagem destas questões (Cfr. van Dijk, 1997, 2^o: 29). Nesse aspecto, ajudam a focalizar determinados aspectos do mundo social em detrimento de outros, de acordo com a respectiva hierarquia de relevâncias. Também é natural que muito do conhecimento tido por adquirido por parte de um grupo seja algo de profundamente ideológico, pois diz respeito à sua legitimação, a definição das condições de pertença ou de exclusão. Inclusivamente é plausível que muito do conhecimento possa ser acusado como ideológico por pessoas que não se revêem nesse conceito. Por exemplo, o conhecimento partilhado por algumas profissões, até mesmo o conhecimento médico do corpo, compete com outras formas de conhecimento, serve para legitimar a reprodução da profissão, incorporando os critérios de verdade definidos no seu seio (Cfr. van Dijk, 2000: 50; 111). Assim, termos que concordar que se nem todo conhecimento é ideologia, há muito conhecimento do grupo que é ideologicamente fundado, inclusivamente aquele que diz respeito aos critérios sobre aquilo que é considerado conhecimento (Cfr. van Dijk 2000: 114).

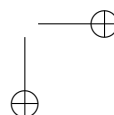
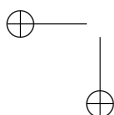


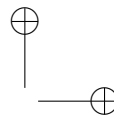
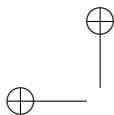
2.3.4. O modelo mental

A relação com a componente individual da cognição é trabalhada por van Dijk ao nível do modelo mental. Um modelo cognitivo que tenha em conta a análise do discurso remete uma noção crucial para os que trabalham neste plano: o modelo mental é uma construção mental subjectiva que os participantes têm acerca das propriedades relevantes da situação social. Os modelos mentais explicam muitos aspectos da contextualização, como seja a interpretação individual e social dos constrangimentos sociais, assim como a noção fundamental de relevância. No modelo mental explicitasse o que é relevante sob o ponto de vista pragmático para o agente. Este conhecimento inclui uma certa concepção dos destinatários e acerca da memória de eventos comunicativos anteriores para permitir ao falante activar o conhecimento socialmente partilhado. É relevante para a ocorrência da situação comunicativa e é, obviamente, fundamental para estabelecer o que pode ser relevante para o auditório.

Quando testemunham, lêem ou ouvem, algo sobre um acidente automóvel, as pessoas constroem um modelo desse acontecimento, que representa a experiência mental e subjectiva e a sua interpretação pelo participante (van Dijk, 2000: 79). Incorporam interpretações pessoais e experiências sobre acções acontecimentos e discursos acerca destes episódios, os quais resultam de experiências anteriores (modelos antigos que são activados ou actualizados) e de representações pessoais mais gerais e abstractas. Não são os episódios em si mesmos que são experimentados, mas a sua construção ou interpretação pessoal como modelos, normalmente construídos em torno da categoria central do *self*, que dá a orientação ou a perspectiva ao modelo e que define a experiência subjectiva dos mesmos. São os modelos de experiência. Dispomos de modelos mentais para entender o mundo da vida ao nível de acontecimentos, acções, situações e também dos participantes.

Os modelos mentais de acontecimentos proporcionam provavelmente um esquema geral e bastante abstracto que usamos na interpretação de milhares de acontecimentos que experimentamos durante a vida.





Trata-se, nesta perspectiva, de um modelo suficientemente simples e suficientemente flexível para aplicar à multiplicidade de situações diversas que encontramos na vida quotidiana. Incluem categorias como o cenário (o espaço e o tempo), os participantes (objectos e pessoas), e o próprio acontecimento.

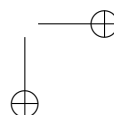
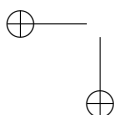
Os modelos mentais incluem não apenas informação pessoal e subjectiva, mas afirmações de crenças mais gerais e abstractas. Por exemplo, o modelo de um motim gera especificações concretas do nosso conhecimento social geralmente partilhado sobre a violência, sobre os motins em geral conjuntamente com eventuais recordações episódicas baseadas em testemunhos ou descrições de motins concretos (Cfr. van Dijk, 2003: 32).

O modelo mental também contém ideologias, as quais são traduzidas em experiências específicas que formam parte dos nossos modelos mentais. Por exemplo se compartilhamos ideologias que reagem desfavoravelmente ante a chegada de mais africanos, o modelo mental desencadeado perante uma chegada recente de imigrantes reflecte estas conotações ideológicas.

Este modelo mental também serve de ponto de partida para a produção do discurso. Neste sentido, ele funciona como uma *interface* entre representações socialmente partilhadas e práticas pessoais, isto é, um dispositivo teórico que articula a memória social com a memória episódica e as suas respectivas representações (van Dijk, 1997: 79). Porém os discursos apenas revelam uma pequena parte dos elementos que integram o modelo mental, os quais não são explicitamente verbalizados na produção do discurso.

2.4. Da análise fenomenológica à atitude crítica

A análise sociofenomenológica corre o risco de, pelo menos nalgumas das suas leituras, aparecer esvaziada da questão do poder, pelo



facto de dar uma importância central às pequenas interações realizadas no mundo da vida para explicar a forma como crenças, opiniões, valores e se reproduzem e se deixam de questionar. Isto é: essa componente é extremamente útil mas carece de um aprofundamento que a) remeta para uma análise mais conclusiva do poder e da dominação e, consequentemente, os níveis institucionais que transcendem a dimensão seja individual seja da sala de redacção; b) explicita a componente discursiva da construção social. Só a consideração dos níveis interaccionais, cognitivos e discursos permite uma visão integrada da teoria da notícia, a qual tem vindo a ser buscada em várias latitudes teóricas: Glasgow Media Group, Center for Contemporary Studies of Birmingham, e Análise Crítica do Discurso. É injusto negar que Gaye Tuchman (1978) ou Todd Gitlin (1980) se aproximam desta dimensão, sendo aliás, no campo da Teoria da Notícia, dos teóricos que se apresentam como conferindo maior atenção às questões ideológicas.

Porém, importa enfatizar o ângulo crítico sobre o ângulo descritivo: os conceitos de homem comum, de cidadão médio, de senso comum são usados “ingenuamente” pelos jornalistas que remetem o seu fundamento para uma cultura de profissionalismo que alega ignorar os múltiplos contextos em que os *media* se movimentam. A invocação do pensamento do homem comum e de uma alegada competência profissional especialmente treinada para reconhecer esse tal pensamento (um pouco ao género “nós é que sabemos do que é que o povo gosta”) funciona como uma espécie de nevoeiro conceptual que envolve mais do que esclarece, pois não se sabe exactamente em que consiste, remetendo-se a capacidade de o definir para qualidades como “faro” e a “intuição”. Por outro lado, funciona, por vezes, para vedar a passagem a formas de jornalismo mais atento, melhor informado e mais crítico.

O jornalista usa instrumentos – determinados recursos enunciativos e certos critérios de noticiabilidade – que, não podendo deixar de ser utilizados, merecem ser ponderados. Quem é o homem comum, o leitor médio, que é o senso comum e donde provém esta qualidade para o definir? Não desmentindo nem desvalorizando o papel da experiência

e das tipificações provenientes das rotinas quotidianas e profissionais, torna-se difícil ignorar que grande parte deste conhecimento é um conhecimento de receitas adquiridas que acontece ao profissional confrontado com condicionalismos de natureza pragmática e com significados sociológicos muito concretos. O seu uso indiscriminado e não ponderado tende a desfavorecer os protagonistas de situações que comportem ou, pelo menos, pareçam comportar, uma ameaça para os costumes e a ordem social e cultural estabelecida favorecendo ao invés visões dominantes privilegiadas por serem partilhadas por elites dotadas de maior poder, nomeadamente de poder simbólico.

Esta hipótese da atitude pragmática do jornalista dirigida a um conhecimento social pouco reflexivo, baseada, aliás, em numerosos estudos (os já citados trabalhos de Tuchman e de Gitlin são aliás excelentes exemplos) deve ultrapassar a mera intenção descritiva para, evitando o moralismo, ajudar a dissecar numerosos problemas identificados na cobertura das questões mais controversas, que impliquem conflituosidade e adopção de pontos de vista e mexam com as opções sociais, culturais, políticas e, em última instância, ideológicas dos actores sociais.

A informação jornalística configura a realidade de um modo que transporte uma certa segurança ao que se supõe serem certezas relativamente estabelecidas e inquestionáveis, produtos de uma atitude natural consolidada pela maioria da comunidade e entendida como uma atitude pragmática e realística que não questiona o conhecimento estabelecido.

No decurso do processo de objectivação dos significados, a coesão social e a tranquilidade individual e colectiva têm tendência a exorcizar a incerteza. Isto é, dentro de um certo espírito em que assentam muitas das certezas adquiridas em comum, formula-se um universo de pressupostos que tende a lidar mal com as realidades que desafiem tais certezas e pressupostos.

A pesquisa relacionada com os *mass media* demonstra como este factor afecta o jornalismo até pelas expectativas sociais que lhe são dirigidas: a abordagem teórica mais insuspeita de compromissos críticos como é o caso do funcionalismo descobriu e confirmou esta possibili-

dade ao identificar, num famoso texto de Robert Merton e Lazarsfeld, o reforço do conformismo como uma das funções desempenhada pelo sistema dos *mass media*. Com efeito, Merton e Lazarsfeld detectam as como funções dos *media* (reprodução de normas, a atribuição de prestígio e reprodução da memória cultural (Lazarsfeld e Merton, 1987: 230 e seguintes). A função social do jornalismo pode-se tornar extremamente conservadora pelo facto de atribuírem estatuto aqueles que já o possuem (Merton e Lazarsfeld, 1987). Tal círculo torna-se particularmente vicioso num momento em que uma das formas de atribuição do estatuto é precisamente a notoriedade mediática. O resultado é que a condição de celebridade se torne tautológica: devem-se entrevistar pessoas famosas cuja fama se deve ao facto de terem sido entrevistadas.

A pesquisa de Gaye Tuchman mostrou forma concludente o modo como os jornalistas se revelaram numerosas vezes incapazes de dar cobertura ao movimento feminista, enquanto força dinâmica que contrariava a ordem estabelecida. Por exemplo, os jornalistas simpatizantes de alguns princípios do Movimento Women Now, perante a complexidade de alguns temas em debate no congresso do Movimento, decidiram registar incidentes considerados desviantes para escolher esse ângulo como abertura da reportagem de uma realidade mais complexa. A jornalista decidiu que isso seria mais jornalístico, o que significava, na prática, ser mais acessível ao cidadão médio pouco habituado aos debates sobre as reivindicações feministas. Neste sentido, as tipificações e enquadramentos (*frames*) coincidem com modelos mentais que se articulam com crenças sociais de natureza ideológica, isto é relacionadas com a visão relativamente natural do grupo interno.

Para esta abordagem, tal característica do jornalismo não se limita à existência de um viés ideológico composto a partir “de cima” pelas elites proprietárias dos *media*. Existem características da linguagem e do profissionalismo jornalísticos que fazem com que a sua vocação apelativa e democrática corra, muitas das vezes, significativos riscos, por não querer complicar temas nem os sujeitar a um crivo crítico que permita desmontar a sua alegada inocência. O jornalismo esquece-se

ou, pelo menos, esquece-se demasiadas vezes, que é uma forma cultural que configura o mundo e usa as categorias conceptuais geralmente aceites no momento dado, como se fossem universalmente válidas. Isto dificulta o processo de abordagem dos fenómenos em que a estranheza e a alteridade estejam manifestos. Nesse sentido, adopta uma atitude natural na medida em que muitas vezes não aceita submeter o seu conhecimento ao crivo da crítica.

A abordagem centrada nas interacções quotidianas é um elemento essencial para a compreensão do modo como as ideologias, valores e atitudes se disseminam entre as pessoas, gerando fenómenos de aceitação, legitimação ou resistência. Porém, só por si não explica o motivo pelo qual determinadas escolhas são feitas em detrimento de outras. Por exemplo, frequentemente as notícias norte-americanas são acusadas de parcialidade por introduzirem elementos da política externa norte-americana ou assumirem, mesmo que com profissionalismo e sem excessos propagandísticos, as noções que integram a visão relativamente natural do mundo onde essas visões foram formuladas: por exemplo, os conceitos de “democracia” contra o “o totalitarismo”, ou de “terroristas” e “fundamentalistas” contra “partidários da democracia”. Os jornais tablóides britânicos quando a Sida apareceu, assumiram que a doença era das minorias e referiram-se, com detalhe, ao “cancro dos homossexuais”. Os jornais americanos (inclusive de referência) referiram-se aos movimentos dos estudantes dos anos 60 como motins levados a efeito por agitadores ou, de uma forma mais subtil, ridicularizaram, simplificaram e minimizaram o movimento feminista como uma “coisa de mulheres”, remetendo temas despertados por este movimento para páginas das secções de vida doméstica e culinária. Demoraram algum tempo a aceitar que se tratava de uma das mais importante transformação sociais do século XX que levou à recomposição de todo o mercado de trabalho e, inclusive, da família e da totalidade das relações humanas. Muitas das vezes os jornalistas recorreram ao seu saber profissional, nomeadamente a existência de um relato objectivo e atento ao contraditório, bem como às condições de exercício

da profissão para justificarem estas opções e alegarem que se tornava impossível proceder a análises mais aprofundadas e consequentemente mais críticas no tempo e espaço da edição jornalística. Por isso, usaram pressupostos que “toda a gente” tinha por adquiridos. A questão que aqui se levanta é simples: porque se assumiram estas pressuposições como naturais e partilhadas por todas e não se assumiram outras? Como se formaram as convicções e os modos de dizer e qualificar (“terroristas”, “fundamentalistas”, “praga homossexual”, “assuntos femininos” por referência aos problemas da discriminação sexual e de género, “criminalidade dos *gangs*” para referir confrontos raciais) no lugar de outras?

Crê-se que a resposta à pergunta implica dois níveis de debate e dois ângulos de análise. Um deve ter em conta a Análise Crítica do Discurso, nomeadamente as suas reformulações das noções de hegemonia e poder. Importa ter em conta o seguinte:

- a) Os receptores tendem a aceitar as crenças, os conhecimentos e as opiniões daqueles em que acreditam e em quem depositam credibilidade como sejam académicos, peritos e *media* de referência, a menos que sejam inconsistentes com as suas crenças e experiências pessoais;
- b) Há numerosas situações institucionais em que as pessoas são obrigadas a serem meramente receptoras de discurso como acontece muitas vezes no processo educativo;
- c) Em muitas circunstâncias não existem fontes das quais possam provir crenças alternativas;
- d) Os receptores podem não ter as competências, conhecimentos e crenças necessários para desafiar o discurso a que são expostos.

Neste contexto, a Análise Crítica do Discurso postula que as práticas microsociológicas acabam por ser monitorizadas pelos princípios

gerais do sistema (cfr. Teun van Dijk, 1991: 33). Neste sentido, não se pode afastar os conceitos de dominação ou de poder, mais especificamente do poder de controlo, a capacidade de fazer agir as pessoas de determinado modo. Obviamente, na sociedade este poder pode ser exercido coercivamente ou pode ser um poder de natureza mental que se aproxima do conceito de hegemonia de António Gramsci. Com efeito, este poder intervém ao nível da componente mental da acção nomeadamente as intenções e objectivos das pessoas (Cfr. van Dijk, 1997: 17).

Um segundo ponto de vista recorda-nos simplesmente que existem múltiplos pontos de exercício do poder e existe uma pluralidade de elites. Assim, devem-se rejeitar as suas visões mais unilaterais e mais dependentes de uma concepção “propagandística” da influência. Por exemplo, no caso do SIDA, verificou-se que os jornalistas da imprensa tablóide inglesa na sua formulação do estereótipo “cancro dos homossexuais” esqueceram ou ignoraram os alertas das associações médicas. Neste sentido, as tipificações formuladas no âmbito do profissionalismo jornalístico foram mais poderosas do que os alertas das elites científicas.

Um terceiro elemento é que esta conflituosidade entre pontos de exercício do poder se articula com a resistência ou, pura e simplesmente, com a apropriação multifacetada das diferentes comunidades interpretativas que são as audiências. Não há uma audiência única e o processo de recepção nunca será unilateral. A consciência deste facto pode, no meu ponto de vista, ser uma das causas da importância atribuída às duas dimensões: o poder das elites e as pequenas interacções da vida quotidiana, que levaram investigadores tão díspares como Lazarsfeld – com o conceito de líderes de opinião – e Gramsci – com o conceito de intelectuais orgânicos – a ter em conta uma dimensão vivida da cultura que remete para a experiência diária e para a proximidade com os contextos quotidianos de recepção das mensagens.

2.5. A análise crítica do discurso: o modelo estrutural de análise

A análise crítica de discurso define os seus objectivos em termos políticos, sociais e culturais e olhando para a linguagem como uma prática discursiva. Nessa medida, presta bastante atenção a fenómenos como sejam o poder e a dominação, usando particular de particular ênfase para temas como sejam o racismo, a discriminação e a xenofobia. Assim, investiga o papel dos *media* e, especial das notícias, enfrentando, no plano das representações jornalísticas e mediáticas, as estratégias enunciativas e retóricas que contribuem para a construção ideológica destes acontecimentos. Ao nível textual, atenta-se aos níveis lexical, semântico, retórico e estilístico, com uma atenção privilegiada às noções de tópicos e de esquemas noticiosos, que resultam da aplicação de regras gerais da análise crítica de discurso.

A existência de um modelo mental, e em especial do modelo contextual implica vastas áreas de coincidência com a noção de *frame* já atrás referida. Por outro lado, tem algumas vantagens na fundamentação de um modelo metodológico que traduza estas consequências para a análise do discurso noticioso. Uma das questões centrais de uma teoria da notícia será compreender como os níveis sociais e cognitivos se expressam ao nível enunciativo. Tal conduz directamente à construção de um modelo de análise estrutural do discurso – isto é, uma análise linguística – e, em especial de algumas dimensões do discurso noticioso. Constitui assim, um objectivo maior da ACD “produzir descrições sistemáticas e explícitas de unidades de linguagem às quais chamamos discurso” (van Dijk, 1988: 24).

Uma ideia fundamental que cabe ter presente é que um texto é uma teia complexa cuja unidade não parte da mera concatenação de orações. Há textos que constam de uma única oração ou de uma só palavra enquanto outros são formados por muitas. No plano mais vincadamente linguístico pretende descrever a estrutura do discurso como uma sequência de frases que se seguem umas às outras numa ordem especí-

fica e com relações de condicionamento recíproco (Cfr. van Dijk, 1997: 2-4). Tal implica a referência à noção de coerência como conjunto de recursos para construírem relações no discurso que transcendem a estrutura gramatical.

É possível estudar as relações de coerência em frase que se seguem umas às outras (micro-nível de análise) ou o conteúdo do discurso como um todo (macro-nível de análise), explicando como o discurso se torna algo significativo que transcende um conjunto incoerente de frases.

Este modelo de descrição implica o uso de uma análise macrosemântica, a qual se debruça sobre significados globais que nos permitem descrever os significados de partes inteiras do discurso como parágrafos, secções ou capítulos.

A análise do discurso implica, ao nível da coerência global, começar por identificar os tópicos dos discursos, também chamados de macroestruturas. Os tópicos resumiriam conceptualmente o texto e especificam a sua informação mais importante. Podem ser descritos como macroproposições semânticas, isto é, como proposições derivadas de outras proposições no texto, através de macro-regras como sejam a selecção, a abstracção e outras operações que reduzem informação complexa. Com os temas ou tópicos, responde-se à pergunta sobre o que fala o discurso, conferindo-lhe um significado global. O caso mais típico é o dos títulos, os sumários e as conclusões. “Terror e Pânico em Carcavelos” é um título e implica um nível elevado e abstracto de significado que é exemplificado, concretizado e especificado pelo resto da reportagem noticiosa, que ajuda a definir a coerência global de todo o texto (Cfr. van Dijk, 1997, 9-10). Estas macroestruturas semânticas são justamente designadas assim porque estamos a lidar com o significado e a referência e não com a forma e o estilo (Cfr. van Dijk 1985: 74). O conjunto hierárquico de tópicos ou macroproposições forma a estrutura temática ou de tópicos do texto.

Entre as macroestruturas ou tópicos que sobressaem no discurso

termos títulos de imprensa, sumários, resumos, orações temáticas ou conclusões (Cfr. Teun van Dijk, 2005: 41).

As macroestruturas podem ser constituídas por várias macroproposições organizadas hierarquicamente através de *macro-regras* que intuitivamente traduzem o que entendemos por sumarização. Estas *macro-regras* são regras semânticas que relacionam proposições de um nível menos elevado a um nível mais elevado. A imposição de *macro-regras* passa pela selecção e restrição de informação. Elimina-se informação desnecessária nomeadamente detalhes que podem ser encontrados ao longo do texto em proposições de nível menos elevado. Pode-se pegar numa sequência de proposições e reduzi-la a uma generalização. Podemos reduzir uma sequência de proposições que dizem respeito às condições, consequências e condições de um acto a uma proposição que resuma o acto. As *macro-regras* utilizam várias estratégias para reduzir elementos mais detalhados, precisamente omitindo detalhes que não sejam relevantes para o texto, substituindo uma sequência de proposições por uma generalização mais abstracta ou sumariando uma sequência de proposições relativas à descrição de vários elementos de um acto por uma macroproposição que denota o acto como um todo.

Algumas categorias do discurso noticioso são intuitivamente reconhecidas: o cabeçalho precede o *lead* e juntos precedem o resto da notícia. Juntos expressam os tópicos mais importantes do texto. Pode-se introduzir a categoria sumário englobando o cabeçalho e o *lead*. O cabeçalho junto com o *lead* sumaria as notícias e expressa a macroestrutura semântica. Ora este constrangimento estrutural vai condicionar a totalidade do discurso de forma hierárquica, até ao nível das microestruturas do discurso noticioso, de acordo com uma lógica de coerência local e global. O acesso às macroestruturas semânticas e aos tópicos constitui uma importante forma de controlo como é fácil de verificar com os editores noticiosos que decidem quais os tópicos que serão objecto de cobertura noticiosa (Cfr. Van Dijk, 2001: 355).

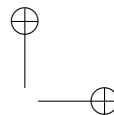
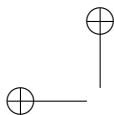
Na construção do discurso há, assim, uma espécie de processamento que segue uma orientação de cima para baixo que tem que ser

activado por *frames* que provém do conhecimento social do mundo. O elemento cognitivo *frame* será não somente explícito no tópico mas em todas as escolhas que vão ser feitas para expressar as regras apresentadas na descrição do acontecimento.

Nas notícias há determinados traços semânticos que nos dão essencial do *frame*, por causa do seu elevado nível de generalização e abstracção: tal é o caso dos títulos e dos chamados *leads*, primeiro parágrafo onde se apresentam os primeiros dados da notícia. Isto não significa que o *frame* não esteja presente em parágrafos menos gerais ou em proposições dizendo respeito a detalhes e especificações.

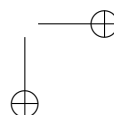
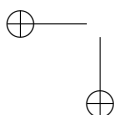
Conjuntamente com a macrosemântica, há também, a necessidade de uma macrosintaxe para caracterizar as formas mais abrangentes de discurso, designadas superestruturas (Cfr. van Dijk 1988, 26). As superestruturas sintácticas são padrões e categorias convencionais de organização de um discurso, tal como as diversas formas de abrir ou fechar ou as convenções narrativas específicas de um género. Funcionam como categorias convencionais, frequentemente organizadas hierarquicamente, que conferem ao discurso uma estrutura geral. Uma superestrutura tema ver com a forma de um texto cujo objecto ou tema é a macroestrutura, o conteúdo desse texto.

Estas estruturas esquemáticas funcionam em relação às macroestruturas temáticas de uma forma muito semelhante à maneira como a sintaxe organiza as frases (Cfr. Idem ibidem p. 84). Seguindo sugestões da poética estrutural da semiótica e da linguística pode-se falar de uma gramática narrativa (*story grammar*) consistente de a) um conjunto de categorias características e b) um conjunto de regras de formação e de construção daquilo que se considera ser uma narrativa canónica (cfr. 1988: 85). Assim se passa com a narrativa jornalística. Temos um título, um *lead*, um desenvolvimento que inclui uma descrição mais pormenorizada do evento, o respectivo *background* com as circunstâncias e os detalhes que podem incluir o contexto e os eventos prévios que conduziram ou precederam logicamente o evento principal (idem 85-87). Estas categorias e regras são da ordem sintáctica, justamente



porque são convencionais e fixas existem independentemente dos conteúdos semânticos que possam ser formalmente configurados pelo recurso a esses esquemas. Por exemplo, a categoria do cabeçalho (*headline*) no discurso noticioso é uma forma vazia na qual podemos inserir significados diferentes, desde que esses significados sejam um sumário ou tópico do significado global do texto.

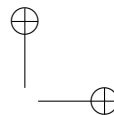
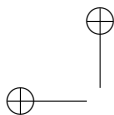
Um segundo nível de análise aborda a chamada coerência local. A este nível alcançar coerência local requer um certo número de condições (condições de coerência) como sejam relações condicionais entre os factos denotados pelas frases e relações funcionais (generalização, especificação, exemplo e ilustração e contraste) entre frases e proposições (van Dijk, 2003: 206). Uma proposição pode funcionar como uma especificação, uma generalização, uma ilustração ou exemplo ou um contraste no que diz respeito a uma proposição anterior. Na proposição “Este emigrante é problemático. Todas os emigrantes são problemáticos” a segunda frase expressa uma proposição que é uma generalização da proposição expressa na frase anterior. Na especificação, a segunda proposição enuncia uma proposição geral enquanto a segunda dá detalhes que concretizam a proposição mais geral: “Terror e Pânico na Praia de Carcavelos. 500 jovens africanos assaltam os banhistas”. Já no exemplo, a segunda proposição pode dar exemplos que concretizam uma propriedade geral enunciada na primeira proposição. As relações de coerência locais também podem ser relações condicionais, em que se verificam por um lado consequências necessárias e prováveis de um facto do mesmo modo que podemos ter condições necessárias ou prováveis para esse facto (Cfr. van Dijk, 1998: 60). “A polícia está de prevenção porque prevê nova vaga de assaltos”. Se quisermos “Prevenção nova vaga de assaltos, a polícia está de prevenção”. Observemos por outro lado esta construção: “A polícia está de prevenção. Prevê novos assaltos”. Neste caso, mais do que no anterior, é provável pelo tom assertivo da primeira proposição que o destinatário não saiba ainda que a polícia está de prevenção. Neste caso, o destinatário interpreta a segunda frase como uma explanação da primeira, mostrando um co-



nhhecimento dos motivos que levam uma determinada força de segurança a colocar-se de prevenção. Este tipo de inferência demonstra o nível cognitivo da coerência local pois há todo um conhecimento partilhado de condições. Repare-se por exemplo na frase: “Quem andava no comboio da linha de Chelas sente-se assustado”. Toda a frase implica conhecimentos socialmente partilhados sobre a alegada natureza do bairro, sobre os possíveis sustos que podem ocorrer e quais os perigos que ameaçam o viajante. Na verdade há um *script* acerca do comboio de Chelas (Cfr. van Dijk, 1988: 62).

Quando consideramos a coerência global, a quantidade de elementos cognitivos tacitamente admitidos como partilhados e garantidos, vemos que a informação jornalística funciona como uma espécie de *iceberg* debaixo de cuja ponta visível se encontra muitos elementos ocultos. Há muita informação que permanece oculta no texto ou pressuposta pelo falante. Desde logo, van Dijk (1988: 63) refere o uso do pronome definido “o”. Trata-se de um elemento discursivo que fecha a linguagem, e remete para uma espécie de algo estabelecido, delimitado e já não contestável. Quando dizemos, por exemplo, “o Arrastão”, pressupomos a sua existência como um facto bem delimitado.

Neste aspecto, o pressuposto é uma questão particularmente interessante e digna de realce. Num pressuposto, uma proposição A pressupõe uma proposição B, se a verdade de B for uma condição da falsidade ou da ou da verdade de A. Esta relação lógica encontra-se no seguinte enunciado jornalístico “Parlamento Palestino exige a Arafat que combata a corrupção” Apesar da negação de A “O Parlamento Palestino não pede a Arafat que combata a corrupção” – o pressuposto B – “existe corrupção” – na Palestina” mantém-se. Deste modo, ao introduzir a ideia sob a forma de um pressuposto, eu faço como se o meu interlocutor e eu não tivéssemos outra solução senão aceitá-la. Por isso, pode-se dizer que definir a pressuposição é por em relevo a possibilidade que se tem de aprisionar o auditor num universo intelectual que ele não escolheu, mas que se apresenta como co-extensivo ao

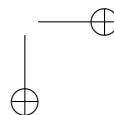
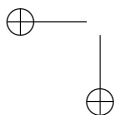


próprio diálogo, e impossível de ser negado, sem que se esteja implicitamente a recusar o próprio diálogo.

Na relação entre o pressuposto e o posto, o saber anterior corresponde ao pressuposto enquanto o novo saber corresponde ao posto. Só o posto pode ser questionado, pois o pressuposto é, por natureza inquestionável. Logo, a liberdade de negar e de interpretar reside apenas, podendo-se de certa forma filtrar a possibilidade de uma recepção crítica apresentado algo como pressuposto e como tal auto-evidente

Outro ângulo de análise que se tem em conta é o estudo do léxico utilizado. A lexicalização implica a atribuição de posições negativas ou positivas. Aqui normalmente buscam-se palavras que implicam uma avaliação positiva ou negativa de um acontecimento ou de uma pessoa. É todavia, um nível bem mais complexo do que esta primeira observação possa poder fazer inferir. Por exemplo cada categoria da proposição pode ser modificada por outra, nomeadamente por um predicado. A estrutura proposicional intervém necessariamente neste processo: as acções consideradas positivas ou positivas ao agente podem ser atribuídas ao agente ou não. Se as acções negativas forem atribuídas directamente ao agente na voz activa a sua responsabilidade intencional é agravada e acentuada. A estrutura sintáctica pode intervir nomeadamente enfatizando a responsabilidade pela acção negativa ou positiva, o que pode ser conseguindo designando-o expressamente, eclipsando-o ou usando eufemismos: “Polícia carrega sobre os manifestantes”, “Contestatórios contidos pela polícia”, “Agentes da autoridade impõem-se: reina a ordem no país”, “Manifestantes contidos por forças de segurança” são exemplos de títulos, alguns improváveis, mas todos eles susceptíveis de serem aplicados ao mesmo evento.

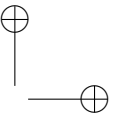
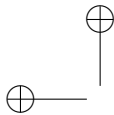
A abordagem do estilo também deve ser incluída na abordagem ao discurso aqui proposta. O estilo diz respeito a uma variável do discurso que se altera em função do contexto. Podemos descrever os incidentes registados na praia de Carcavelos como “motins”, “incidentes”, “confrontos”. Muitas destas variações podem dizer respeito ao facto de o discurso a construir vier a fazer parte de um relatório policial ou de



uma reportagem, sendo que esta última ainda pode variar em função da orientação editorial da publicação. Com efeito podemos encontrar diferentes significados locais (isto é detalhes) consoante nos encontremos num jornal de referência ou num jornal popular-sensacionalista do tipo tablóide. Assim a análise estilística pode dizer respeito a características discursivas típicas de um género (notícia versus reportagem), de uma falante (emocional versus apaixonado), uma situação social (formal versus informal, um período literário (clássico versus romântico); ou até toda uma cultura (anglo-saxónico versus latino) (cfr. van Dijk, 1997:11).

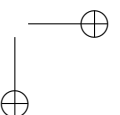
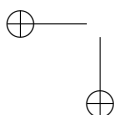
Embora esteja nas margens da análise linguística, diz respeito a variados níveis de operatividade discursiva. O estilo é o resultado da escolha feita pelo falante entre diversas variáveis discursivas que podem ser usadas para exprimir o mesmo significado, normalmente em função de elementos que dizem respeito ao contexto em que o discurso vai ser produzido. Estas variações podem ocorrer ao nível do léxico (os exemplos dados sobre a léxico do discurso aplicar-se-iam aqui) mas também podem resultar da pronúncia fazendo recair o estilo sobre uma variação fonológica ou, como é mais vulgar, pode implicar alterações de natureza sintáctica decorrente dos protocolos de fala como acontece em assembleias, tribunais, salas de aula. Trata-se de uma indicação maior do papel desempenhado pelo contexto (Cfr. Teun van Dijk, 1998: 27-28).

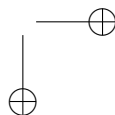
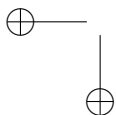
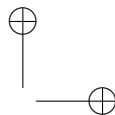
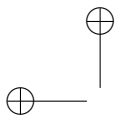
Finalmente, a análise retórica inclui as chamadas figuras de estilo e a análise dos dispositivos persuasivos destinados a captar a atenção, a influenciar a sua mente e a orientar a respectiva acção. O falante utiliza estratégias retóricas para facilitar a armazenagem e a recuperação de informação textual pelo falante ou leitor (Cfr. van Dijk, 1998: 28). Tais estratégias, no caso do discurso noticioso, têm de fortalecer a aparência de verdade e de plausibilidade. As notícias são escritas de uma forma que implica uma pretensão do falante oculto. Logo tem de fortalecer a natureza factual dos eventos com a descrição directa de eventos em curso; mostrando provas testemunhais directas e citações de fontes credíveis; ou, simplesmente, signos que indiquem

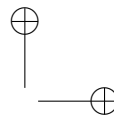
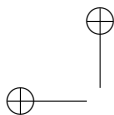


a precisão e a exactidão tais como números, nomes, lugares, horas a, acontecimentos e citações directas dos envolvidos. Também necessita de construir uma estrutura relacional forte para aqueles factos mencionando acontecimentos prévios como condições e causas e predizendo os próximos acontecimentos como consequências; inserindo factos em situações modelares previamente conhecidas que as tornem relativamente familiares; usando scripts já familiares e tentando organizar factos em estruturas específicas bem conhecidas. Finalmente, o discurso noticioso deve providenciar informação que reflecta atitudes e emoções e apresentar citações directas de opiniões diferentes provenientes de diferentes sectores ideológicos (Cfr. van Dijk: 82-85).

Um aspecto que desperta particular atenção é o papel que o conceito de *frame* cujo nascimento se localizou noutra contexto – o da fenomenologia e, posteriormente, da Etnometodologia – possa ter na economia desta abordagem teórica. Com efeito, van Dijk utiliza frequentemente o conceito de modelos mentais que monitorizam a produção e a compreensão do discurso (Cfr. van Dijk, 1997; 16). Ora, coloca-se a hipótese segundo a qual estas categorias mais abrangentes no plano sintáctico e semântico designadas por esquemas e tópicos são a expressão discursiva do *frame*. De certo modo construir um *frame* é um passo com vários níveis, dos quais o primeiro, dos quais todos, os restantes dependem, é decidir sobre o que é a notícia – qual o seu assunto – e como ele é apresentado. Em suma é decidir sobre a relevância respectiva que os vários elementos desempenham na economia do discurso noticioso.







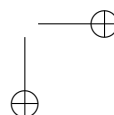
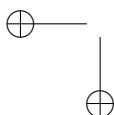
Capítulo 3

Identidade e a alteridade: conceitos e teorias

A identidade é o processo pelo qual um actor social produz significados sobre si mesmo com recurso a um dado atributo ou conjunto de atributos inter-relacionados de natureza cultural (Castells, 2003: 3). O termo encerra, em simultâneo, a ideia de semelhança e de diferença, que constitui o núcleo da problemática social. A identidade oscila constantemente entre aquilo que nos torna idênticos e aquilo que nos faz diferentes. Neste sentido, designa as características de uma pessoa ou de um colectivo para se sentir participante de uma cultura determinada, ou para se diferenciar de outros que considera estranhos.

“A construção da identidade é feita tendo em conta não só *um mesmo* com que nos identificamos, como também a partir de *um outro* com o qual não nos queremos identificar” (Martins, 2007: 7).

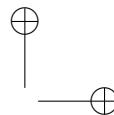
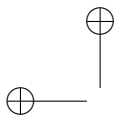
Tanto o conceito de raça como o de identidade cultural se baseiam na pertença ao grupo – identidade – como na diferenciação em relação ao outro – alteridade. Assim é através deste jogo de pertença e de exclusão se constrói a identidade cultural (Cfr. Rodrigo Alsina, 1999:



52-53). Assim, a “nossa identidade está dependente da produção social e relacional de diferenças. Nos debates sobre a diferença, o que emerge como mais evidente é precisamente esta noção de subjectividade relacional: o que estabelece uma certa normalidade do “homem ocidental” e uma diferença em relação a todos os outros não é mais do que a comparação estabelecida entre os dois termos” (Pissarra Esteves, 2008: 21). No acto comunicativo, o actor ou o grupo social emerge como idêntico aos seus pares e ao mesmo tempo, único, diferente dos outros. Aqui debruçamo-nos essencialmente sobre identidades colectivas, nomeadamente aquelas que se jogam em torno dos conceitos de raça, nação e etnia.

Na concepção de identidade enfrentam-se duas abordagens principais: a abordagem essencialista (ou substancialista) considera que a existência, a homogeneidade interna e a especificidade das identidades constituiriam um facto em si. A perspectiva construcionista, mais aberta ao pluralismo cultural, considera que as identidades aparecem como resultado de uma evolução histórica, de escolhas políticas e económicas e, sobretudo, de interacções contínuas com outras identidades presentes no espaço social. Tal não significa que os sujeitos possam escolher livremente as suas identidades a bel-prazer, usando-as estrategicamente. Na perspectiva construtivista as identidades só podem construir-se através de significados partilhados. Porém, isso não significa que as identidades deixem de estar ligados a condições objectivas de vivência dos grupos. O que é construído é a significação dessas condições.

A abordagem construtivista é mais coincidente com a modernidade tardia, nomeadamente com os relacionamentos variados e complexos que, com o advento do cosmopolitismo, originaram circunstâncias em que os indivíduos se tornaram membros de grupos divergentes, cada um dos quais relevante pela referência a um segmento da personalidade. Esta porosidade que a vivência das identidades individuais trouxe às identidades colectivas implicou que a concepção essencialista – e a sua visão de uma identidade estável, unificadora e homogénea – fosse cada

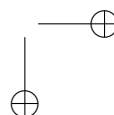
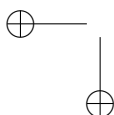


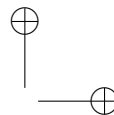
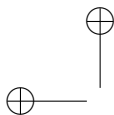
vez mais minimizada em face da proliferação de contactos e interações mútuas. Nas sociedades que acompanharam o desenvolvimento moderno torna-se difícil imaginar ou conceber uma construção identitária englobante, capaz de acomodar coerentemente todas as outras dimensões sob a sua égide (Calhoum, apud Carvalheiro, 2008: 35). Porém, se a adequação da visão construtivista se torna mais evidente nas sociedades pluralistas, isso não significa que tal visão só seja epistemologicamente válida para essas sociedades. As identidades hegemónicas que parecem perenes e imóveis também são objecto de uma construção social. O ponto de vista substancialista reflecte uma situação em que as identidades se contemplam a si numa postura de ingénua auto-suficiência.

Parece pouco produtivo do ponto de vista teórico recorrer à noção essencialista da identidade e definir um conjunto de características que possam dizer qual é o *ser-em-si* de qualquer forma de expressão identitária. Poder-se-á, isso, sim seleccionar um conjunto de diferenças específicas que são partilhadas por alguns como semelhanças sem nunca esquecer que estas características não são redutíveis a uma definição biológica ou científica isolada da dinâmica da vida social e, nomeadamente, isolada das percepções próprias ou alheias (isto é, provenientes do grupo ou do seu exterior) que originaram, tipificam e realçam essa diferença.

Graças à pluralidade inerente à diversidade de círculos e papéis sociais, o que existe, nas sociedades pluralistas da modernidade tardia, é uma visão atenta à constituição múltipla de identidades sociais, que articulam várias dimensões não sobrepostas: territoriais, sexuais, classistas, nacionais, etárias, políticas, religiosas, etárias e outras, etc (Carvalheiro, 2008: 36). Subsumir estas dimensões debaixo de uma única dimensão e atribuir à mesma o atributo de essência de um determinado referente identitário, é esquecer o carácter altamente construído das próprias identidades, omitindo a sua dimensão relacional.

Assim uma postura construtivista na qual os indivíduos constroem práticas sociais e redes comuns de significado que podem adquirir mais





ou menos rigidez ou fluidez, surge como mais adequada ao estudo das identidades. Tende-se a olhar as relações sociais e comunicativas como um lugar onde grupos dominantes e emergentes entram em conflito e negociação permanentes.

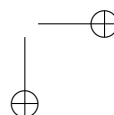
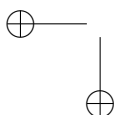
3.1. A identidade como fenómeno relacional

A identidade deve ser abordada como um fenómeno relacional e sócio-cultural que emerge e circula em contextos discursivos locais de interacção e não como uma estrutura estável localizada primeiramente na mente do indivíduo ou em categorias sociais fixas (Bucholz e Hall: p. 585).

Se, até certo ponto, é desejável subscrever a referência ao carácter relacional e sócio-cultural da identidade bem como a importância que as interacções desempenham na sua actualização e reprodução quotidianas, isso não exclui uma estrutura axiomática de crenças e valores gerais que se realizam nas interacções locais.

Se há uma estrutura básica do conceito de identidade ela não provém de um essencialismo rígido mas de um conjunto de normas de inclusão e exclusão. Porém estas normas, enquanto produto histórico, renegociam-se quotidianamente através da sua actualização em contextos locais, através de lutas pelo reconhecimento ou do contacto com outras identidades.

Faz sentido um afastamento da ideia de identidade como substância fixa e unitária, valendo antes a pena analisá-la como um processo de cariz relacional e multifacetado inscrito nas relações sociais. Todavia, isso não impede o reconhecimento de estruturas axiológicas mais vastas onde se inscrevem normas de pertença e de exclusão, nas quais a própria história vai objectivando percepções da identidade que acabam por a integrar. Neste sentido, haverá momentos em que a identidade parece incorporar uma maior fluidez. Noutros momentos, parece petrificar-se numa ideia rígida de si de tal maneira avessa ao contacto com o Outro, que o nega até chegar a propor o seu extermínio.



Já se verificou, historicamente, como o modelo essencialista de identidade é, ele próprio, uma construção conceptual que favorece estratégias racistas ou uma estratégia discursiva que visa reificar o Outro, imputando-lhe uma generalização que ignora a específica maneira de mostrar a sua humanidade. Apesar de a identidade manter a sua permanência como fenómeno explicativo – é-se português ou católico ou catalão ou espanhol – a verdade é que o pluralismo das sociedades contemporâneas implica muitas estratégias de reafirmação, renegociação dos modos concretos pelas quais significa *ser-se algo* e pelos quais se afirma a sua pertença a uma identidade. Aliás, foi sempre assim: a identidade portuguesa, uma das mais estáveis identidades nacionais das múltiplas que integram a realidade identitária Europeia, já era, por exemplo, no Século XIX, distinta da identidade portuguesa tal como ela se verificava ao tempo da fundação do País, não deixando, por isso, de ser uma identidade portuguesa.

Citando Gertrude Stein, Benedict Anderson, conclui, a propósito das identidades colectivas, que dificilmente se pode falar de um *mesmo ali* (Cfr. Anderson, 2005: 24-25). A identidade é sempre uma construção imaginada não porque seja uma invenção mas porque até os que se identificam com esta construção jamais conhecerão todos os outros, embora persista na sua mente a ideia de uma comunhão (*Idem, Ibidem*). Isto não impede que esta construção cultural colectiva não possua uma realidade mais ou menos estável, embora contingente, objecto de processos de revisão, reafirmação e renegociação que ocorrem, nomeadamente, no seu encontro com outras identidades.

As ideias de uma identidade colectivamente partilhada, seja ela racial, ética ou nacional não foram naturalmente geradas na experiência humana, não emergiram dessa experiência como um facto da vida auto-evidente. A identidade só se tornou um projecto quando se tornou problemática: isto é quando deixou de reflectir naturalmente cosmologias tradicionais sancionadas pelas narrativas tradicionais e religiosas enfrentando a reflexividade e a racionalidade emergentes na Modernidade. Então, mais do que nunca, se apelou ao carácter substancial des-

tas realidades, definindo-a através de uma mobilização crescente em prol da integração e, consequentemente, através da exclusão daqueles que não partilhavam do mesmo referente identitário.

Com efeito, a partir da modernidade, assistiu-se à deslocação da religião e do *ethos* nela enraizado desde a posição central que ocupava para o domínio da esfera íntima. A validade das normas tidas como universalmente vinculativas deixou de se poder explicar com o recurso a interpretações que implicavam uma narrativa religiosa. Com o declínio da explicação transcendental, o jogo de linguagem moral reconstituiu-se com referência à vontade e à razão (Habermas, 1999-c: 40). O problema da legitimidade acabou por se afirmar porque se desenvolveu um pluralismo de cosmovisões que privou o poder secular do fundamento religioso, obrigando o Estado e as normas que regem as vidas individuais e das comunidades a legitimarem-se a partir de outras fontes. Com efeito, “a religião viu posta em causa a supremacia absoluta de que gozava” (Esteves, 1998: 114). Assim, “a consciência colectiva que se forma a partir da modernidade tem como referência uma nova cosmovisão, constituída por uma pluralidade de universos simbólicos profanos” (Esteves, 1998: 117).

Neste contexto que remonta ao Renascimento, desenvolve-se a noção de que os seres humanos são dotados de um sentimento moral e de um sentido intuitivo sobre o bem e o mal (Taylor, 1994:48-49). Com o final do século XVIII, a escolha do destino de cada um passa a ser sinónimo da existência de possibilidades infinitas. A posição social é um dado em aberto que deixa de depender do nascimento. O individualismo sedimenta-se na medida em que cada homem se interessa pela forma como deixa a sua marca no Mundo. Durante o Renascimento e a Reforma, a subjectividade emerge como uma força que desafia os poderes estabelecidos e os horizontes de significação tradicionais. Depois da Revolução Francesa, o presente ganha espessura histórica. Assinala-se o fim dos ciclos naturais, permitindo que a ideia de progresso entre no conceito de história. A subjectividade conhece transformações de-

cisivas: o sujeito, com a secularização das grandes narrativas, torna-se possível construtor do seu destino no mundo.

As transformações na vivência da subjectividade estão relacionadas com o aparecimento de uma vivência individual num mundo laicizado e privado do conforto das cosmovisões. No século XX, sedimentou-se uma concepção mais sociológica na qual indivíduo e identidade se assumiam como criações da sociedade. Numa sociedade moderna e complexa, os mapas de orientação são cada vez mais ambíguos, tortuosos e contraditórios. A construção da identidade passa a ser feita num contexto em que diferentes “mundos”, ou esferas da vida social, se misturam e entram muitas vezes em conflito. A possibilidade de formação de grupos de indivíduos com um projecto social que englobe, sintetize ou incorpore os diferentes projectos individuais depende de uma percepção de vivências de interesses comuns que podem ser os mais variados. Ao nível da vida quotidiana, bem como nas lutas colectivas pela emancipação, os problemas morais/existenciais são recuperados e trazidos para o debate público. Simultaneamente no plano das identidades colectivas, os Estados-Nação conhecem-se como desafiados pelos poderosos fluxos migratórios emigrantes, com as suas próprias formas de organização social e cultural (Cfr. Correia, 2004: 120-122).

Com a queda das narrativas teológicas e o surgimento do racionalismo moderno, a substância da ideia de identidade surgiu, pois antes, não se colocava. A identidade era um dado em si: passou a ser um projecto em aberto. A ideia foi forçada a entrar no *Lebenswelt* de homens e de mulheres modernos como uma tarefa – uma tarefa ainda não realizada, incompleta, um estímulo, um dever e um ímpeto à acção. No caso exemplar da Nação, o nascente Estado Moderno fez o necessário para tornar a integração como um dever obrigatório a todas as pessoas que se encontravam no interior de sua soberania territorial (Cfr. Baumant, 2005: 26). Isto é, só quando a identidade se tornou problema é que se tornou cada vez mais necessário recorrer a mecanismos políticos, culturais e educacionais para poder garantir a coesão social e colmatar a brecha aberta pela modernidade.

Talvez esta explicação torne possível a compreensão de fenómenos totalitários contemporâneos que foram e continuam, infelizmente a ser, quase sempre, acompanhados por episódios de aniquilamento do Outro. A falta que a emergência dos diversos referentes identitários colectivos quis suprir no limite conduziu a que, para saberem quem eram, alguns fizessem uma demarcação rígida entre “nós” e “outros”. Ou seja, a afirmação de uma identidade foi frequentemente acompanhada pela aniquilação simbólica dos seus Outros, justamente para poder afirmar a sua identidade. No século XIX, há claros indícios de uma vocação da modernidade para levar os seus conceitos cientistas até ao extremo limite, organizando a sociedade de um modo em que a homogeneidade predomina sobre a diferença. O positivismo sociológico de raiz hegeliana e de matriz racionalista (veja-se Comte e Durkheim) enfatizam uma dimensão que predomina o organicismo e a integração. Seria abusivo identificar na teorização destes admiráveis pensadores uma intenção política de eliminação da diferença mas pressentimos neles, bem como no funcionalismo que deles herda parte da sua matriz, uma linha – que não pode ser isolada de forma redutora sem eliminar a complexidade do seu pensamento – mas todavia, uma linha, uma tendência, que é sintomática de uma certa vocação ordenadora e universalista pela qual a Modernidade se orienta.

3.2. Identidades contemporâneas

Muito mais preocupante e de outra natureza completamente diversa e nem sequer comparável serão as sistematizações pseudobiológicas e antropológicas que com base no darwinismo social consideram que a história é uma luta de raças em que as mais aptas estarão prontas a sobreviver. Tais teorizações assentes em concepções de homens como Arthur de Gobineau, Hoston Stewart Chamberlain e George Ritter von Schönerer construíram sincretismos teóricos com elementos nacionalistas, biólogos, religiosos culturalistas e nacionalistas que conduziram a fenómenos bem conhecidos (Cfr Wodak e Reisigl, 2001: 373).

Aqui a diferença gera o ódio ao estranho, ou, pior ainda, uma tal cientificação da sociedade (de natureza extrema e quase diria patológica) em que nem sequer é o ódio que se torna motor das acções humanas mas, antes, a pura convicção que é necessário e até legítimo sob o ponto de vista moral, extirpar os estranhos como se fossem ervas daninhas ou bacilos contagiosos.

Talvez a vocação ordenadora da modernidade também explique os esforços de sobre-socialização que se verificaram mesmo nos países democráticos e que levou à identificação de um tipo caracterológico chamado altero-dirigido, especialmente dirigido para a aprovação dos outros (Riesman, 1961: 17 e seguintes). No contexto do pós – II Guerra Mundial, do surgimento da Guerra Fria do aparecimento da sociedade de consumo dos anos 50, a busca da aprovação social esteve, por isso, no centro das críticas da Escola Crítica de Frankfurt. A identidade parece, nesta abordagem, definir-se pela imitação do que é socialmente correcto. Este alto nível de integração social exigido aos cidadãos terá sido, nos anos 50, por exemplo, a causa de numerosos conflitos que resultariam em movimentos de afirmação contrária como o movimento dos direitos cívicos. O movimento dos direitos cívicos dos negros e o movimento feminista coincidem com momentos em que há vastas parcelas da sociedade que deixam de aceitar que uma diferença partilhada em comum continue a ser fonte de legitimidade para a hegemonia do grupo dominante.

Recentemente, fruto da globalização, activou-se a um contexto cultural particularmente fragmentado, em grande parte fundado na sensação generalizado de desenraizamento que as migrações, a mobilidade social, o aumento das comunicações móveis, o intenso aumento de reflexividade sobre as instituições comunitárias e, finalmente, a contaminação entre fronteiras culturais originada pela actual vaga de globalização vieram acentuar.

Bauman recorda:

“A sabedoria popular foi rápida em perceber os novos requisitos, e prontamente ridicularizou a sabedoria aceita,

obviamente incapaz de entendê-los. Em 1994, um cartaz espalhado pelas ruas de Berlim ridicularizava a lealdade a estruturas que não eram mais capazes de conter as realidades do mundo: Seu Cristo é Judeu. Seu carro é japonês. Sua pizza é italiana. Sua democracia é grega. Seu café, brasileiro. Seu feriado, turco. Seus algarismos, arábicos. Suas letras, latinas. Só o seu vizinho é estrangeiro” (Cfr. Bauman, 2005: pp.20-21).

Assim, hoje assiste-se a múltiplas expressões da identidade que incorporam movimentos que contribuem para a transformação das relações humanas ao seu nível mais essencial como o feminismo e o ambientalismo ou a defesa do multiculturalismo. Assiste-se, também, a uma gama vasta de movimentos reactivos que cavam a sua resistência em termos de em defesa de Deus, da Nação, da Etnia ou da Religião (Castells, 2005: XXII). Como regista Miguel Alsina (1999: 51), o essencialismo não é próprio do monoculturalismo ou do multiculturalismo. Pode-se pensar em práticas multiculturais em que as várias identidades se entrincheiram em torno dos seus valores, excluindo os valores de todas as restantes. Nesse sentido, vale a pena atender à classificação de Castells que considera a existência de três tipos de identidade: as identidades legitimadoras introduzida e protegida pelas instituições dominantes com o objectivo de expandir a sua dominação, aplicável a várias teorias do nacionalismo; as identidades de resistência criadas por actores estigmatizados pela lógica da dominação que resistem ou procuram sobreviverem com base em princípios ou alternativos aos que prevalecem nas instituições predominantes; e as identidades de projecto que buscam uma reconfiguração da sua posição social, recorrendo como protagonistas a agentes colectivos vinculados à transformação da estrutura social (Cfr. Castells, 2005: 4).

Há um fenómeno contraditório ao qual assistimos quotidianamente: a multiplicação de identidades por vezes emerge como uma dinâmica interna que aponta para uma visão essencialista e unitária que exclui o Outro. Outras vezes, é ela própria, externamente, um factor de dife-

renciação e de aumento da pluralidade favorável a um contexto em que as identidades e os grupos se repensam e refazem a si mesmos. Neste contexto de globalização contraditório, pluralistas e fragmentado, parece legítimo dizer nunca estivemos tanto face-a-face aos outros.

Evidentemente, esta sobre-exposição ao outro tem como implícito o problema da convivência. A crítica da universalidade demonstra, de forma muito sensível, os riscos que uma concepção universalista transporta para na negação das diferenças e na exclusão daqueles que não se integram no processo estabelecido: o universalismo pode ser facilmente confundido com a ideia de que a Humanidade vai numa única direcção, negando as diferenças e excluindo os que não se integram no processo estabelecido. Ao invés, uma posição relativista absoluta conduz à incomunicabilidade e à incomensurabilidade das diferenças.

Porém, também aqui é possível descortinar diversos graus de relativismo e diversas *nuances* sobre o universalismo. No relativismo, encontra-se desde aquele que conduz ao encerramento das culturas numa espécie de guetos que não comunicam entre si; passando pelo relativismo que defende como imperativo ético a neutralidade perante a diferença, a qual no limite absolve as práticas de todos aqueles que defendem a supremacia da sua cultura; até um relativismo moderado sustentado por uma postura compreensiva que aceita a originalidade e singularidade das manifestações identitárias, as quais todavia não se podem isolar do sistema cultural mais vasto de que fazem parte (Cfr. Rodrigo Alsina, 1999, 59-62).

Da mesma forma, ao lado do universalismo abstracto que conduz ao esquecimento forçado da diferença em nome de uma igualdade aporética por propor um tratamento igual para valores e posturas diferenciadas, é possível identificar o universalismo relacional, o qual não nega a diferença identitária, admitindo uma postura igualmente compreensiva por lealdades múltiplas e cidadanias múltiplas (Cfr. Rodrigo Alsina, 1999: 59).

Qualquer das duas posturas verdadeiramente interessantes sob o ponto de vista da abordagem democrática da inclusão – relativismo

moderado e universalismo relacional – se confrontam com os dilemas propostos pela fórmula “diferença versus igualdade”, encontrando-se como elemento comum a ideia de procurar uma convivência compreensiva entre realidades diversas. O universalismo relacional não terá a ver com a igualdade dos sujeitos e das culturas mas com a igualdade de direitos. O relativismo moderado não tem a ver com a multiplicação da diferença mas apenas com a multiplicação da diferença possível num contexto compreensivo e democrático. Nos dois casos, universalismo e relativismo, pode haver diferenças filosóficas de partida mas há uma idêntica preocupação idêntica quanto há forma e ao processo de regular a visibilidade, exposição e prática das diferenças identitárias bem como a convivência entre as mesmas. Neste sentido, o que verdadeiramente se coloca a estas duas possibilidades é uma escolha sobre a forma de organizar as lutas pelo reconhecimento protagonizadas pelas várias identidades. A discussão das identidades é também a discussão sobre as formas de convivência entre as mesmas, uma discussão que necessita de um largo espaço para discutir quer o papel que os *media*, enquanto dispositivos que atribuem visibilidade e reconhecimento possuem, irão ter quer o futuro da Comunicação Intercultural no seio das sociedades contemporâneas.

3.3. Racismo, discriminação e poder

A identidade tem duas faces: pode ser assumida por um grupo que se ressent da falta do seu reconhecimento pelo grupo dominante que considera o seu comportamento como um desvio; ou pode ser assumida estrategicamente pelo grupo que considera que as diferenças do grupo menor não são suficientemente importantes para impedir a fidelidade a uma totalidade mais ampla (Cfr. Bauman, 2005: 83). Este contexto é agravado por circunstâncias sócio-económicas em que a escassez de recursos aumenta a luta pela sobrevivência e em que o grupo dominante mobiliza os mecanismos de dominação para assegurar a sua hegemonia. Uma das ideologias que buscou a legitimidade do exercício da

dominação sobre ou outro foi o racismo. O racismo pode definir-se, simultaneamente, como uma prática social e uma ideologia.

Hoje existe um consenso científico generalizado segundo o qual o conceito de raça não tem nada a ver com qualquer espécie de realidade biológica. A raça, no contextos dos debates académicos, é muito mais uma construção sociocultural do que um facto científico e biológico. De um ponto de vista da sua função social, a raça é uma construção que foi usada como instrumento ideológico destinado a oprimir e a explorar determinados grupos sociais, negando-lhes acesso a determinados recursos e direitos de natureza material, económica, cultural e política (Cfr. Wodak e Reisigl, 2001: 373). Essencialmente, o racismo é um sistema em que povos de determinada origem, até há pouco geralmente de origem europeia dominam povos de outras origens. As relações de dominação estabelecidas desta forma tomam a configuração de uma hegemonia cultural, social, económica ou política legitimada através da atribuição de características e avaliações negativas aos povos dominados. A ideologia da supremacia racial tem sido utilizada para motivar, explicar ou legitimar a exploração, opressão ou extinção dos povos de outras raças. Assim racismo é principalmente um sistema de dominação e de desigualdade social no qual há a considerar sistemas de práticas sociais e sistemas de práticas sociocognitivas quotidianas. As práticas sociais incluem formas de discriminação, marginalização, exclusão. As práticas sociocognitivas incluem crenças, atitudes, ideologias e estereótipos. Neste sentido, ele funcionou como um elemento de inclusão dos eleitos como iguais que dita a exclusão mais ou menos violenta dos diferentes.

A ideia moderna de racismo assentou em grande parte na ideia de que a natureza é soberana absoluta. Ergueu-se das realizações científicas que permitiram a compreensão da humanidade como parte da Natureza a ser estudada por métodos naturalistas. Nesse sentido divulgou-se para identificar uma forma de comportamento que consiste na demonstração de desprezo ou de agressividade com base nas diferenças físicas (excluindo o sexo) entre elas” (Tzevan Todorov cit in Garcia, 2005:

55). Para Frederikson (cit in Garcia, 2005: 49), “o racismo existe quando um grupo étnico ou colectividade histórica domina, exclui ou tenta eliminar outro com base em características que o primeiro grupo acredita serem hereditárias e inalteráveis”. Para outros autores racismo “é uma definição generalizante e uma avaliação de diferenças, sejam reais ou imaginárias, a favor das pessoas que as está empregando, e para detrimento dos alvos da definição, cujo propósito é justificar (social ou psicologicamente) o ataque” (Albert Memmi, cit in a Garcia, 2005: 53).

Os termos “raça” (Português), “raza” (espanhol), Race (Francês) aparecem esporadicamente mencionados desde o século XIII começando a ser mais frequentemente referidos, a partir do século XVIII, altura em que a palavra é também introduzida no vocabulário inglês. A palavra esteve semanticamente relacionada com campos diversos: o campo das noções ordinais e das classificações como “espécie”; o campo das designações políticas de natureza identitária ao lado de “Nação” e “Povo” ou até mesmo conotada com “família”, “linhagem”, “geração”; e o campo dos grupos linguísticos como os Eslavos e os Teutónicos.

Enquanto elemento crucial na manutenção dos sistemas de escravatura e dominação colonial relacionados com a modernidade europeia, o conceito foi particularmente aprofundado desde o século XVIII por académicos europeus que trabalharam laboriosamente na formulação de elaborados esquemas de classificação racial. O holocausto e as consequências catastróficas do “racismo científico” bem como os desenvolvimentos pós – 1945 incluindo a era pós-colonial e os movimentos de direitos cívicos contribuíram para a decadência do conceito, o qual, recentemente, foi objecto de uma firme contestação, graças às descobertas formuladas no campo da genética.

A permanente erosão das potencialidades científicas e heurísticas do conceito fizeram com que rapidamente o conceito se confundisse com um certo modelo de inimizade grupal, baseado na generalização vaga de características comuns. Assim, tornou-se “uma característica

do racismo a facilidade com que ele se mescla com outros tipos de hostilidade “(...) Uma vez que as diferenças de raças em sentido social são frequentemente acompanhadas de diferenças de cultura, o preconceito racial facilmente se une ao preconceito cultural” (Dummett, 2005: 40).

O descrédito geralmente atribuído à ideologia da dominação racial especialmente acentuada na pós II Guerra e, mais recentemente, pelas descobertas no campo da genética, com a consequente perda de legitimidade da ideia de raça enquanto explicação científica credível conduziu a uma operação de “magia ideológica” em que alguns afirmam: como não há raça, como é possível ser racista? Porém, o racismo não precisa do conceito de raça: precisa apenas de um corpo de convicções que se afirmam quotidianamente através de práticas sociais de dominação. Neste sentido, o racismo tem uma vocação camaleónica. Graças à forte deslegitimação dos preconceitos de raiz biológico, travestiu-se em códigos culturais, aparecendo frequentemente associada aos atributos culturais negativos. A condenação das teorias raciais após 1945, fez com que o termo “raça” fosse sendo substituído por “etnia”. Com efeito, na vida quotidiana, etnicidade passou a ser articulada com uma espécie de racismo cultural.

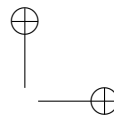
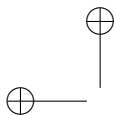
Para obter este efeito, o racismo recorre a uma série de táticas de representação negativa do outro que implica diversas variantes discursivas e estruturas argumentativas: a legitimação que se pratica quando os emigrantes são descritos como emigrantes ou criminosos; a negação que, no seu caso limite, jamais admite a possibilidade de factos racistas terem sido cometidos. Ou seja, a incoerência inerente à estruturação do corpo de crenças que integram a ideologia racista não impede a existência de elementos mais subtils de minimização e diabolização dos outros que acompanham as práticas sociais de efectiva discriminação.

Neste ponto, para além do intenso e profícuo ensaísmo doutrinário que parece nortear a pesquisa das Ciências Sociais sobre o conceito, o racismo acaba por dispensar uma sustentação biologista, sendo importante realçar a sua natureza de prática social que recorre a um dis-

curso para, sob a égide do argumento de uma pretensa superioridade de um povo sobre outro, manter relações sociais de dominação sobre esse povo. Com efeito, nos discursos contemporâneos, os conceitos de raça são ou tornaram-se vagos e equivocados. Tornou-se lugar comum ouvir falar acerca de ódio racista contra asiáticos, Muçulmanos, Judeus, negros, coreanos, mexicanos ou hispânicos. Na prática isso traduz uma fusão de conceitos de grupo que reflecte uma certa indiferença perante as distinções. A atribuição generalizada de atributos preconceituosos é uma estratégia cognitiva que a acompanha a prática da discriminação social, sem ter delongas em distinções subtis (Cfr. Levine e Pataky, 2005: 15). Na verdade as concepções de raça dominantes no Ocidente entre meados do século XVIII e meados do século XX tornaram-se ideias vagas e mal delimitadas.

Por isso, parece aceitável a definição legal criada pela Convenção Internacional das Nações Unidas de 1967, segundo a qual, “(...) the term “racial discrimination” shall mean any distinction, exclusion, restriction or preference based on race, color, descent, or national or ethnic origin which has the purpose or effect of nullifying or impairing the recognition, enjoyment or exercise, on an equal footing, of human rights and fundamental freedoms in the political, economic, social, cultural or any other field of public life.”

A definição não faz diferenças entre etnia e raça. Assim um grupo pode ser definido como racial pela sua cor, raça, nacionalidade ou cidadania, origem étnica ou nacional. Esta abordagem consagrada em vários códigos tem, a nosso ver, a vantagem de desarmar a problemática das distinções conceptuais ao nível do que estas possam trazer de perverso para a condenação de uma prática social, ajudando a esbater o perigo segundo o qual a perda de influência científica do conceito de raça pode permitir a desculpabilização de práticas discriminatórias racistas ocultas.



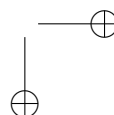
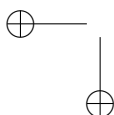
3.4. Media, cultura e identidade

Os *media* são uma das instituições que ajudam a dar forma à nossa visão do mundo, proporcionando quadros de interpretação que nos permitem definir as nossas visões do Outro. No caso do contacto com outras formas culturais, isto torna-se particularmente intenso, pois, em muitos casos, os receptores das mensagens noticiosas não têm contacto directo com os protagonistas das notícias. Só ouvem falar deles porque os *media* se deslocaram a um local social ou geograficamente longínquo para reportar um determinado acontecimento: o Outro entra assim em contacto com os *media* através de um processo de mediação efectuado pelos jornalistas. Os *media* são, com efeito, um dos principais, embora não o único, instrumentos de construção de imagens de identidade e de alteridade. No caso em que não se verifique a existência de fontes alternativas de informação, a sua predominância torna-se esmagadora (Rodrigo Alsina, 2006: 40).

Este processo é particularmente importante graças a um fenómeno chamada de “primeira definição”, isto é o primeiro enquadramento em que uma pessoa ou grupo tendem a ser apresentados (Cfr. Martins, 2007: 12). Grande parte destes enquadramentos é profundamente dualista gerando uma dicotomia “Nós e Eles”. Está profundamente associada à criação de estereótipos, isto é de tipificações, que nos permitem associar determinados atributos e características a todos os membros de um grupo assim tipificados como detentores de características similares.

A imprensa intervém decisivamente a muitos níveis na configuração dos grupos externos. Podem-se recensear algumas das estratégias desta configuração discursiva:

- a) A metaforização dos emigrantes e da imigração como fenómeno inquietante, comparando-o por exemplo a fenómenos naturais: “vaga”, “fluxo”, “onda”, “avalanche”, acabando por caracterizar o fenómeno como uma espécie de inevitabilidade com ressonân-



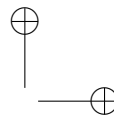
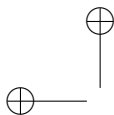
cias climáticas, ante o qual nada se pode fazer ou a incidentes de natureza militar e bélica: “invasão”.

- b) Associação dos imigrantes e minorias étnicas a conflitos e a criminalidade, e sua descrição como actores sociais potencialmente conflituosos: há que destacar que ao lado de representações que associam directamente a imigração à delinquência, há representações mais subtis relacionados com a má vizinhança, o desrespeito e a perturbação da ordem;
- c) Publicitação de visões integradoras que, sendo aparentemente progressivas, têm implícita o desconhecimento das diferenças específicas das minorias étnicas, sendo por vezes, portadoras de formas de xenofobia oculta que se traduz na ideia que os imigrantes para integrar-se têm de mudar os seus valores.

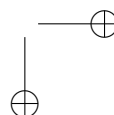
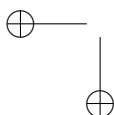
Esta intervenção do jornalismo é visível, até, ao nível dos critérios que são usados para seleccionar os acontecimentos que irão ser transformados em notícia: os chamados valores - notícia. Quando olhados de perto é possível verificar como os valores notícia se articulam com a proximidade cultural, proporcionando enquadramentos binários em que o *ingroup* e *outgroup*, grupo interno e grupo externo são representados em perspectiva pelos *media*, valorizando os valores e visões do mundo do primeiro e diabolizando os valores e visões do mundo do segundo.

Com efeito, a ideologia partilhada pelos jornalistas refere muitas vezes o chamado “interesse jornalístico”, “interesse noticioso” ou “noticiabilidade”. Quais são os critérios que assegurem, garantem e respondem por essa a alegada noticiabilidade? Será que estes critérios são elementos cognitivos orientadores da criação de *frames*, uma espécie de codificação dos elementos que permitem incluir ou excluir a porção de realidade com que nos confrontamos?

O contributo de Galtung e Ruge é especialmente interessante especialmente quando lido numa perspectiva crítica: recordemos os doze valores-notícia referidos por aqueles pesquisadores:



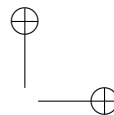
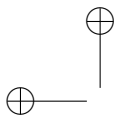
- A) A frequência respeita à existência de uma espécie de sintonia entre a frequência do acontecimento e a periodicidade jornalística. Se esta sintonia se verifica – ou seja se o evento é compatível com o tempo do médium – então terá mais possibilidades de ser exposto pelos *media*. Por exemplo, um desenvolvimento muito arrastado no tempo não é compatível com a narrativa da televisão.
- B) Um segundo valor-notícia é a amplitude. Quanto mais forte e maior a sua amplitude, mais provável a audição da frequência.
- C) Quanto mais claro e inequívoco for o sinal, mais provável a audição dessa frequência. É preferível um acontecimento claro e livre de ambiguidades a outro que é muito ambíguo e do qual muitas e inconsistentes implicações poderão ser feitas.
- D) Quanto mais significativo for o sinal, mais provável será a audição dessa frequência. O termo “significativo” associa-se à ideia de ser interpretável dentro da estrutura cultural do ouvinte, remetendo para a certa proximidade cultural.
- E) Quanto mais consonante for o sinal com a imagem mental do que se espera encontrar, mais provável será a audição dessa frequência. O valor notícia da consonância está ligado com uma pré-imagem mental. Os acontecimentos que se desviarem muito das expectativas existentes não serão registrados.
- F) O carácter inesperado do acontecimento é um critério que parece corrigir os restantes. Assim, quanto mais inesperado for um sinal, mais provável será a audição da frequência.
- G) Se um sinal for sintonizado, é provável que mereça a pena ser escutado. É provável que qualquer coisa que alcance os cabeçalhos dos jornais, continue a ser notícia durante algum tempo.



- H) Quanto mais um sinal for sintonizado, mais valerá a pena sintonizar um sinal de tipo diferente da próxima vez. No fundo, se houver um número muito elevado de notícias do estrangeiro, o valor de noticiabilidade de notícias domésticas será mais elevado.
- I) Quanto mais um acontecimento diga respeito às nações de elite mais existe a possibilidade de ser representado;
- J) Quanto mais um acontecimento diga respeito a pessoas de elite mais possibilidades têm de ser representado.
- L) Quanto mais um acontecimento puder ser visto em termos pessoais mais provável será a sua transformação em notícia;
- M) Quanto mais negativo for o acontecimento, mais provável a sua transformação em notícia (Cfr. Galtung e Ruge, 1993: 63-69).

Olhando criticamente estes valores e critérios descortinamos a intersecção com um enquadramento binário que opõe “Nós” a “Outros”. O valor (A) “frequência” denota o quanto as rotinas são susceptíveis de afectarem as escolhas noticiosas além de clarificarem o modo como o jornalismo instala uma grelha temporal sobre o mundo: um exemplo famoso diz respeito à incapacidade dos jornalistas se adaptarem aos horários do movimento NOW, em grande parte composto por mulheres trabalhadoras. Isto pode verificar-se frequentemente com minorias identitárias, pois os grupos de elite tem protagonistas que sabem gerir a frequência dos acontecimentos de modo a estes obterem sintonia com a frequência dos *media*.

Outro problema que tem de ser tido em conta é que a escassez de tempo faz com que haja passos que tem de ser dados de antemão, para assegurar um funcionamento regular dos *media*. Tais estratégias asseguram economia de tempo e de esforço mas conduzem a uma monitorização rotineira de determinadas fontes institucionais (Governo, Parlamento, Presidência da República, Tribunais, Polícia e os restantes

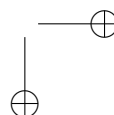
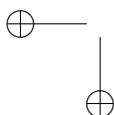


media seriam um bom exemplo no caso português), à dependência de organizações que produzem declarações frequentes (Partidos políticos, Sindicatos, Associações empresariais, serviços públicos, organizações desportivas, organizações não governamentais e grupos de pressão) e indivíduos isolados que procuram e estão em condições de obter publicidade para as suas causas e pretensões. Ora esta selectividade e a frequente aparição de especialistas nos *fora* mediáticos preenchem os jornais com discursos que codificam as atitudes das elites com acesso às instâncias mediáticas (Cfr. Fowler, 2005: 22).

A amplitude (valor B) não pode ser desligada do protagonismo dos fautores e protagonistas do evento. Tal valor articulado com a atenção privilegiada às pessoas e nações de elite e, até com a ideia de proximidade cultural, tende a considerar como dotado de amplitude o que é protagonizado por personagens ou nações de elite, culturalmente próximas de nós.

O famoso estudo recorda de forma muito clara que quanto mais claro e menos ambíguo for um acontecimento mais probabilidades existem de que ele venha a ser sintonizado pelos *media* (critério C). Ora, um dos aspectos que intriga reside precisamente na “ambiguidade” ou na “clareza” em si mesmos de um acontecimento. O assassinato de Kennedy é claro ou ambíguo? A invasão do Iraque é clara ou é ambígua? O arrastão da praia de Carcavelos é claro ou é ambíguo? Clareza define facilidade em descrever? Será que é o acontecimento que é claro ou ambíguo ou antes a sua facilidade em inscrever-se naquilo a que a público leitor e os jornalistas estão habituados é que determina essa clareza e ambiguidade? Será que a clareza e ambiguidade não podem ser remetidas para estereótipos culturais? (Fowler, 2005: 14). Na verdade, “o desconhecimento e a incompreensão social sobre a complexidade das realidades minoritárias é um dos aspectos que as torna um assunto pouco noticiável” (Caldeira, 2008: 155).

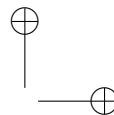
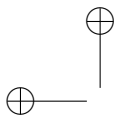
Outro valor notícia (critério D) diz muito claramente que os acontecimentos dotados de proximidade cultural são mais facilmente assinalados pelo sistema mediático, o que confere enormes dificuldades ao



exercício do jornalismo em sociedades pluralistas e complexas. Sabendo que o grupo interno é o centro em relação ao qual definimos a proximidade cultural, nomeadamente os critérios que nos permitem escolher o que definimos como elite, é natural que se assista a uma conjugação deste critério com os valores (I) e (J) relativos às nações e pessoas de elite, originando, uma vez mais, uma valorização dos grupos considerados próximos contra a estranheza suscitada pelos outros.

O valor da consonância (E) enfatiza a expectativa em relação a um dado acontecimento, desencadeando uma série de pressupostos e, por vezes, dificultando a sujeição dos acontecimentos a um escrutínio rigoroso: de acordo com as expectativas rotinizadas em notícias anteriores elas próprias estereotipadas é expectável a violência num jogo de futebol na Inglaterra ou na América Latina, a existência de muitos crimes num bairro predominantemente africano ou a violência numa manifestação antiglobalização. Este valor notícia articulado com o valor (M) relativo à negatividade pode reforçar um esquema binário de estereotipização do Outro. De onde surgem estas expectativas? Como furar o círculo da repercussão de tais expectativas negativas na própria construção que se faz da realidade: será que a exagerada construção de acontecimentos verificada na Praia de Carcavelos ou no Massacre de Timissoara não atingiu a dimensão referida neste trabalho porque havia uma expectativa forte, num caso, sobre a probabilidade de uma ocorrência explosiva nos bairros com maior número de presenças africanas e noutro numa expectativa forte quanto à crueldade do regime político de Ceausescu e à possibilidade de um martírio provável na sublevação contra um ditador que se apresentava como particularmente sanguinário?

O critério (F) da natureza inesperada das notícias reforça ou, pelo menos, pode reforçar – é assim que acontece no sensacionalismo – a censura moral implícita em relação ao que não se enquadra nos valores estabelecidos: o inesperado constitui-se assim em relação a uma matriz do que é esperado e estável, e o seu valor enquanto notícia resulta dessa



referência (Cfr. Caldeira, 2008: 163). Neste sentido, ele não resulta numa discutível correcção do valor de consonância.

O valor da continuidade (G) basicamente acaba por afirmar que o que foi noticiado continuará a sê-lo, o que pode implicar conformismo e dificuldade em reactualizar informações e redefinir a agenda em função de situações novas.

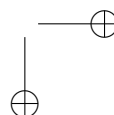
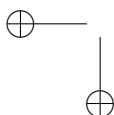
Os critérios (I)(J), relativos, respectivamente, às nações e às pessoas de elite, têm uma propensão nitidamente conservadora em termos de descrição das relações internacionais centradas nas potências hegemónicas, despertando críticas de etnocentrismo (Cfr. Fowler, 2005: 15) ou em termos das relações sociais. Erguem uma perspectiva ocidental (Cfr. Caldeira, 2008: 164) para além de dificultarem a representação de identidades minoritárias normalmente ausentes dos mundos (empresarial, político, mediático, académico) com base nos quais se erguem os conceitos de elite.

O critério (I), a personalização pode conduzir a uma simplificação metonímica de processos complexos históricos e institucionais (cfr. Fowler, *idem* *ibidem*). Cumulativamente, com o critério relativo a pessoas de elite, dificulta as possibilidades de representação positiva das minorias identitárias. Os seus representantes habitam as histórias de rosto humano as quais geralmente se conjugam com valor M relativo à negatividade: exotismo, relatos melodramáticos de “vidas difíceis”, etc.

O valor (M) “negatividade” é geralmente interpretado de uma forma que imputa a negatividade aos elementos pertencentes ao grupo externo.

3.5. Portugal: identidade e alteridade

Hoje os Estado-Nação confrontam-se com um intenso processo de imigração por parte de grupos minoritários com as suas próprias formas de organização social e cultural. Os emigrantes e respectivos agregados familiares ascendem a milhões de pessoas. Os problemas da etnicidade e do pluralismo cultural provocam uma tensão que permite aos extre-



mismos fascizantes ou nacionalistas manterem a sua base de apoio. As minorias étnicas tornaram-se objecto de suspeita, indiferença mais ou menos hostil ou hostilidade aberta nos países de acolhimento, tornando por vezes mais difícil a manutenção de um ideal multicultural.

Portugal, apesar de um certo conservadorismo estrutural, ao longo dos últimos 30 anos, conheceu profundas transformações no domínio identitário. De um país fortemente homogéneo que se caracterizava por caminhos unívocos no que respeita a questões como sejam a religião ou a pertença étnica, passou-se a uma situação em que crescentemente se insinuam novas questões que desafiam a noção tradicional da nossa identidade: a uniformidade étnica e cultural tem vindo a dar lugar à pluralidade e diversificação de culturas, etnias e costumes (Santos, 1994:127). Tornou-se evidente que Portugal não é apenas um caminho de emigração e passou também a ser um país de acolhimento e destino. Esta situação conduziu a uma clara redefinição a sua identidade: no mosaico de culturas que se revelaram à superfície depois dos sucessos pós-guerra fria, identidades e minorias foram objecto de uma recomposição crescente. Esta situação chegou a Portugal de uma forma tanto mais impressiva quanto a imagem que o país construíra de si próprio fora, ao longo de décadas, uma imagem conservadora, rural e anti-cosmopolita, distante da modernidade, culturalmente homogénea. Durante séculos Portugal varrerá de si a memória da presença árabe e judaica bem como da mestiçagem induzida por séculos de comércio escravo que criara uma percentagem significativa de população africana em Lisboa. De súbito, Portugal conheceu as migrações provenientes dos novos países de língua portuguesa formados na descolonização e as transformações associadas a estes fenómenos. A recente diversificação dos países de origem, com a persistência da corrente imigratória proveniente dos PALOPS e a intensificação da imigração proveniente do Brasil, do Leste e da Ásia contribuiu para uma nova percepção da identidade portuguesa em que continuam visíveis muitas perplexidades e desequilíbrios que se reflectem no discurso dos *media*.

Se bem que não possamos falar de uma conflituosidade de base

étnica ou racial demasiado acentuada, traduzida em motins, choques, discriminações espetaculares e sistemáticas não é exagerado dizer que há sinais de perplexidade e de polémica no espaço público e no espaço mediático com situações bem localizadas de racismo ou xenofobia. O problema surge, a maior parte das vezes, re-equacionado e travestido como diferença cultural, dissimulando por vezes a diferença “étnica” pura e duro de sentido racista, transformando-a como forma polida de designar outras “raças”, mais ou menos inferiorizadas, e dando passagem ao “racismo subtil” que hoje predomina na Europa.

Esta operação parece facilitada pelos vários discursos públicos que, insistentemente, assinalam uma tendência portuguesa para a miscigenação fácil. Sem discutir esta natureza do português – o que exigiria só por si um minucioso percurso antropológico¹ – a verdade é que desde sempre se tentou acentuar, de modo unilateral, a seguinte ideia: “os portugueses não são racistas”, nomeadamente através de um discurso insistente em torno do “universalismo português”. Certas características conversacionais como a hesitação em mencionar os que são olhados como Outros ou a produção de declarações prévias seguidas de uma conjunção adversativa (Eu não sou racista mas ...) são exemplos de estratégias de negação que ocultam, ou melhor, revelam a existência da opinião negada. Apesar de tudo, “surgem situações de discriminação, umas mais visíveis do que outras, que tendem a dividir todos os portugueses em categorias: a do “português tipo” e a de todos os outros que, apesar de não terem pele branca e uma religião católica ou pelo menos judaico-cristã, também têm nacionalidade portuguesa” (Martins, 2007: 13).

O tema ideológico da convivência e da adaptabilidade com outros povos e culturas permanece como uma marca forte na imagem que a Nação faz de si própria. A crença na “tolerância histórica dos portugueses para com os povos estranhos” – reforçada pela crença do Estado

¹Vejam-se, por exemplo, os trabalhos de Boaventura Sousa Santos sob a condição semi-periférica ou a noção de Gilberto Freyre de Luso-Tropicalismo, superiormente expressa sob o ponto de vista formal e literário, em “Casa Grande e Sanzala”.

Novo na especificidade do colonialismo português – cultivada pelas elites políticas e estrategicamente repetida pelo senso comum, qualquer que seja o seu fundamento científico e histórico, serviu para ocultar da memória quotidiana os choques traumáticos da relação com o outro. Estes são impossíveis, todavia, de ignorar dada a existência de uma participação na chamada Reconquista Cristã, aliás relacionada com a fundação dos primórdios deste Estado, dos episódios de anti-semitismo que tiveram o seu momento historicamente mais relevante em 1496 com a expulsão ou conversão forçada dos judeus seguidos de numerosos autos de fé, da criação de um vasto império colonial que terminou com uma guerra com os movimentos de libertação africanos seguida de uma descolonização bastante acidentada.

Assim, Portugal fez parte do Ciclo da chamada Reconquista Cristã da Península, tendo o território sido conquistado em cada palmo de terra aos árabes vindos do Norte de África. Naturalmente que, como todos os episódios de fundação de uma nacionalidade, no contexto de guerras religiosas do século XII, este momento decisivo da fundação da nacionalidade teve todas as características históricas próprias da época da “afirmação de um reino cristão contra os infiéis”, neste caso contra “os mouros”, termo com o qual se designaram, durante a Idade Média, os Muçulmanos da Península: árabes dominadores, sírios, berberes e até peninsulares convertidos ao Islamismo (cfr. Joel Serrão, verbete Mouros in Dicionário de História de Portugal, Porto, Livraria Figueirinhas, 352).

Quanto à relação com os judeus recorde-se que no período de auge da expansão colonial, durante o Reinado Manuelino, em Dezembro de 1496, procedeu-se à tentativa da sua conversão forçada que acabou por conduzir na prática sua expulsão e consequente exílio, ficando os poucos renitentes em partirem confinados a comunidades discretas ou semi-clandestinas, muitas perseguidas ou discriminadas.

Durante os Descobrimentos e a formação do Império, qualquer tentativa de construir uma imagem idealizada de um colonialismo exemplar baseado exclusivamente na convivência, na tolerância ou mesmo

no paternalismo benévolo peca por unilateral (Idem, Serrão, verbete Angola, Vol. I, 152-154 Cfr. Serrão, verbete Guiné, Vol. III, p. 179; cfr. Serrão, verbete Moçambique, vol. IV p.320-322).

Finalmente, a posse do Império desempenhou, no princípio do século, um papel estratégico como contraposição à vizinhança espanhola, e também, desde o ultimato inglês, como um elemento de auto-estima contra a decadência nacional que lhe conferia um peso importante na constituição do nacionalismo português moderno (Cfr. Carvalheiro, 2008: 207).

Durante o Estado Novo, período durante o qual Oliveira Salazar instaurou uma República Corporativa com muitas semelhanças com o fascismo italiano (supressão de partidos, polícia política e a organização de corporações profissionais controladas pelo Estado) houve um período de intensa propaganda colonial, em que se destacou, de modo claro, a doutrinação de uma ideologia imperial que mitigava a sua violência com o paternalismo e com a invocação de uma missão evangelizadora. Cultivaram-se determinados tipos de valores centrados na ideia de uma Nação orgulhosa da sua existência, reconhecida internacionalmente e importante em termos de civilização mundial até pela sua grandeza colonial; e de um território unido, indivisível e multi-continental. Esta componente ideológica foi complementada por uma ideia de superioridade moral do colonialismo português assente na vocação universalista da Pátria e na sua alegada competência para a convivência com alteridade e a facilidade na miscigenação (Cfr. Carvalheiro, 2008: 28).

Na dimensão colonial e imperial desta ideologia, o território era apresentado como o mais antigo e estável da Europa e as colónias eram referidas como sendo posse de Portugal por direitos de descoberta e de conquista, constituindo, assim, inalienáveis parcelas do todo nacional. Portugal era, assim, um país, uma Nação e um Estado, espalhado por variados territórios em todos os continentes e, assim, um grande país em termos territoriais, em termos de efectivos demográficos e de influência internacional. Esta ideologia foi administrada nas escolas e

induzida através de manuais de ensino da leitura desde a Escola Básica, reservada, aliás, a uma minoria num país de acentuado analfabetismo.

Um dos livros mais influentes o Livro da 3^a Classe em vigor durante várias décadas, ajudou a formar algumas gerações de Portugueses que aprenderam as primeiras letras em textos de clara exaltação nacionalista e colonial.

Eis dois textos particularmente interessantes:

“Portugal não é apenas o território que, na parte mais ocidental da Europa, vai do Minho e Trás-os-Montes ao Algarve. Também são Portugal os Arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde, no Oceano Atlântico. As ilhas de São Tomé e Príncipe, o nosso território da Guiné, o de Angola na África ocidental, e o de Moçambique, na parte oriental de Africa, são Portugal também. São ainda Portugal os territórios de Goa, Damão e Diu e a cidade de Macau, que ficam na Ásia, bem como uma parte da Ilha de Timor, na Oceânia. Se observarmos num mapa a situação de tudo o que é nosso, reconhecemos logo que Portugal tem possessões em quase toda a parte do mundo. A língua portuguesa é falada em quase todos esses territórios e também no Brasil, que descoberto e colonizado por nós, se tornou nação independente no século XIX. Ao vermos a enorme expansão do Império Português, admiramos o heroísmo com que os nossos antepassados – sábios, marinheiros, soldados e missionários – engrandeceram a Pátria. Por ela atravessam mares desconhecidos, sofreram inclemências de climas insalubres e travaram lutas cruéis em paragens longínquas. Aprendamos a lição do seu esforço, para amar e servir, como eles, a nossa querida Pátria”

(Livro de Leitura da 3^a Classe, Porto Editora, Lda., 1958)

“A Pátria é a terra em que nascemos, a terra em que nasceram os nossos pais e muitas gerações de portugueses

como nós. É a nossa Pátria todo o território sagrado que D. Afonso Henriques começou a talhar para a Nação Portuguesa, que tantos heróis defenderam como o seu sangue ou alargaram com sacrifício de suas vidas. É a terra em que viveram e agora repousam esses heróis, a par de santos e de sábios, de escritores e de artistas geniais. A Pátria é a mãe de nós todos os que já se foram, os que vivemos e os que depois de nós hão-de vir.

(...) A Pátria é o solo de todo o Portugal, com as suas ilhas do Atlântico (Açores e Madeira, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe...), as nossas terras dos dois lados de África, a Índia, Macau, a longínqua Timor. Para cá e para além dos mares, é a nossa Pátria bendita todo o território em que, à sombra da nossa bandeira, se diz na formosa língua portuguesa a doce palavra Mãe! ...”

(Livro de Leitura da 3^a Classe, Porto Editora, Lda., 1958, pp.5-6)

Nestes textos constata-se algumas estratégias enunciativas óbvias que são a marca de um vasto conjunto de manuais da escola do tempo da ditadura que formaram, aliás, a infância elites portuguesas:

- a) Definição de um tópico ou de uma macro-estrutura semântica centrada na ideia principal: Portugal é grande;
- b) Sob o ponto de vista lexical encontram-se numerosas estratégias tendentes a:
 1. Envolver o leitor com a mensagem estabelecendo uma cumplicidade entre o autor e o leitor. Esse é o objectivo dos pronomes possessivos “nosso” em “a extensão de tudo o que é nosso”, “nossos antepassados”, etc. no primeiro texto; “nossas terras de dois lados de África”, “nossa Pátria” e

- “nossa terra bendita”. É também esse o objectivo do uso generalizado em ambos os textos de verbos na primeira pessoa do plural: “descoberto e colonizado por nós”.
2. Conferir um tom absolutamente assertivo que confere às afirmações produzidas a natureza de um “facto” e não de uma “opinião”. Vejam-se as formas verbais “observarmos”, “reconhecemos”, “vermos”, “aprendemos” que remetem para aquilo que hoje designaríamos uma constatação.
 3. Utilização de uma numeração exaustiva que confirma a grandeza da dimensão da Pátria, ligada por advérbios como “ainda”, “também”

Integrada nesta estratégia de exaltação da grandeza da Pátria, Portugal foi palco de várias exposições e mostras coloniais durante a qual se procedeu à exaltação da grandeza de um Portugal que se definia como do Minho (a província mais a Norte, junto à Galiza) a Timor, a província – o termo oficial atribuído às colónias – mais longínqua na Ásia. Este fenómeno ocorreu em diversos eventos, mas dois merecem especial destaque: a Exposição Colonial (Porto - 1934) e a Grande Exposição do Mundo Português (Lisboa - 1940). No primeiro caso, os jardins do Palácio de Cristal no Porto foram transformados num Império em miniatura, onde se apresentavam os ambientes (vegetação, fauna e habitantes) das colónias portuguesas. Na Grande Exposição do Mundo Português, também existia um Jardim Colonial que seguiu de perto o que havia sido feito nos jardins do Palácio de Cristal, além de uma secção dedicada à etnografia metropolitana que incluía duas partes fundamentais: as Aldeias Portuguesas e o Pavilhão da Vida Popular.

Finalmente, Portugal desenvolveu uma Guerra Colonial longa – treze anos – tendo sido o último dos impérios a proceder à descolonização plena. O início da Guerra ocorreu em Angola a 4 de Fevereiro de 1961 e sustentava-se pelo princípio político da defesa daquilo que considerava território nacional, baseando-se ideologicamente num conceito de nação pluricontinental e multi-racial. Entre 1926 e 1974, o

regime aproveitou a data quase esquecida do 10 de Junho, que detinha uma conotação como o Dia da Raça, entretanto desactualizada, para transformá-la num grande evento de apoio à política colonial, sob pretexto de homenagear os heróis que a suportavam na frente de combate.

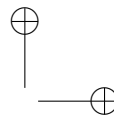
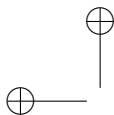
O dia 10 de Junho passaria, assim, a carregar consigo uma identificação próxima com a defesa do regime e das colónias, enquanto as Forças Armadas eram chamadas para a demonstração do poderio militar português. A primeira das celebrações realizou-se em 1963, no Terreiro do Paço, em Lisboa, para condecorar combatentes. Até ao 25 de Abril de 1974 era conhecido como o Dia de Camões, de Portugal e da Raça. Com a Revolução do 25 de Abril de 1974, o dia passar-se-ia a designar como Dia de Camões, Portugal e das Comunidades Portuguesas. Durante o Natal e o Ano Novo, a Rádio Televisão Portuguesa, única e controlada pelo Estado, passava mensagens dos soldados dirigidos às famílias que ficavam no Continente.

Na sequência da Revolução do 25 de Abril, o regresso de 300 mil pessoas que abandonaram as colónias no período da descolonização em condições de guerra civil (nomeadamente em Angola e em Moçambique) trouxe consigo um conjunto de referências nostálgicas acentuadas pelos traumas sofridos durante a sua apressada retirada. O processo de descolonização abriu feridas nos anos revolucionários que levou a movimentações de extrema-direita e direita no sentido de evitar ou retardar a descolonização, instaurando modelos federais em que as ex-colónias não alcançariam a independência mas uma autonomia alargada, sendo finalmente chamadas a votar num referendo. Talvez o facto de estes projectos se terem colocado à margem do processo democrático, demasiado encostados pela dinâmica da revolução à extrema-direita, tenha conduzido a classe política apostada na formação de uma democracia a comprometer-se, de forma mais ou menos explícita e mais ou menos cooperante, com a descolonização, pelo que a questão racial, ao tocar colateralmente a questão do antigo império, desperta fantasmas pouco entusiasmantes.

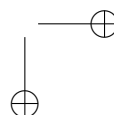
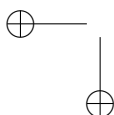
No caso concreto das migrações, é importante que se tenham em

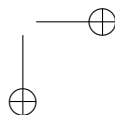
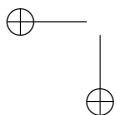
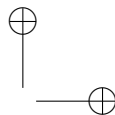
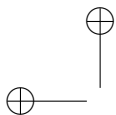
conta os traços da nova situação. Continua a assistir-se à conjugação simultânea de dois fenómenos paralelos que se entrecruzam: por um lado, continua a verificar-se a emigração de portugueses, principalmente, para os países europeus e, por outro lado, aumentou significativamente a imigração para Portugal, nomeadamente provenientes dos países africanos de língua oficial portuguesa e Brasil. Dispersos pelo Mundo, encontram-se cerca de 4,5 milhões de portugueses, dos quais aproximadamente 1,5 milhão na Europa. Em Portugal, de acordo com dados do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas referentes a finais de 2005, havia cerca de 500 mil estrangeiros em situação regular, o que representava cerca de 4% da população, um valor percentual quase idêntico ao do Reino Unido e da Holanda e, mais ainda, um valor superior à percentagem da população activa de qualquer destes dois países, e que representa um acréscimo de 100% relativamente a 2000. Por outro lado, o número de imigrantes não comunitários aumentou 148,5% em relação a 2001 e apenas 31,5% no caso de cidadãos provenientes de países comunitários. Cerca de 45% desta população concentrava-se em Lisboa. Segundo o relatório do mesmo organismo, o número manteve-se registando um acréscimo no ano de 2004 e um decréscimo residual em 2005. Em 1995, o número de imigrantes era de 172 900 ou seja 2,5 vezes menos do que dez anos depois em 2005. Quanto à origem, os brasileiros são o grupo maior, seguindo-se os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa com Cabo-Verde à cabeça. Assim, embora Portugal seja um país de recentíssima imigração, dificilmente comparável com países como a Suíça ou o Luxemburgo, tornou-se cada vez mais “um exemplo claro de contactos vários, projectos diversos, inserções e fixações de pessoas numa aproximação transversal e dinâmica dos seus interesses e necessidades de índole económica, social e cultural” (Peres, 2000: 39).

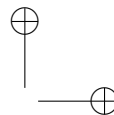
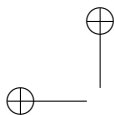
A “descoberta” recente do facto da crescente multiculturalidade do Litoral Português (com algumas “bolsas” de forte imigração no interior) conduziu o jornalismo a reacções multifacetadas. Ao longo da análise destas reacções, pretende-se demonstrar que os fenómenos de



relacionamento identitários e de racismo ou de xenofobia implicam a existência de uma dimensão social inserida, por vezes de modo silencioso, no mundo da vida quotidiana e uma dimensão discursiva e mediática que interage com a primeira. Estas duas dimensões – sociais e discursivas – entrecruzam-se e reforçam-se mutuamente.





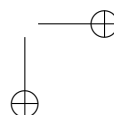
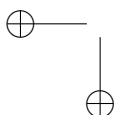


Capítulo 4

Discurso e enquadramentos no Arrastão da Praia de Carcavelos

Uma sequência de acontecimentos constitui um exemplo das contradições e perplexidades sentidas na sociedade portuguesa no contexto de afirmação da sua identidade: referimo-nos ao “Arrastão da Praia de Carcavelos”, alegadamente ocorrido no Dia 10 de Junho de 2005 (Dia de Portugal). A história relatada pelos *media* diz respeito a um ataque que teria mobilizado cerca de 500 adolescentes de bairros problemáticos (leia-se bairros de predominância étnica africana) da periferia de Lisboa.

Ao longo desta leitura crítica haverá a registar os seguintes elementos: em primeiro lugar, no despoletar da notícia utilizamos elementos de vários órgãos de informação disponíveis. A leitura crítica incide sobre os jornais *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias* nos dias 11 e 12 de Junho de 2005, as 48 horas em que se procedeu ao enquadramento noticioso daquilo que veio a ser reconhecido como Arrastão. Já na polémica sobre a existência do Arrastão recorreu-se a várias fontes. Na



leitura crítica, seguimos em larga medida uma abordagem exemplificativa de alguns elementos que se consideraram significativos.

4.1. O início do Arrastão

O ataque foi noticiado ao fim da tarde de 10 de Junho, quando as televisões abriram os respectivos noticiários afirmando que um roubo de grandes dimensões teria sido verificado na praia de Carcavelos.

A notícia foi dada com alarme pela Lusa e logo amplificada pelas Televisões. Segundo a Lusa, “500 jovens e adultos constituídos em gangs”, “entraram na praia” e “começaram a assaltar e a agredir os banhistas”. Segundo a RTP, “Ao princípio da tarde, grupos de 30 a 50 jovens em simultâneo e de uma forma aparentemente organizada desataram a assaltar e a agredir os banhistas em diversos locais da praia. Foram chamados 30 polícias mas eram trinta contra muitos mais e chegaram tarde” Para a SIC, foi uma “cena de filme”: “Um grupo de cerca de 500 jovens, entre os doze e os vinte anos, invadiu o areal ao início da tarde, agredindo e roubando os banhistas”. Para a TVI, foi “uma tarde de terror e pânico em Carcavelos. Centenas de jovens atacaram em grupo e roubaram tudo aos banhistas que estavam na praia. Agindo como um bando organizado, os jovens cercavam os banhistas e roubavam tudo o que podiam, Em caso de resistência, ameaçavam e agrediam com armas brancas”.

Quer a TVI quer a SIC exibiram fotos que mostravam o que consideraram ser a violência do ataque e o *modus operandis* que teria começado com dois tiros lançados para o ar. Segundo a RTP, as fotos mostraram uma larga quantidade de pessoas apanhadas de surpresa pelos assaltantes que teriam agido concertadamente varrendo tudo à sua volta. Segundo o CM do dia seguinte (11 de Junho de 2005), “O terror instalou-se quando cerca de 500 rapazes e raparigas, organizados em vários grupos, começaram a ‘varrer’ a praia de Carcavelos, onde estavam milhares de pessoas, roubando e agredindo quem apanhavam pela frente. Por momentos, foram muitos os que se lembraram do ‘arrastão’

frequente em praias brasileiras”. Para O PÚBLICO (11 de Junho de 2005), “nunca se tinha visto uma coisa assim. Ontem, meio milhar de jovens, entre os 12 e os 20 anos avançaram pelo areal de Carcavelos e, até chegar a polícia, roubaram o que quiseram aos banhistas que ali gozavam o feriado”. Para o DN, “a praia de Carcavelos foi invadida por uma onda de assaltantes”. Numa caixa, afirma-se mesmo “Acto terá sido preparado”.

Várias certezas foram consolidadas no primeiro dia, originando uma rede de facticidade cujos principais nós assentavam em pressupostos. Houve um arrastão que mobilizou centenas de pessoas que roubaram e agrediram quem aparecia pela frente. Os números e a dimensão foram firmemente estabelecidos. A sua definição como sendo um assalto colectivo organizado por jovens de bairros problemáticos semelhante a um fenómeno ocorrido no Rio de Janeiro foi tacitamente aceite. O acontecimento provocou terror na praia e gerou um sentimento de insegurança. A grande maioria dos envolvidos no chamado “arrastão” era africana. Estes dois factos – o “terror” e a origem étnica dos criminosos eram comprovados por fotografias (...) os cerca de 500 jovens que semearam o pânico na praia de Carcavelos são oriundos de vários bairros problemáticos da Grande Lisboa, em especial de zonas como a Amadora e Chelas”. As fotografias divulgadas na TV (RTP, SIC, e TVI) e na primeira página do CM, DN e de O PÚBLICO introduziam elementos aparentemente probatórios nomeadamente quanto à etnia dos “assaltantes”.

Rapidamente, estes pressupostos originaram uma cascata de deduções. Se X era tido por adquirido e como tal dado como uma evidência incontornável, todo o enredo seria uma consequência ou uma explicação dos “factos”. Como poderia um acontecimento de tamanhas proporções – a acção violenta de pessoas das mesmas etnias provenientes dos mesmos bairros concentrados na mesma praia – ser produto do acaso? Logo, gerou-se a suspeita de uma acção organizada: O CM titula em vermelho no dia 11 “Polícia investiga organização”. O fundamento para este título é encontrado em declarações de um responsável

da PSP: “Acho difícil que se trate de coincidência estar toda esta gente na praia e acontecer uma coisa destas”, referiu ao CM um outro responsável da PSP.

Nos dias seguintes, fala-se de uma ameaça de arrastão nas praias do Algarve e da capacidade da GNR em anular nova tentativa. Assim, o DN (12 de Julho de 2005) registava: “Tudo aconteceu pelas 11 horas, quando cerca de 50 jovens, na sua maioria rapazes, entre os 23 e os 25 anos - muitos dos quais residentes no Bairro da Cova da Moura – após terem passado a noite numa *rave party*, perto de Vilamoura, provocaram desacatos daquela praia no Concelho de Loulé”. O CM titula “Arrastão: GNR Trava Onda em Quarteira” (Praia da Zona Turística do Algarve) e dedica uma página a esta matéria.

4.2. Estratégia de enquadramento mediático

Estabeleceu-se, deste modo, um *frame* com diversos elementos que permitiram compreender a realidade: o arrastão. A ideia genérica de grupos descendendo das favelas para as praias e varrendo-as possui uma “visibilidade” e uma capacidade evocativa que permitiu compreender e tipificar a realidade, transportando consigo crenças socialmente partilhadas sobre o tipo de ocorrências e o tipo de protagonistas que participam nesses acontecimentos. O enquadramento “o arrastão” é visível desde logo no artigo definido que acompanha a partir daí a palavra em todos os enunciados que se produzem sobre o assunto.

O *frame* transporta atrás de si todo um conjunto de conhecimentos sociais tidos por adquiridos, de tal forma que se transforma em esquema organizador da realidade que permite avaliar comportamentos dos mais variados protagonistas: agentes policiais, potenciais assaltantes, políticos responsáveis pela segurança na praia. Assim, os agentes policiais podem ou não estar preparados para enfrentar arrastões idênticos ao que se verificou na praia de Carcavelos – eis uma dúvida que é explicitamente colocada, assumindo como um pressuposto a natureza dos acontecimentos verificados; os políticos discutem sobre a existên-

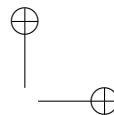
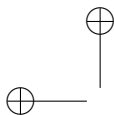
cia ou ausência de medidas de segurança e de mecanismos de previsão para enfrentar fenómenos como o do arrastão; evidenciam-se certezas sobre a origem dos assaltantes e até sobre as suas formas de organização ou de liderança. Todos estes discursos pressupõem sempre a existência de um assalto organizado de largas dimensões.

O frame “arrastão” responde ao valor notícia “consonância” – ou seja, recupera uma imagem já conhecida e que permite tipificar ocorrências do género – e reproduz a imagem, já de si originariamente poderosa, do grupo problemático que cerca e varre a pacífica praia. O “arrastão” das praias do Rio de Janeiro foi o precedente usado para conferir aos jornalistas uma “história de convergência”. As notícias correspondem à inscrição dos acontecimentos numa certa ordem significativa que corresponderia à ordem dominante. O Dez de Junho devia ser um “dia sem notícias”, no início de um fim-de-semana prolongado com poucos jornalistas na redacção. Nestas circunstâncias, o jornalismo fica mais dependente de rotinas e de fontes oficiais, recorrendo a estereótipos que se reconhece como sendo mais facilmente consumíveis pelas audiências. Porém, esta resposta só por si não explica porquê e como certas tipificações se formam e não outras, ou porque é que estas tipificações se expressam em certas formas de enquadramentos e não noutros. Será que como afirma Miguel Vale de Almeida, o “Arrastão surgiu porque o país estava preparado para ele” (Cfr. Entrevista em *Era uma Vez (...)* Um Arrastão)? Em que medida o modelo da nossa identidade, da relação com as identidades que se cruzam com a nossa e das relações que com a nossa travam estão compostas por imagens subliminares que tornavam a opinião pública e os jornalistas mais permeáveis a adoptarem uma leitura preferencial de alguns acontecimentos? O posicionamento adoptado pelos jornalistas não significa um compromisso. Porém, traduziu-se num empenhamento involuntário que reflectiu o que se considerou como óbvio e consensual, susceptível de ser estabelecido como um facto e perante o qual se não fez intervir o papel crítico da reflexão.

Finalmente, haverá que considerar a ideia de enquadramento como

uma ideia central e organizadora que configura a percepção do acontecimento, dando mais visibilidade relativa a uns elementos em detrimento de outros, sugerindo explicações, causais e até avaliações normativas sobre o evento reportado. Torna-se um princípio orientador e explicador da realidade, que funciona como um obstáculo à recolha ou admissão de pormenores e explicações que o neguem. Pelo contrário, os dados recolhidos são convocados para o confirmarem. Neste sentido, os comentadores escutados são eles próprios instados a falar sobre algo adquirido: são convocados para explicar um acontecimento que já está definido. Rui Pereira, de 48 anos, professor de Direito e especialista em assuntos de segurança, ex-director do SIS e do Observatório de Segurança considera que “não pode haver contemplações em relação a este tipo de incidente”. Moita Flores, Criminologista, afirmou à RTP tratar-se de uma combinação entre *gangs* que se reuniram na praia organizados num mimetismo de um fenómeno bem conhecido das praias do Rio de Janeiro. Barra da Costa, autor do livro *O Gang e a Escola* declara a Céu Neves do DN (11 de Junho de 2005) “Podemos falar de uma reacção anti-social típica de um contexto de delinquência juvenil, mas resta saber se este acto não foi preparado”. Esta atitude em que os comentadores assumem conhecer já a realidade de que se fala é extensiva a entrevistas efectuadas a pessoas representando outros sectores também eles abrangidos pelas eventuais consequências de um fenómeno deste tipo. Por exemplo, um empresário de turismo acredita que com o arrastão o negócio está arruinado:

“O empresário Abílio Fernandes, ex-dirigente do Sporting, não tem dúvidas: o arrastão da tarde de sexta-feira, na praia de Carcavelos, já estragou a época de Verão a todos os concessionários que ali têm negócios. “As pessoas vão começar a pensar duas vezes antes de virem aqui. Poucos ainda perceberam a gravidade da situação”, opinou. (...) O futuro é para Abílio Fernandes encarado com pessimismo. “Vários concessionários e proprietários da praia de Carcavelos retiram o seu sustento do que ganham nos



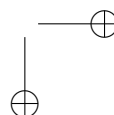
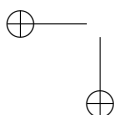
três meses de Verão. Isto vai dar cabo do comércio na praia”, acrescentou” (in A criminalidade vai afundar o negócio CM, 12/06/2005).

O Ministro da Administração Interna, responsável pela coordenação das forças policiais e pela segurança dos cidadãos disse que o arrastão era imprevisível (CM, 12/06/2005). Na mesma linha, “O presidente da Associação Portuguesa de Agências de Viagens e Turismo (APAVT) manifestou-se ontem preocupado com o impacto que o arrastão na praia de Carcavelos pode ter no turismo. É que uma das vantagens de Portugal é exactamente a imagem de segurança que oferece aos turistas, sublinhou ao Correio da Manhã Vítor Filipe” (CM12 Junho 2005 - Imagem turística de Portugal prejudicada).

Assim todo o noticiário parece previamente condicionado pela assunção prévia da existência de um arrastão: a descrição das formas de organização; a análise sobre as consequências do fenómeno; os artigos, entrevistas e debates sobre a preparação ou ausência dela para enfrentar este tipo de fenómeno; o apelo às vítimas para que vençam o medo e apresentem queixas só faz sentido porque nunca se pergunta “O que aconteceu em Carcavelos?”. Esse é um dado tido por adquirido à partida pelo que a pergunta nunca é formulada. A aceitação deste fenómeno como dado incontestável só é compreensível porque foi acionado um enquadramento preexistente que envolve crimes colectivos na praia praticados por pessoas de bairros problemáticos periféricos da mesma.

4.3. Principais tópicos noticiosos

Um discurso tem uma estrutura semântica global ou macroestrutura. A produção do texto implica a construção de macroestruturas que implicam a existência de uma intriga e, logo, de algo que possui uma sequência de partes que o ouvinte ou o leitor pode adivinhar, conhecendo outras partes. A macroestrutura explica o que é mais relevante,



proeminente ou importante informação semântica de um discurso como um todo. Os factos podem estar relacionados entre eles mas faltarlhes a referência a uma questão central ou a um tópico. A macroestrutura principal é definida implicitamente pelas palavras-chave “terror”, “caos”, “pânico” e “arrastão”, as quais dão o tom geral das várias coberturas mediáticas. Por essas palavras dos títulos e dos *leads* podemos compreender o enquadramento escolhido pelos jornalistas bem como se procede ao encadeamento dos principais tópicos que integram o discurso das peças seleccionadas. Neste sentido, títulos e *leads* assumem – se como espaços de configuração das principais macroproposições textuais, desempenhando uma função de reconhecida importância estratégica. Como geralmente os títulos e os *leads* exprimem as principais proposições constituintes da macroestrutura, é nestes enunciados que vamos encontrar os principais tópicos do discurso (Silveirinha et ali, 2004: 115).

Este *frame* contém vários elementos que conduzem a produção do discurso nos seus elementos macroestruturais. Assim podemos sumarizar no discurso as seguintes macroproposições:

1. Centenas de jovens lançaram o terror e o pânico em Carcavelos, perto de Lisboa. A sensação de medo, terror, caos e pânico constituem o centro da macroestrutura da notícia, claramente favorecida em detrimento do número de roubos, por exemplo.
2. Os jovens eram cerca de 500.
3. Vieram dos bairros problemáticos da capital. A enunciação de “bairros problemáticos” tem sido estudada ele próprio como um enquadramento facilmente associada à etnização de comunidades e a um modelo de análise em que a predominância da criminalidade se constitui como tema hegemónico.
4. São de origem africana. Embora a ideia só secundariamente seja explicitada por palavras, a referência a *gangs* de jovens, a associação a bairros problemáticos e a própria ideia de *arrastão* cor-

respondem a perfis memorizados pela predominância da criminalidade entre os temas mediáticos que incidem sobre minorias éticas.

5. Usaram os mesmos procedimentos dos meninos de rua provenientes das favelas do Brasil ou seja fizeram um arrastão. Com esta dimensão inscrita é possível verificar um curso de eventos que corresponde a um *script* bem definido.
6. Tratou-se, talvez, de um acontecimento que pode implicar organização. Embora, a existência de uma organização seja uma hipótese assumida como tal, ela por vezes funciona como um dado adquirido. Isto é, apesar de sabermos tratar-se de uma hipótese levantada por uma fonte policial (PSP investiga organização “CM, 11 de Junho de 2005), ou apesar da explícita informação introduzida a certo momento de que de não houve organização mas sim, uma confluência de factores desencadeada uma situação específica (DN, 11 de Junho de 2005, “Arrastão’ na praia de Carcavelos”) **verificamos**, todavia, que o acontecimento se não é organizado está associado a formas de violência organizada. Os jovens são marginais estão habituados a usar formas de violência colectiva nos respectivos bairros. No caso do Diário de Notícias, há, assim, um certo grau de contradição: por um lado é dito que não há organização mas por outro refere-se insistentemente a existência de “bandos” e acolhe-se o enquadramento “arrastão” que implica um certo comportamento colectivo. Mais ainda: na mesma edição em que introduz uma peça em que se descreve o acto como resultado de uma confluência de factores (presença de bandos) detonados por um acto de violência específica (um roubo a um indivíduo de Leste) introduz-se também a hipótese da preparação através da peça “Acto terá sido preparado” (DN, 11 de Junho de 2005).
7. Eram adolescentes com idades entre os doze e os vinte anos. A idade também desempenha um papel activo na construção do en-

quadramento. Além de a modalidade criminal colectiva designada por arrastão estar associada a *gangs* juvenis, a juventude é ela própria um factor de perturbação desviante em relação à qual se dirigem várias expectativas normativas.

8. Durante o assalto colectivo organizado houve muitos roubos.

A macroestrutura de todo o discurso noticioso sobre o arrastão é feita em torno da enfatização destas ideias organizadoras centrais. As macroregras semânticas que organizam os tópicos principais da reportagem são fáceis de entender quando olhamos para a extensa quantidade de notícias produzidas, nos dias após o acontecimento.

A proposição mais genérica e abstracta é apresentada, com diferentes estilos e léxicos nos diferentes cabeçalhos: “Terror na Praia” (CM, 11 de Junho de 2005); “Levaram Tudo à Frente” (CM, 11 de Junho de 2005); “Arrastão à Brasileira Chega a Carcavelos, DN, 11 de Junho de 2006); “Arrastão na Praia de Carcavelos” (DN, 11/06/2005). Seguem-se *leads* vincadamente assertivos fechando qualquer possibilidade de uma descrição alternativa ao modelo central da ocorrência definida pelo enquadramento Arrastão. O *lead* da primeira página do CM proclama:

“Dois tiros para o ar deram o sinal de partida para centenas de jovens de ambos os sexos assaltarem e semearem o pânico na praia de Carcavelos” (CM, 11 de Junho de 2005).

A peça que descreve o ocorrido – “Levaram tudo à Frente” – começa:

“Quando os primeiros treze polícias chegaram, ontem à tarde, à Praia de Carcavelos, não queriam acreditar no que os seus olhos viam: “os assaltantes eram às centenas, a correr de um lado para o outro. E à medida que avançávamos no areal, as pessoas vinham ter connosco a dizer que lhes tinham roubado telemóveis, fios, tudo. Foi indescritível”, contou ao CM um dos agentes” (CM, 11/6/2005).

A descrição (assumida no discurso directo como se o falante fosse o polícia a chegar à praia) contempla centenas de ladrões correndo de um lado para o outro. O *lead* seleccionado assume o ponto de vista dos primeiros polícias a chegar à praia. É seguido de uma descrição genérica:

“O terror instalou-se quando cerca de 500 rapazes e raparigas, organizados em vários grupos, começaram a varrer a praia de Carcavelos, onde estavam milhares de pessoas, roubando e agredindo quem apanhavam pela frente. Por momentos, foram muitos os que se lembraram do arrastão frequente em praias brasileiras. E, a partir das 15h00, os telefonemas começaram a cair nas esquadras e a PSP correu para o local.”

A referência aos telefonemas indicam mais uma vez quem é a fonte principal. O terceiro parágrafo retoma outra vez o olhar policial: “A situação estava descontrolada e fomos obrigados a intervir. Carregámos com os bastões e foram disparados tiros para o ar”, disse o comissário Gonçalves Pereira, da PSP de Cascais. “Tivemos de controlar a praia e efectuar um perímetro de segurança”, acrescentou”. Surge um quarto parágrafo deste texto onde são salientados os feridos da PSP: “Segundo apurou o CM, a onda de assaltos e a carga policial terão provocado cinco feridos ligeiros. Dois deles são polícias: um partiu o braço e o outro, um oficial, foi agredido”. Finalmente, o texto termina com a primeira referência a uma fonte institucional: o Comando Metropolitano de Lisboa da PSP que refere quatro detenções por desobediência.

Há, simultaneamente, no caso do Correio da Manhã, peças paralelas muito interessantes, em que se estabelecem ou pormenorizam os vários tópicos ou macroestruturas do discurso

- **“Fotos do Assalto” – (CM, 11 de Junho de 2005)** – onde se refere que “as provas fotográficas do que aconteceu ontem na Praia de Carcavelos não deixam dúvidas. (...) Estas duas fotos,

por exemplo, mostram três homens a correr pela praia com o produto de vários furtos nas mãos”. Curiosamente, mais tarde, na polémica sobre o desenvolvimento do Arrastão, o Comando Metropolitano porá em causa as fotos cuja veracidade o jornal e (e também as televisões) quis atestar, afirmando que não era possível afirmar se as fotos de pessoas a correr pela praia com os respectivos pertences eram assaltantes ou pessoas tentando salvar os haveres.

- **“PSP acalma pânico nos comboios de Cascais” – (CM, 11 de Junho de 2005)** – Nesta peça relata-se: “Pelas 15h30, meia hora depois de cerca de 500 indivíduos terem protagonizado um ‘arrastão’ de roubos na praia, as plataformas da estação da CP de Carcavelos estavam à pinha”.
- **“PSP investiga organização” – (CM, 11 de Junho de 2005)** – Nesta peça é lançada a hipótese da organização: “Coincidência ou ‘arrastão’ premeditado? Fontes policiais contactadas pelo Correio da Manhã admitem que os incidentes de ontem na praia de Carcavelos poderão ter sido organizados. Tratou-se de uma situação inopinada e invulgar, quer pelo número de indivíduos envolvidos quer pelo tipo de actuação”, referiu um responsável da PSP de Cascais. Em Carcavelos, os comerciantes não se lembravam de, alguma vez, terem visto um grupo tão grande. Segundo foi possível apurar, os cerca de 500 jovens que semearam o pânico na praia de Carcavelos são oriundos de vários bairros problemáticos da Grande Lisboa, em especial de zonas como a Amadora e Chelas. No entanto, também foram identificados alguns elementos de bairros de Cascais.
“Acho difícil que se trate de coincidência estar toda esta gente na praia e acontecer uma coisa destas”, referiu ao CM um outro responsável da PSP”. Mais uma vez, a fonte a que se recorre é policial.

- **“Arrastão vem do Brasil” – (CM, 11 de Junho de 2005) –**

Nesta “peça” estabelece-se a precedência do tipo de fenómeno: “A moda do ‘arrastão’ começou nas praias do Rio de Janeiro: hordas de assaltantes descem das favelas – e correm pelos areais para roubarem tudo o que lhes aparece à frente”.

- **“Marginais são de fora de Cascais” – (CM, 11 de Junho de 2005)** – Nesta peça estipula-se a origem dos participantes no alegado assalto: “O presidente da Câmara Municipal de Cascais, António Capucho, garantiu que as “centenas de marginais” que invadiram ontem a praia de Carcavelos e assaltaram banhistas são de outros concelhos. Ao comentar, em comunicado, “os gravíssimos incidentes” verificados em Carcavelos, Capucho refere que “centenas de marginais oriundos de bairros problemáticos fora do concelho de Cascais percorreram a praia assaltando os utentes e envolveram-se em confrontos físicos entre si e contra os agentes da PSP que, entretanto, acorreram ao local”.”

No caso do Diário de Notícias, a macroestrutura “pânico na Praia” desloca-se para o primeiro parágrafo: “O pânico aconteceu ontem à tarde na Praia de Carcavelos quando quatrocentos indivíduos, organizados em grupo, começaram de repente a atacar e saltar os banhistas” (DN, 11/06/2005). Este primeiro parágrafo é precedido por um *lead* sumário: “A praia de Carcavelos foi invadida por uma inédita onda de assaltantes”. A operação de sumarização permite assim identificar, pela eliminação de elementos considerados secundários, a macroestrutura mais decisiva.

Um dos elementos interessantes da reportagem do DN é a sua insistência nos bandos: “Os distúrbios terão tido início quando um bando roubou um fio de ouro a um imigrante de Leste, espancando-o, contou ao DN Bruno Marques, um dos banhistas presentes no local. Esta situação foi testemunhada pela responsável de um café da zona, que logo fechou o estabelecimento e chamou a polícia. O tempo de chegada das forças de segurança, ainda que curto, foi suficiente para que, como que por simpatia, outros bandos que ali tomavam banhos de sol aprovei-

tassem a oportunidade para tentar a sua sorte. (...) Nada fazia prever que aquela onda de violência surgisse tão de repente. De acordo com fonte policial, os bandos eram banhistas que, aliás, são frequentadores habituais daquela praia. “Reagiram por simpatia ao verificarem a oportunidade”, contou. Não houve, portanto, nenhum assalto organizado à praia, nem qualquer estratégia concertada entre *gangs*. “A pólvora estava lá e bastou que alguém acendesse o rasilho”, explicou o interlocutor do DN. (...) Os bandos dirigiram-se então para a estação de comboios de Carcavelos, deixando, pelo caminho, sinais da sua passagem. Registraram-se outros assaltos num centro comercial, assim como a várias pessoas com quem se cruzaram”. Há um uso da palavra bando que implica uma conotação agressiva senão criminal, que é utilizada no lugar de grupos de pessoas.

Outro elemento interessante da reportagem do DN do dia a seguir ao Arrastão é um idêntico recurso a fontes policiais, embora com menos intensidade seja na forma seja no conteúdo. “As forças de segurança ficaram “surpreendidas”, disse ao DN fonte policial” (in Arrastão na Praia de Carcavelos, 11 de Junho de 2005); “De acordo com fonte policial, os bandos eram banhistas que, aliás, são frequentadores habituais daquela praia” (in A Arrastão na Praia de Carcavelos, 11 de Junho de 2005); “Nunca tal tínhamos visto”, disse a polícia ao DN, (in A Arrastão na Praia de Carcavelos, 11 de Junho de 2005); “De acordo com o comissário Gonçalves Pereira, da Divisão de Cascais, deslocaram-se à praia de Carcavelos cerca de 60 agentes, incluindo o Corpo de Intervenção. A acção da polícia visou “limpar” a praia, de forma a restabelecer a ordem e a segurança” (in Arrastão na Praia de Carcavelos, 11 de Junho de 2005). A ideia de criminalidade violenta e de medo surge novamente em torno de uma outra palavra: “Gerou-se, então, o caos. Várias crianças perderam-se dos pais, com os bandos a assaltarem quem estivesse mais a jeito, agredindo os que ofereciam resistência”.

O DN inclui uma foto onde podemos ver vários membros da polícia e várias outras pessoas intervenientes, alguns dos quais adolescentes e

de cor tornando-se difícil dizer o que fazem os civis: estão a fugir? Estão a ser perseguidos pela polícia? Estão a participar num assalto colectivo ou estão apenas a pegar nas malas e nas cadeiras para fugir da confusão? A legenda da foto diz: “Pânico. A polícia estima que os participantes no assalto eram mais de quinhentos com idades compreendidas entre os quinze e os vinte anos. Os polícias dispararam tiros para o ar para assustarem os adolescentes”.

A ideia de criminalidade violenta e de medo surge novamente em torno de uma outra palavra: “Gerou-se, então, o caos. Várias crianças perderam-se dos pais, com os bandos a assaltarem quem estivesse mais a jeito, agredindo os que ofereciam resistência” (in Arrastão na Praia de Carcavelos, 11 de Junho de 2005).

O DN insere um texto em caixa com o seguinte título: “O acto terá sido preparado”. No texto introduzido pelo cabeçalho encontramos um perito, um criminologista especializado na delinquência juvenil de *gangs*. Barra da Costa Defende que os jovens terão discutido o que iriam fazer e, depois, bastou “uma faísca” para executarem o plano.

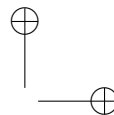
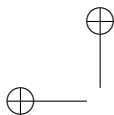
Na primeira página encontramos um forte título: “Arrastão à Brasileira chegou a Carcavelos”.

Os *leads* são seguidos por descrições muito semelhantes (no presente do indicativo como se estivéssemos a seguir uma cobertura “em directo”) dos polícias armados com metralhadoras, rodeando e observando centenas de adolescentes negros, detalhes do desenvolvimento da ocorrência (teria sido uma falsa discussão entre elementos do grupo a iniciar o arrastão) (CM; DN).

Dois dias depois do acontecimento, um novo acontecimento similar é descrito como Arrastão e localizado no Algarve mas a “Guarda nacional Republicana deteve a onda em Albufeira”. Na mesma peça, aparece a tese de um crime organizado: a polícia teria identificado “a liderança do grupo”.

Em suma, a hierarquia estabelecida entre as várias macroproposições introduz como tópicos fundamentais os seguintes:

- a) Forte pânico, caos e terror;



- b) Existência de uma invasão por assaltantes;
- c) classificação do acto como arrastão.

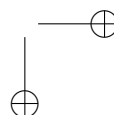
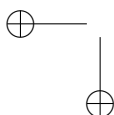
Seguem-se o número de assaltantes, a sua classificação etária, a sua origem em bairros problemáticos, a sua origem étnica e, finalmente, os roubos.

4.4. Coerência local

A segunda etapa diz respeito à coerência local cuja condição mais abstracta é o facto de as proposições complexas denotarem factos de um mundo possível relacionados por condição ou inclusão. Num modelo cognitivo, a busca estratégica de uma coerência local exige que o utilizador da linguagem procure conexões possíveis entre factos denotados por proposições. Frequentemente factos denotados desta forma mostram referentes idênticos. Sequências de frases ou antes de proposições constituem um discurso se satisfazem um número de condições de coerência como sejam: a) relações condicionais entre factos denotados por essas frases; b) relações funcionais (como sejam generalização, exemplo, especificação, contraste) entre frases ou proposições (van Dijk, 2003: 206).

A coerência local no caso do arrastão é dada pela presença simultânea de hipóteses denotadas por condição: se um Arrastão aconteceu foi feito por membros de outras etnias, provavelmente africanos, que certamente vieram da Cova da Moura ou de Chelas ou de qualquer outro “bairro problemático” da capital; se um arrastão aconteceu tem de ser punido e tem de ser reforçada a segurança dos locais; se um arrastão aconteceu então teve de ser organizado por luso-africanos ou africanos; todos os números são evidências e todos os depoimentos confirmam as possibilidades.

Ao nível micro, no que diz respeito à coerência local, podemos encontrar algumas relações funcionais entre frases especialmente ao nível de especificações, exemplos, generalizações e contrastes. Citações e



testemunhos são especificações de afirmações mais genéricas imputadas aos jornais. Por exemplo no parágrafo seguinte a citação funciona como especificação do que era dito como sendo visto pelos polícias:

“Quando os primeiros treze polícias chegaram, ontem à tarde, à Praia de Carcavelos, não queriam acreditar no que os seus olhos viam: “Os assaltantes eram às centenas, a correr de um lado para o outro. E à medida que avançávamos no areal, as pessoas vinham ter connosco a dizer que lhes tinham roubado telemóveis, fios, tudo” (in CM, 11 Junho 2005 - “Levaram tudo à frente”).

No mesmo texto, podemos encontrar nova relação funcional de especificação articulando várias frases:

“Segundo apurou o CM, a onda de assaltos e a carga policial terão provocado cinco feridos ligeiros. Dois deles são polícias: um partiu o braço e o outro, um oficial, foi agredido” (in CM, 11 Junho 2005 - Levaram tudo à frente”).

O mesmo traço discursivo ocorre também no texto *Arrastão vem do Brasil* (CM, 11 de Junho de 2005): “A moda do *arrastão* começou nas praias do Rio de Janeiro: hordas de assaltantes descem das favelas – e correm pelos areais para roubarem tudo o que lhes aparece à frente”.

A peça paralela “PSP acalma ânimos nos comboios da linha” (CM, 11 de Junho de 2005) é muito rica neste tipo de relações funcionais. Repare-se no seguinte parágrafo: “Pelas 15h30, meia hora depois de cerca de 500 indivíduos terem protagonizado um ‘arrastão’ de roubos na praia, as plataformas da estação da CP de Carcavelos estavam ‘à pinha’. Muitos dos autores dos crimes conseguiram misturar-se com os passageiros normais, criando enchentes enormes nos comboios”, disse ao CM fonte policial”.

Há uma relação de especificação que se estabelece entre as duas sequências de frases que faz com que a citação da fonte clarifique a

enunciação anterior: muitos dos que enchem a multidão são assaltantes que fogem à intervenção policial. Por outro lado, há numerosas pressuposições nesta sequência:

- a) houve um assalto do tipo arrastão;
- b) esse assalto foi protagonizado por muita gente;
- c) a fuga destas pessoas para a estação de comboios provoca as enchentes.

Assim na citação é possível encontrar a formulação de uma relação de causalidade acompanhada de uma pressuposição: enuncia-se uma consequência (enchentes) e estabelece-se a sua causa (muitos assaltantes misturados com passageiros normais) o que é só possível depois de pressupor a existência de um certo fenómeno (um assalto com muitos participantes, tantos que a sua presença na estação provoca enchentes). Segue-se o exemplo: “Ana e João, dois amigos da zona de Belém, em Lisboa, optaram por esperar. “Estamos aqui há meia hora, e só entramos no comboio quando eles não estiverem tão cheios”, asseguraram”.

Outra peça paralela do CM “PSP Investiga Organização” (CM, 11 de Junho de 2005) começa: “Coincidência ou ‘arrastão’ premeditado? Fontes policiais contactadas pelo Correio da Manhã admitem que os incidentes de ontem na praia de Carcavelos poderão ter sido organizados”. E prossegue-se: “Tratou-se de uma situação inopinada e invulgar, quer pelo número de indivíduos envolvidos quer pelo tipo de actuação”, referiu um responsável da PSP de Cascais. Em Carcavelos, os comerciantes não se lembravam de, alguma vez, terem visto um grupo tão grande.

Segundo foi possível apurar, os cerca de 500 jovens que semearam o pânico na praia de Carcavelos são oriundos de vários bairros problemáticos da Grande Lisboa, em especial de zonas como a Amadora e Chelas. No entanto, também foram identificados alguns elementos de bairros de Cascais. Acho difícil que se trate de coincidência estar toda esta gente na praia e acontecer uma coisa destas”, referiu ao CM um

outro responsável da PSP. As ligações entre indivíduos de diferentes bairros problemáticos dos arredores de Lisboa são sobejamente conhecidas da polícia. Vários *gangs* responsáveis por assaltos à mão armada são formados por jovens de bairros diferentes, que se encontram para ‘raides’ de uma noite, separando-se em seguida”.

O segundo parágrafo funciona em relação ao *lead* como o estabelecimento de uma consequência que busca uma causa. A consequência (500 jovens oriundos de vários bairros em simultâneo na praia num momento em que ocorrem episódios de violência) pode ter por causa provável a existência de uma organização.

A peça do dia 12 “GNR Trava Onda” (CM, 12 de Junho de 2005), começa: “Um numeroso grupo oriundo de bairros degradados de Lisboa lançou ontem o pânico na praia de Quarteira, no Algarve. Eram cerca de 50. Começaram por roubar uma loja à entrada para a praia – e só não invadiram o areal, como alguns deles tinham feito na véspera em Carcavelos, porque foram travados pelo pelotão ciclista da GNR”. Na última frase estabelece-se uma relação causal: não invadiram porque foram impedidos pela GNR. Há uma clara pressuposição: “Como alguns deles tinham feito na véspera em Carcavelos”.

Uma sequência de frases na peça “Mais videovigilância e polícias nas praias” (DN, 11 de Junho de 2005) desperta uma relação de causa e de efeito: “A Polícia de Segurança Pública (PSP) vai estar de olhos postos nas praias portuguesas nos próximos meses, reforçando o policiamento e instalando câmaras de videovigilância fixas e móveis nas zonas balneares. É a resposta ao “arrastão” de sexta-feira na praia de Carcavelos – que motivou já a antecipação em quatro dias da Operação Verão Seguro –, anunciada ontem em conferência de imprensa pelo ministro da Administração Interna, António Costa”. Com efeito, a segunda proposição é a causa da primeira, exigindo todavia como pressuposto a existência de um fenómeno de criminalidade colectiva na praia

Um dos elementos mais interessantes da leitura crítica que se fez dos textos decorre na seguinte passagem do DN, onde se discute o nú-

mero de assaltantes: “A fonte do DN, com vasta experiência profissional, não se coíbiu de apontar para os dois mil. O Comando Metropolitano de Lisboa acabou por emitir um pequeno comunicado apresentando apenas os resultados da ocorrência três civis e dois polícias feridos; foram detidas quatro pessoas, que chegaram a oferecer resistência”. A segunda frase tem uma relação funcional de contraste com a primeira acentuada em dois detalhes: a primeira fonte (que sabemos ser policial pelo texto anterior) é apresentada como possuindo “vasta experiência profissional”. A frase “acabou por emitir um pequeno comunicado apresentando apenas os resultados da ocorrência” minimiza e extrai relevância à versão oficial do Comando Metropolitano de Lisboa. A forma verbal “acabando por emitir”, a expressão “apenas” e a qualificação do comunicado como “pequeno” acentua esta ideia. Articulada com a passagem anterior, totalmente díspar e assente numa “fonte com larga experiência profissional”, quase se insinua que a verdade dos factos se encontra nesta última, pois a versão do Comando Metropolitano, no mínimo, dará informação escassa.

O uso das pressuposições é bastante evidente: as referências aos bairros problemáticos de Lisboa, a ideia de que os bairros problemáticos são já bem conhecidos da polícia, as comparações com o Rio de Janeiro implicam um conjunto de conhecimentos partilhados acerca de certo tipo de crimes e certo perfil de criminosos – ou seja, os pressupostos são pedaços de informação que são tomados por adquiridos no interior do discurso, isto é, que são tomados como incontroversos a fim de que o leitor considere as afirmações relevantes (Cfr Bekalu, 2007). Logo no primeiro dia em que são publicadas as primeiras reportagens os pressupostos estão solidamente fundados. Veja-se estas frases:

“apenas quatro jovens das centenas que estiveram envolvidas no ‘arrastão’ na praia de Carcavelos foram detidos” (in CM, 11 Junho 2005 - “Levaram tudo à frente”).

A mesma estratégia discursiva pode ser encontrada na seguinte passagem:

“Segundo foi possível apurar, os cerca de 500 jovens que semearam o pânico na praia de Carcavelos são oriundos de vários bairros problemáticos da Grande Lisboa, em especial de zonas como a Amadora e Chelas” PSP investiga organização (CM, 11 de Junho de 2005).

O Diário de Notícias também tem por estipulada a existência do arrastão nalgumas das suas peças:

“A Polícia de Segurança Pública (PSP) vai estar de olhos postos nas praias portuguesas nos próximos meses, reforçando o policiamento e instalando câmaras de videovigilância fixas e móveis nas zonas balneares. É a resposta ao “arrastão” de sexta-feira na praia de Carcavelos – que motivou já a antecipação em quatro dias da Operação Verão Seguro -, anunciada ontem em conferência de imprensa pelo ministro da Administração Interna, António Costa” (“Mais Videovigilância e polícia nas praias”, DN, 11 de Junho de 2006).

No mesmo texto conclui-se: “O mesmo responsável admitiu que os meios disponíveis não estavam “preparados para acudir de forma repentina”, mas acrescentou que os reforços policiais levaram “apenas 20 minutos” a chegar à praia onde 500 jovens roubavam e agrediam os banhistas”. Finalmente, o DN apresenta um estudo sobre a criminalidade de grupo que constitui matéria de primeira página daquele diário no dia 12 de Junho:

“A criminalidade de grupo (vulgo *gangs*) aumentou cerca de 460 por cento em sete anos (entre 1997 e 2004), embora a taxa de crescimento tenha abrandado a partir de 2002. O fenómeno está bem identificado pelas autoridades nos últimos relatórios de segurança interna, não faltando avisos a augurar *situações como a que se registou, na sexta-feira, na praia de Carcavelos*. Mesmo assim,

o número de crimes cometidos pelos *gangs* evoluiu seis por cento entre 2003 e 2004” (in “Acção dos *gangs* cresce 460% em 7 anos”, DN 12 de Junho de 2007).

A existência de um “Arrastão” em que estiveram envolvidos centenas de jovens já constitui, pois, um pressuposto. A pressuposição torna-se até o fundamento de um raciocínio invertido: como houve um arrastão deverá ter havido muitos roubos. Se houve poucas queixas na polícia, foi porque as vítimas tinham medo de apresentar essa queixa. Não porque não tenha havido roubos. Daí ser necessário fazer um apelo às vítimas para que apresentem queixa à polícia, nunca admitindo que era o pressuposto que estava errado. Daí que se afirme em título: “Participações são em número reduzido”, logo acrescentando: “PSP PEDE AJUDA ÀS VÍTIMAS” e se especifique no *lead*: “A PSP considera “extremamente importante” que todas as vítimas dos roubos ocorridos anteontem em Carcavelos apresentem queixa junto das autoridades. Para já, e de acordo com uma fonte policial contactada pelo Correio da Manhã, “o número de queixas apresentadas é muito reduzido em relação ao que ocorreu na praia e aos testemunhos já recolhidos. Ainda assim, não foi divulgado o número de participações já apresentadas à polícia. As pessoas que foram roubadas devem apresentar as denúncias e é importante para a investigação que colaborem na identificação dos assaltantes e dos objectos roubados”, adianta o mesmo responsável policial (in PSP pede ajuda às vítimas, CM, 12/06/2005). Jamais se refere a possibilidade de as potenciais vítimas não existirem ou serem em número reduzido porque os acontecimentos não se verificaram ou tiveram uma dimensão mais reduzida do que se anuncia.

Esta crença na existência do “arrastão” torna-se uma pedra de toque que, uma vez movida do lugar, faria ruir toda a cobertura mediática:

“Uma semana depois, as marcas deixadas pelo trauma do arrastão ainda são bem visíveis na praia de Carcavelos, nos arredores de Lisboa” (CM, 17 de Junho de 2005).

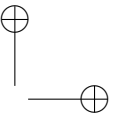
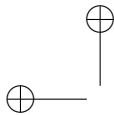
Um título do Diário de Notícias (19/06/2007) é exemplar no que diz

respeito ao funcionamento dos pressupostos: “António Costa sem respostas para a crise de segurança”. A crise de segurança é um pressuposto. Não há, por outro lado, um acontecimento isolado, antes uma crise. Uma entrevista publicada no CM de 4 de Julho ao Comandante da Brigada nº 4 da Guarda Nacional Republicana (a que caberia a intervenção no policiamento das praias fluviais) tem um título a toda a largura da página: “PREPARADOS PARA ARRASTÕES”. Na verdade o Comandante dissera “eventuais arrastões” e falou em resposta a uma pergunta feita pelo jornalista que já continha o pressuposto: “Como é que a Brigada nº 4 da GNR preparou a época balnear face aos “arrastões”? Porém o título está organizado como se toda a preparação da época devesse contar com este dado apriorístico: a existência desta forma de criminalidade em Portugal. As escolhas estilísticas têm implicações sociais e ideológicas claras porque elas assinalam frequentemente as opções do repórter sobre os actos e os acontecimentos verificados nas notícias, bem como as características da situação social e comunicativa (o seu uso num tablóide) e as pertenças sociais do grupo de falantes.

No que diz respeito ao estilo, há um uso abundante do estilo directo como se o jornalista pretendesse conduzir o leitor ao local da acção. O estilo é fortemente colorido, assertivo, com verbos e substantivos fortes (o terror, como identidade substantiva). Entre os exemplos mais óbvios encontram-se o uso das palavras “terror” e “pânico”, “caos”, “invasão”, “onda de violência” pelo CM e pelo DN no dia 11; as descrições coloridas cheias de formas verbais e substantivas significativas: “O terror instalou-se”, “começaram a varrer a praia de Carcavelos”, “roubando e agredindo quem apanhavam pela frente” (CM, 11 de Junho de 2005), “O pânico aconteceu ontem à tarde na Praia de Carcavelos quando quatrocentos indivíduos, organizados em grupo, começaram de repente a atacar e saltar os banhistas” (DN, 11/06/2005), “meia hora depois de cerca de 500 indivíduos terem protagonizado um *arrastão* de roubos na praia, as plataformas da estação da CP de Carcavelos estavam à *pinha*” (“PSP acalma pânico nos comboios de Cascais”, CM, 11 de Junho

de 2005), “polícias armados com caçadeiras e pistolas-metralhadoras” (CM, 11 de Junho de 2005), ou “gerou-se, então, o caos. Várias crianças perderam-se dos pais, com os bandos a assaltarem quem estivesse mais a jeito, agredindo os que ofereciam resistência” (DN, 11 de Junho de 2006). Finalmente, encontramos o mesmo estilo na descrição das consequências: “as marcas deixadas pelo trauma do arrastão são ainda bem visíveis” (CM, 17 de Junho de 2005); ou na classificação dos protagonistas: “Marginais são de fora de Cascais” (CM, 11 de Junho de 2005). Podem ainda juntar-se outros exemplos: “os cerca de 500 jovens que semearam o pânico na praia de Carcavelos”, “a equipa de PSP que patrulhava o Paredão deu o alerta, solicitando reforços perante o terror que já se vivia no areal” (CM, 11 Junho 2005, PSP investiga organização); “explosão de ódios na praia da Linha” (in CM, 17 Junho 2005, Rostos dos extremos); “A moda do *arrastão* começou nas praias do Rio de Janeiro: hordas de assaltantes descem das favelas – e correm pelos areais para roubarem tudo o que lhes aparece à frente” (in “Arrastão vem do Brasil”, CM, 11 de Junho de 2005); “Um numeroso grupo oriundo de bairros degradados de Lisboa lançou ontem o pânico na praia de Quarteira, no Algarve” (in CM, 12 de Junho de 2005, “GNR Trava Onda em Quarteira”); “Um dia depois dos incidentes em Carcavelos, foi a vez de muitos turistas viverem momentos de pânico na praia dos Pescadores, em Quarteira” (DN, Desacatos em Quarteira, 12 de Junho de 2005); “A bomba explodiu na sexta-feira na praia de Carcavelos” (Bombas de violência urbana começam agora a explodir, DN, 12 de Junho de 2005); “Preparemo-nos para a guerra” é o título de uma entrevista a um criminologista publicada no dia 12 de Junho de 2005, no Diário de Notícias”. A entrevista tem por tema a delinquência juvenil de bandos organizados. Neste contexto, faz sentido aludir à existência de um discurso que ultrapassa cada peça de per si, na medida em que há relações de vizinhança entre vários textos que parecem organizar-se num discurso mais vasto.

Por outro lado, destaca-se o uso da linguagem coloquial: “as plataformas estavam à pinha” (CM); “começaram a varrer a praia de Carca-

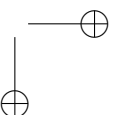
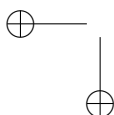


velos” (CM); “agredindo quem apanhavam pela frente”(CM); “levaram tudo à frente” (CM); “Tiros para o ar” (DN, 11 de Junho de 2006); “os bandos a assaltarem quem estivesse mais a jeito” (DN, 11-06-2005).

Quanto à retórica, encontramos exemplos muito ricos: há uma retórica da facticidade exemplificada nos números de protagonistas (cerca de quinhentos), na sua idade (entre doze a vinte anos), a localização exacta donde eles vêm, o número exacto de polícias presentes na praia quando os acontecimentos começam (treze) e também o tempo exacto em que os telefonemas começam a cair na esquadra da polícia (15,00 horas) bem como a localização exacta do bar que se encontrava mais próximo do acontecimento. A estratégia de verificação seguida pelos *media* incluiu vários níveis de intervenção:

- a) Recurso a um acontecimento semelhante que servisse de modelo para o acontecimento agora verificado, exemplo típico da chamada tipificação estudada noutro contexto por Gaye Tuchman;
- b) A apresentação de dados que possuem uma conotação objectiva óbvia: números;
- c) A apresentação de fontes credíveis: a PSP;
- d) O recurso a testemunhas;
- e) o recurso a especialistas que comentam os factos;
- f) A apresentação de provas e o enquadramento da sua interpretação: fotografias.

Ao longo da detecção geral das estratégias enunciativas pode considerar-se como bastante interessante o caso da citação, em relação à qual é possível pensar em duas situações limite: a ausência de encadeamento entre os dois discursos, existindo apenas uma relação entre discursos autónomos num plano exterior ao enunciado ou a intertextualidade pura que consiste na fusão de dois discursos numa estrutura homogénea (Cfr.



Rebelo, 2000: 67). Tendo estes dois modelos por horizonte, é fácil verificar que as entrevistas (caso em que o jornal enuncia o dito e quem o disse, o que permite a identificação da intencionalidade subjacente ao acto de dizer), são guardadas para os especialistas e as testemunhas que classificam claramente o acontecimento como arrastão, cobrindo com a sua autoridade de peritos, a definição do evento. Finalmente, há um claro défice de diversidade: todas as entrevistas dizem respeito a criminalistas, advogados, polícias, especialistas em segurança, autarcas, preocupados com o turismo, e comerciantes preocupados com o negócio. Não há, por exemplo, entrevistas com membros das Associações dos bairros problemáticos de onde provinham os jovens que participam no assalto ou testemunhas que vêm o acontecimento do lado daqueles que foram “vítimas” ou pelo menos “incomodados”. Não há verdadeiramente uma intertextualidade, no caso do CM, no sentido em que não se assiste à assimilação total do discurso da fonte. Porém, há uma tendência para uma quase intertextualidade que se verifica sobretudo nos textos do CM em que a única fonte é a PSP, sendo o relato explicitamente baseado em testemunhos policiais, ou descrito mesmo pelos olhos dos polícias sob a forma de reportagem directa. Com efeito, no caso do CM, a escolha da PSP como fonte primária vai estar presente quer na forma quer no conteúdo. Na forma, destaque-se que é a chegada da PSP à praia que constitui a abertura da reportagem, e que o *lead* da reportagem de descrição é formulado tendo por protagonistas a chegada de “treze” elementos da PSP. O olhar sobre (o narrador) os elementos que constituem a abertura da reportagem é de uma agente daquela corporação. No conteúdo, os testemunhos da PSP são invocados, explicitamente e de forma oficial ou com o recurso a à fontes da PSP para assuntos como sejam:

- a) Número de assaltantes;
- b) Eventual organização dos mesmos;
- c) Origem dos assaltantes;

- d) Investigações sobre eventuais lideranças grupos e sobre a sua alegada, embora nunca totalmente confirmada, identificação;
- d) Medidas a tomar;
- e) Número de roubos;
- f) Número de assaltantes presos.

Já no caso do DN (12 de Junho de 2005) se verifica a intertextualidade nas seguintes entrevistas com testemunhas: “negócio estragado. Pedro Elias, professor de *surf*, está “cansado” de assistir a furtos e confusões a partir da escola onde passa as tardes. Garante que os incidentes se vão repetir, e que já estragaram parte do negócio do Verão. “Muitos alunos já não vieram às aulas hoje [ontem] e os cursos que estavam preparados vão, provavelmente, ter menos inscrições do que seria de esperar”, diz.

Já Agostinha Dias, de 38 anos, explicou ao filho de 12 – quando este lhe disse que não lhe apetecia ir à praia –, que ontem era o dia mais seguro para ir para Carcavelos. Na sexta-feira, tinha chegado às 17.00 à praia, visto de perto o cordão policial que dividia o areal depois do caos, percebido que “alguma coisa se tinha passado”, ouvido as explicações que se multiplicavam à beira-mar, e estendido a toalha ao sol. “Não tive medo, nunca aqui vi nada de especial”, conta, garantindo que nada mudou.

Facas e ‘pitbulls’. A metáfora do barril de pólvora foi repetida por Carla Gabriel em conversas com a Polícia Marítima vezes sem conta, antes de sexta-feira. Proprietária de um bar na praia, tem o número da PSP escrito num papel em cima do telefone, a provar que a memória de roubos e desacatos daquele areal não é fraca. Garante que a diferença entre o habitual e esta invasão está “apenas nos números, na sua dimensão”. Em todos estes textos devido ao uso da paráfrase articulado com pedaços de citações origina a intertextualidade, nomeadamente uma certa amálgama entre a fala do jornalista e da testemunha. Porém,

isso parece particularmente acetuado na passagem: “Garante que a diferença entre o habitual e esta invasão está “apenas nos números, na sua dimensão”. Sendo a palvara “invasão” (referida aos acontecimentos de 10 de Junho), anterior às aspas faz parte da fala da testemunha?

4.5. A controvérsia do Arrastão

Logo a seguir aos acontecimentos minuciosamente relatados e qualificados pela generalidade dos *media*, começou uma controvérsia sobre a sua efectiva existência. Em 17 de Junho, o Comando Metropolitano da PSP de Lisboa deu algumas clarificações adicionais: “prestou esclarecimentos dos quais se reproduzem as seguintes citações, a partir do despacho da LUSA e de notícia do PÚBLICO:

- a) “(...) De um grande grupo de 400 ou 500 pessoas só 30 ou 40 praticaram ilícitos”;
- b) “Muitos jovens que apareceram em imagens televisivas e fotográficas a correr na praia de Carcavelos, naquele dia, não eram assaltantes, mas tão só jovens que fugiam com os seus próprios haveres”;
- c) “(...) os assaltos também terão sido decididos na altura na praia e não fruto de uma organização mais elaborada que levasse centenas de pessoas a Carcavelos com intuítos criminosos”.

Ou seja, todo o enquadramento inicial uma semana depois parecia dar sinais de alguma fragilidade: houve acontecimentos mas

- a) havia muito menos assaltantes do que se referira;
- b) os assaltos foram espontâneos e não organizados colectivamente.

A imagem que parecia ressaltar era agora a de uma certa confusão instalada numa praia suerlotada, bem longe, portanto, de um assalto colectivo de grandes dimensões propositadamente organizado.

No dia 21 de Junho, o Alto Comissariado para a Emigração e as Minorias Étnicas lamenta “o enorme impacto negativo dos erros jornalísticos cometidos na cobertura dos acontecimentos”.

Em 22 de Junho, Nuno Severiano Teixeira, ex - Ministro da Administração Interna lamentava que a cobertura mediática evidenciasse a ignorância sobre a configuração da delinquência juvenil e em especial, sobre suas causas (DN, 22 de Junho de 2005). No dia 24 de Junho, o DN publica uma carta de Heliana Bibas e Luís Leiria, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Casa do Brasil, que se insurgiam contra a hipérbole que transformava o “arrastão” numa prática frequente no Brasil. Os subscritores consideravam que este tipo de cobertura evidenciava um preconceito contra o Brasil, aliada à ignorância.

No dia 30 de Junho, o Observatório da Emigração exhibe o filme “Era uma vez (...) Um Arrastão” de Diana Andringa, jornalista da RTP, e ex-Presidente do Sindicato dos Jornalistas. O documentário inclui várias entrevistas que já traduzem dúvidas significativas sobre a existência do Arrastão, e refere a documentação já existente que questionava o relato mediático da história. No dia 7 de Julho, Diana Andringa, entrevista o Comandante Metropolitano de Lisboa da PSP, o qual diz que. “não houve arrastão no sentido de um grupo organizado que fez um arrastão ao longo da praia” Oliveira Pereira disse mesmo: “isso já eu sabia cerca de uma hora depois eu. Porém, quando quis transmitir para esclarecer melhor o comunicado e nunca o consegui”. Quanto ao filme e fotografias diziam, sobretudo, respeito a pessoas a fugir defendendo os seus haveres. A entrevista percorre a Internet, primeiro e acabou por ser divulgada no semanário o EXPRESSO, a principal publicação do País, propriedade do Grupo Impresa de Pinto Balsemão no dia 9 de Julho. O EXPRESSO realizou no dia 9 a sua manchete principal com o título “Polícia “Desdiz Arrastão”. Em 12 de Julho, Miguel Gaspar publicava no DN o texto “O Estranho Caso do Arrastão que morreu na praia (...)”. Alcides Vieira, Director de Informação da SIC afirma que a estação desmontou os acontecimentos na segunda-feira seguinte e interrogou-se acerca de como era possível 500

peessoas chegarem à praia sem forças policiais darem por isso. Admitia que era mesmo um erro ter utilizado a expressão Arrastão nos oráculos dos Telejornais.

No dia 19 de Julho, a PSP nega, finalmente, de forma oficial, a existência de qualquer arrastão na Praia de Carcavelos, num relatório apresentado publicamente à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. No documento assegura-se “que as primeiras informações fornecidas que davam conta de um enorme arrastão a ocorrer na praia de Carcavelos não se confirmaram”.

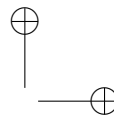
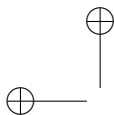
Torna-se curioso observar aqui como se processaram as reacções dos articulistas do DN e do CM.

Quanto ao CM num Editorial de 22 de Julho intitulado “O arrastão da PSP” assinado por João Marcelino minimiza as explicações da PSP: “Umas semanas depois, o relatório final da Divisão de Investigação Criminal da mesma polícia, levado ao Parlamento na passada segunda-feira, vem esclarecer que não houve “arrastão”, apenas “circunstâncias de instabilidade” que “terão sido aproveitadas para, de forma inopinada mas agregada, um grupo de cerca de 30 (trinta) indivíduos correr pela praia e tentar apoderar-se de alguns objectos deixados pelos banhistas”. (...) Esperemos que esta seja a versão final, mesmo que, bem vistas as coisas, estejamos perante duas peças que dariam um belo passatempo de Verão na rubrica do “descubra as diferenças”. O texto segue um registo francamente irónico no que respeita às explicações da PSP induzindo a ideia que estas não desmentem o essencial das afirmações produzidas.

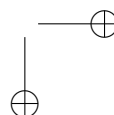
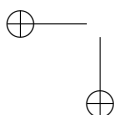
Já quando ao Diário de Notícias, através de Miguel Gaspar refere:

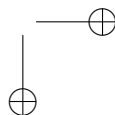
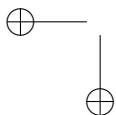
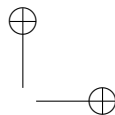
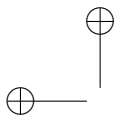
“O arrastão de Carcavelos afinal foi um enganão. Com desmentido e tudo” (in “A Memória Futura de um Arrastão”, DN, 12 de Julho de 2005).

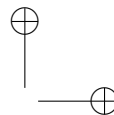
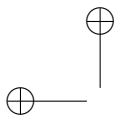
O texto dá alguns elementos de reflexão interessantes para perceber a actuação dos *media*: E os *media*? Foram apenas *arrastados*? Não, porque noticiaram os assaltos com uma intensidade diferente da intensidade com que noticiaram os números corrigidos da polícia. Ou



na precipitação com que usaram a imagem obtida por um amator, interpretando-a como representando uma agressão. Na verdade, trata-se de uma fuga. Os *media*, sobretudo os que actuam em tempo real, estavam legitimados por uma fonte oficial e o que essa fonte dizia era notícia. Mas faltou, em muitos casos, a capacidade crítica de verificar a história, em vez de construir uma narrativa a partir dos elementos considerados válidos. Aceitou-se que eram 500, a partir daí aceitou-se que era um arrastão e a partir daí afirmou-se que somos um país de terceiro mundo com emigrantes perigosos. Uma cadeia diabólica de interpretações que substituiu e dispensou a veracidade dos acontecimentos. A força de uma palavra tornou-se mais importante do que a realidade. Um erro que fica para memória futura. Terá emenda?”





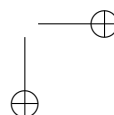
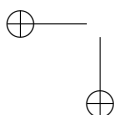


Capítulo 5

A construção social da realidade: por um modelo integrado

O caso do “arrastão” permite analisar a problemática da construção social da realidade, ao nível do processo social de construção e objectivação de significados partilhados. Permite, nomeadamente, identificar os seguintes passos: a análise das tipificações da experiência, socialmente objectivadas como elementos de um *a priori* social e cognitivo; a transformação das tipificações em esquemas cognitivos, nomeadamente enquadramentos e estereótipos; a transformação destes esquemas em modelos que presidem à concretização e produção dos discursos, incluindo em si, uma certa imagem do auditório e da situação comunicativa. Os passos deste processo mostram a intervenção da ideologia como sistema de crenças sociais gerais e abstractas que permitem a identificação do grupo, e do conhecimento sociocultural como acervo de conhecimentos sociais partilhados tidos por adquiridos.

Resulta desta observação crítica que a notícia enquanto discurso surge como um conjunto coerente de práticas e linguagens, onde se inserem e intersectam temores dos cidadãos (os fantasmas que desper-

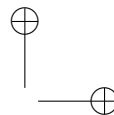
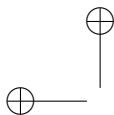


tam “pânico”, “terror” e “caos”), suspeições apriorísticas da instituição social, pressupostos culturais e ideológicos dos jornalistas, crenças ideológicas sobre o conceito de Nação e de identidade partilhados pelas elites e pelo senso comum. Uma abordagem etnometodológica permitiria por exemplo, identificar como os jornalistas construíram visões de rotina sobre comportamentos, indivíduos e grupos, ou como os jornalistas interiorizaram retratos e imagens igualmente rotinizadas de acontecimentos e seus protagonistas.

Constata-se que estes esquemas cognitivos tendem a ser mais rígidos mais simplistas e redutores quando não existem versões contraditórias, quando os meios disponíveis ou utilizados para a confirmação são escassos e a força apelativa da primeira explicação produzida é grande seja por ser única seja por ter um elevado valor de noticiabilidade. Tudo isto parece ter-se verificado no “Arrastão”.

A leitura efectuada coloca-nos diante de alguns problemas. Será que nos *media* há espaço para uma representação de valores identitários distintos e plurais? A necessidade de representar o pluralismo identitário e a diversidade cultural é fundamental para uma reflexão sobre as formas de inclusão e de exclusão em democracia, e consequentemente, para compreender a “função” integradora e socializadora que os *media* são convidados a desempenhar. A questão que se coloca é a de saber se a propensão para a sintonia com as regularidades sociais é um óbice que estrutura o campo jornalístico, de uma forma que dificulte as possibilidades dessa representação plural.

Colocando-nos no plano da cidadania: será que a linguagem jornalística é sobretudo um espaço de prolongamento e de reprodução das formas de dominação social ou pode constituir-se também como lugar de afirmação de pluralidades e de resistência à dominação? Será que a linguagem da representação mediática permite o dizer de outro modo, ou está fatalmente associada à produção de estereótipos e à sintonia com uma discursividade unilateral submetida aos ditames sistémicos e às evidências mais ou menos acríticas do senso comum? Sendo que esta é uma questão política, a resposta passa por uma com-

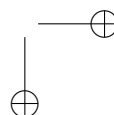
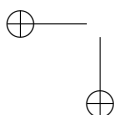


preensão epistemológica do que é o jornalismo e das possibilidades que esta forma especial de enunciado contém. Esta análise é induzida por uma urgência científica, a qual, reconhece-se, emerge num campo complexo de pretensões de validade diversa que coexistem em torno do jornalismo.

5.1. Da atitude natural à atitude crítica: o papel da estranheza

Algumas das possíveis aplicações ao jornalismo decorrentes da abordagem sociofenomenológica do mundo da vida e da teoria dos sistemas, e das relações que, no seio daquelas abordagens se estabelecem entre o conhecimento e as relações sociais, implicam a suspeita recorrente de que a linguagem jornalística tende a reproduzir o que é socialmente aceitável e previsível. Seguindo esta lógica de uma forma unilateral, a linguagem jornalística obedece a uma configuração que segue muitas das vezes a medida padrão da estabilidade social a que corresponde uma força constrangedora no sentido da estabilização discursiva: esta força constrangedora é exercida nas rotinas organizacionais quotidianas e no respectivo rol de precedentes que as mesmas originam e é, finalmente, institucionalizada em padrões de profissionalismo como os livros de estilo que recomendam, muitas das vezes, uma sintonia com a atitude típica dos cidadãos em geral.

O jornalismo escolhe como objectivo principal, a capacidade de se relacionar com a percepção mais óbvia e evidente do que é seleccionado como relevante. Dar a notícia consiste em atribuir relevância a temas da realidade actual que sejam atraentes para a comunidade, à luz dos respectivos sistemas de crenças e de relevâncias. Para esse efeito, utiliza-se um enquadramento que possa ser compreendido pelo maior número possível de receptores e que seja, idealmente, olhado como passível de ser lido e assimilado independentemente das diferentes opções políticas e formação cultural dos seus membros. A preocupação

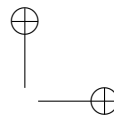
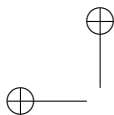


evidenciada pelo estilo jornalístico em tornar as narrativas facilmente compreensíveis e reconhecíveis estaria associada a esta busca de uma sintonia ideal com a vida quotidiana dos seus cidadãos.

A relação entre as instituições noticiosas e a sociedade revela uma estrutura imanente aos enunciados jornalísticos que mantém uma certa relação com o senso comum e que ajuda a orientar os consumidores na sua relação com o mundo. O profissionalismo jornalístico – destinado a produzir um tipo de relato assente em pressupostos aceitáveis por todos – implica que os *media* sobrevivem operando dentro das fronteiras do que é admitido socialmente, reproduzindo os significados objectivamente partilhados.

Constrói-se, assim, uma narrativa standardizada e estereotipada que é pensada de modo a superar os constrangimentos espaciais e temporais e a conquistar audiências. O jornalismo recorre a dispositivos retóricos, estereótipos e tipificações rápidas e já prontas que se expressam em determinadas convenções narrativas (práticas discursivas susceptíveis de serem estudadas e detectadas) e organizacionais que orientam as formas de seleccionar e enquadrar e categorizar as representações dos acontecimentos e dos seus protagonistas. Neste uso da linguagem jornalística, descortina-se a busca da conformidade com o saber aceite e partilhado por todos, tido por adquirido e socialmente aceite, estabelecendo-se uma relação de implicação entre as estratégias imanentes à discursividade praticada pela profissão jornalística e a atitude natural.

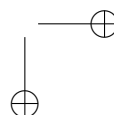
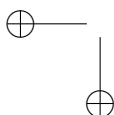
Este condicionamento não resulta apenas de uma ordem construída de fora das pessoas, por exemplo numa estrutura dominadora que funciona como um sistema axiológico de regras abstractas e formais que se impõem às interações sociais. Implica, todavia, o condicionamento por normas, convenções estilísticas e rotinas organizacionais quotidianamente apreendidas que implicam a adesão a um corpo de prescrições estabelecido e quotidianamente re-actualizado pela prática profissional. Implica, por outro lado, a sobredeterminação pelo mundo da vida da comunidade social onde estão imersos, como agentes sociais, os



produtores de mensagens, dos pressupostos que permitem proceder à selecção, configuração e organização narrativa das notícias. Implica, ainda, a sintonização com as crenças ideológicas da comunidade interpretativa dos produtores dos enunciados, a qual dispõe de um sistema de crenças com as quais procede à sua legitimação, através de um saber profissional que determina como agir e como narrar. Implica, em última e, não poucas vezes, decisiva instância, a sintonia com imperativos de natureza sistémica que cruzam a própria actividade jornalística, ao nível económico e político.

A linguagem jornalística surgiria, de acordo com esta abordagem como uma linguagem pouco consentânea com a sensibilidade periférica, estando mais sintonizada com os padrões de socialização consensualmente aceites e com os imperativos sistémicos. A produção de tipificações e a construção de *frames* responde a uma necessidade de colocar ordem que obedece a dois imperativos: a) por um lado, simplificar o trabalho quotidiano do jornalista, o que é uma necessidade empresarial e burocrática e, conseqüentemente de natureza sistémica; b) conseguir um produto vendável, agradável e atraente o que muitas vezes implica a redução da complexidade e a necessidade de proporcionar uma explicação simples, consentânea com a vida quotidiana das audiências. De acordo com esta perspectiva, o relato jornalístico, como qualquer outra forma de enunciado, diz de acordo com os esquemas cognitivos produzidos pela comunidade jornalística em intersecção com os grupos sociais em que se insere e com os sistemas com que interage.

Ao nível sistémico, a constituição do jornalismo industrial implicou o conhecimento de práticas estandardizadas adaptadas à produção eficaz de mercadorias por parte de uma indústria, práticas estas que reflectem os constrangimentos, normas e visões do mundo que integram a cultura empresarial e editorial da instituição mediática em geral e de cada *medium* em particular. As normas profissionais decorrem, afinal, da natureza industrial desta actividade, da qual resultam *as* tendências generalizadas para fazer prevalecer o mercado como principal regulador das indústrias culturais. Nesse sentido, não será estulto atribuir à



sua reconfiguração no interior da forma de racionalidade industrial e utilitarista triunfante no final do século XIX, uma parte das transformações que se fazem sentir ao nível do enunciado. O saber jornalístico trouxe, desde então, dentro de si uma ambição de objectividade que pressupõe a hegemonia do uso cognitivo da linguagem e a atribuição do monopólio desta forma de saber a instituições e profissões especializadas.

Ao nível da relação com o mundo da vida quotidiana, “dar notícias”, relatar a actualidade é, de certo modo, falar da sociedade e da forma como esta se identifica e fala de si própria. O relato dos acontecimentos assume-se como uma forma de controlo da actualidade, de assegurar as grandes regularidades. Relatar o que é excepcional é assinalar o desvio e dizer o é normal que aconteça. Dizer o que normalmente acontece é proferir um discurso sobre o sistema de crenças e de valores que integram a “axiologia quotidiana”: fala-se, diz-se, escreve-se respeitando os valores socialmente aceitáveis, usando as palavras medianamente partilhadas – não demasiado complicadas nem demasiado coloquiais –, com raciocínios que se tomam por “razoavelmente partilhados por todos”. Neste sentido, a linguagem jornalística tende a manter a comunidade de interesses e uma reciprocidade de expectativas que tornam o discurso inteligível e que suportam o próprio conceito de novidade – até porque o tipo de mensagem que o caracteriza visa precisamente tornar o cidadão comum seu receptor privilegiado e protagonista preferencial. No fundo eis o que um conhecido apresentador da Televisão brasileira procurava significar quando dizia que pensava as suas notícias projectando o seu espectador à imagem de Homer Simpson.

O jornalismo e a recepção das suas mensagens mantêm-se deste modo associados ao mundo da vida quotidiana, tentando-se mesmo que os profissionais conformem a sua linguagem de tal forma que ela obtenha o máximo de sintonia com os pressupostos culturais dos agentes sociais que se encontram nesse mundo: trata-se de escrever para o ho-

mem da rua, de delinear os horizontes das suas angústias, fantasmas e preocupações.

Aplicando este raciocínio ao jornalismo em que predomina o saber narrativo, ele surge como uma certa configuração de sentido dotado de uma intriga que confere inteligibilidade e unidade a acontecimentos desligados entre si. Assim, “o fundo arcaico do jornalismo” terá sobrevivido sob a forma de uma poética que adquiriu nalguns casos uma recepção acentuada de recursos estilísticos provenientes da literatura popular até porque existiam motivos de natureza social que evitavam que o jornalismo se confinasse ao registo, ao relato objectivo, seco e factual. Muitas das peças dramáticas e sensacionalistas apropriam-se dos conceitos da poética da literatura popular, transformados que foram em convenções de fácil leitura.

João M. Mendes (1985: 81) considera que “a experiência continuamente vivida por qualquer profissional de informação que, observado um acontecimento complexo e ouvidas fontes de informação subsidiárias, selecciona as suas notas e se prepara para produzir um texto disciplinado e coerente do ponto de vista dos objectivos da comunicação, significa para ele a adesão a uma ordem discursiva institucionalmente imposta”. A questão que merece reparo é que não se trata da adesão a uma ordem singular mas a uma pluralidade de imperativos provenientes de ordens diversas. Será que entre estes imperativos não existe espaço para outros usos: nomeadamente para os que decorrem da atitude crítica, da sensibilidade, não para o que é evidente mas antes para o que é estranho? Dito de outro modo: será possível conceber outras dimensões no discurso jornalístico para além da dimensão sistémica e quotidiana que ele encerra?

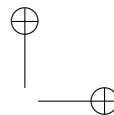
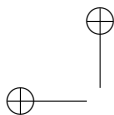
Até aqui, procedeu-se à descrição de uma das faces da linguagem jornalística. A questão que se coloca é se no trabalho de representação, se terá que considerar apenas esta dimensão unilateral que se traduz na busca de esquemas cognitivos simples que facilitem o trabalho, a produção empresarial e a sintonia com audiências niveladas em função de um certo modelo de um auditório mediano.

Ou seja, ao longo deste ensaio analisaram-se alguns aspectos da construção social da realidade pelo jornalismo: desde a interiorização de tipificações, até à formulação de enquadramentos e à sua expressão num determinado discurso. Verificou-se que este processo implica a mobilização de crenças e conhecimentos sociais. Porém, o processo é muito mais complexo pois o produto noticioso implica diversos agentes sociais, diversas formas de imperativos e constrangimentos e variados tipos de racionalidade que o atravessam. Os grupos que participam ou tem interesse na produção noticiosa (editores, proprietários, jornalistas, publicitários, ou, mais longinquamente, diversas formas de agências que reflectem interesses sistémicos) podem ter sistemas de crenças e de conhecimentos sociais variados e contraditórios entre si. As formas de racionalidade e as lógicas de interesse que atravessam a organização empresarial jornalística não são todas idênticas: à vontade de lucro soma-se a necessidade de eficácia, inteligibilidade, credibilidade e adequação aos valores sociais e éticos que legitimam socialmente a existência da instituição.

Neste sentido, qualquer processo de representação não é um produto unilateral de uma decisão formulada com base numa rede simples de esquemas cognitivos que permitem construir a realidade. O processo de construção do discurso é um processo de mediação onde se repercutem, em última instância, estes interesses, lógicas e formas de racionalidade.

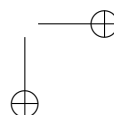
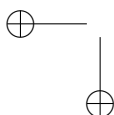
5.2. A pluralidade de realidades

A teoria das realidades múltiplas desenhada por Alfred Schuz seguindo a inspiração de William James (à qual já aludimos em capítulo anterior) tem uma dupla configuração: cada realidade é fechada em si própria mas só enquanto é aceite como tal. Isso significa que cada província de significado, ao interrogar-se reconhece os seus limites e abre-se a outros domínios possíveis. A introduzir-se a teoria das realidades múltiplas, chama-se a atenção para a pluralidade de estilos cognitivos



e descobre-se a possibilidade de estudar formas de racionalidade diversas. Ao longo da sua relação com o mundo a consciência de um agente transita entre estados particulares da realidade e pode imaginar projectos de acção que funcionam como distanciamos e desenraizamentos sucessivos que levam o agente a perceber, num universo possível, os processos que implantará em outra realidade. Cada província finita de significado é composta por significados compatíveis entre si. As experiências que pertencem a uma província de significado apontam para um estilo particular de experiência vivida – indiciam um particular estilo cognitivo. Nesse sentido, configuram um universo dentro do qual todos os pressupostos se encaixam: se Quixote confundiu os moinhos de vento com gigantes não é porque está louco mas porque dentro do universo de coerência que resulta da sua particular relação com a realidade, foi enganado pelos mágicos; se os *media* portugueses não encontram queixas de roubo na esquadra de polícia, a única forma de manter a coerência do seu relato é admitir que às vítimas do roubo (inevitavelmente muitas) não apresentaram queixa – nunca admitir que as vítimas não existiram. Dentro de cada um destes domínios, as formas de conhecimento são específicas e incompatíveis com outras formas de encarar a realidade. Só mudando de enquadramento é possível admitir explicações que transcendam a forma específica como se estabeleceu uma certa configuração da realidade.

Porém, cada uma destas províncias de significado tem a sua verdade e a sua evidência encerrada na sua finitude: por isso, é uma província finita de significado. A questão fundamental que se coloca é a de saber qual é o espaço que é deixado para a estranheza? Dentro de cada realidade finita, a estranheza não existe, só a evidência conta: Quixote confunde moinhos com gigantes porque é enganado por magos – pois a evidência do universo de cavalaria não pode ser questionado; os jornalistas catalogam certas etnias como perigosas porque dentro do enquadramento cognitivo que fazem das identidades, só a evidência conta – e a superioridade da visão que a nossa comunidade tem do mundo oferece-se como uma evidência; dentro do enquadramento “ar-



rastão”, as vítimas têm de ser convocadas a apresentarem queixa contra os roubos de que foram vítimas (daí o título do CM “PSP APELA ÀS VÍTIMAS” porque dentro do enquadramento que construíram dos acontecimentos verificados em Carcavelos só a evidência conta – e a evidência “diz-lhes” que houve um arrastão e consequentemente muitos roubos. A força tautológica da evidência só pode ser desligada se for criado um efeito de estranheza, ou seja, se colocar uma distância e se interrogar – como deve ser prática de um jornalista – “porque é que isto que parece assim, não pode ser de outro modo”? Tal implica abandonar o enquadramento, pelo menos temporariamente, admitir um enquadramento diferente, rever as tipificações que o originaram e como tal admitir que as coisas possam ser de outras maneiras possíveis.

Neste sentido, tem de haver um outro raciocínio que implica a distanciamento relativamente à visão relativamente natural da coisa, e permita a relativização dos nossos preconceitos e tipificações: esse raciocínio implica a adopção de um princípio de estranheza, de suspensão da crença nos esquemas cognitivos que nos são oferecidas como imediatos e evidentes e que constitui um parente daquilo que em longas discussões sobre jornalismo, se tem vindo a chamar de “objectividade”, rigor, imparcialidade e outras formas que visam exaltar no plano da relação com a verdade, o espírito independente do jornalismo.

Só que em vez de buscar uma adequação entre as representações e o mundo social representado, o “princípio da estranheza” desconstrói as representações e tenta buscar outras, colocando a hipótese de aquelas que produziu necessitarem de ser repensadas e olhadas de uma perspectiva nova. Nesse sentido, pensa-se o jornalismo a partir de um ponto de vista de quebra e de ruptura. Tal quebra e tal ruptura passa pela interiorização de técnicas de distanciamento que são passíveis de serem desenvolvidas, designadamente através de uma rotação da retórica clássica do discurso sobre a imprensa. Nomeadamente, exige uma revisão constante de tipificações tidas-por-adquiridas, de saberes-rotina, e a abertura à leitura crítica dos enquadramentos que recorrentemente são utilizados, precisamente para que a força tautológica da sua evidência

não acabe por impedir a representação de novas realidades, perspectivas diferentes e vozes mais diversificadas. Esta, longe de ser uma posição utópica, ou desadequada da realidade vêm de encontro às mais recentes preocupações com que a teoria do jornalismo é encarada. Mark Deuze interrogou-se recentemente sobre se terão editores e professores, académicos e formadores consciência de que o desafio multicultural é, juntamente com o desafio multimidiático, o mais importante desafio que enfrentam no que respeita à identidade e ao saber profissional dos jornalistas, nomeadamente no que respeita a conceitos como sejam a objectividade e a relevância do enunciado jornalístico.

A multiplicidade de perspectivas abertas pela interactividade em tempo real, a multiplicação das comunidades interpretativas que agrupam leitores, espectadores e ouvintes, a fragmentação e o pluralismo cultural resultantes destes dois interessantes fenómenos convivem bem com a hipótese de um universo jornalístico em que a multiplicidade de ângulos exige, por um lado, uma revisão mais rápida das tipificações e enquadramentos já formulados, por outro lado, a aceitação de um confronto entre várias tipificações e vários enquadramentos possíveis que podem ocorrer em simultâneo no decurso do processo de recepção e circulação da notícia. Neste sentido, aquilo a que, à falta de melhor, chamamos de princípio da estranheza, passa pelo aprofundamento do pluralismo e pela multiplicação das vozes susceptíveis de acederem à visibilidade pública através dos *media* informativos, graças a tarefas muito práticas que implicam investigação escrupulosa, imaginação no sentido, não de criar universos fictícios, mas de capacidade de intuir outros possíveis, investigação persistente e capacidade de ouvir as partes não apenas as pertinentes para o caso em apreço mas até aquelas que parecem, à primeira vista, carentes de pertinência, ou seja as que são olhadas e percebidas como impertinentes, apenas porque falam num registo que invocam outro sistema de relevâncias que algumas vezes não é socialmente aceite ou, pelo menos, é carente de evidência.

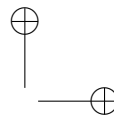
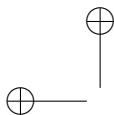
Neste sentido, a síntese do quotidiano formulada pelo jornalismo também procederá a uma descontextualização das imagens que ajudam

a formar e a transformar a percepção quotidiana das sociedades. A representação social introduz ao fechamento e à criação de estereótipos mas também à introdução de novos sentidos que são reconduzidos no interior de processos de constituição de sentidos já sedimentados. Simultaneamente, os estereótipos, enquadramentos e tipificações que diariamente são produzidos em milhares de textos em todo o mundo como condição de objectivação do significado (embora com graus diversos, alguns dos quais deliberadamente perversos, outros mais conscientes e elaborados), são sujeitos ao processo de probatório e contraditório que se tornou um elemento decisivos das sociedades pluralistas, em que a obsolescência das visões tidas por adquiridas é cada vez maior.

Apesar das enormes preocupações por parte de jornalistas, editores e proprietários em fazerem um produto isento de complexidades, que confirme as tipificações socialmente aceites no mundo da vida quotidiano, apesar da tendência para construir o mundo com base na experiência e em rotinas quotidianamente adquiridas, os *media* encontram-se numa posição ambígua e reflectem as profundas contradições no seio do campo: imperativos concorrenciais cada vez mais agressivos, desejo de responder às audiências, fragmentação do mercado, imperativos deontológicos, cultura profissional, rotinas e disputas simbólicas entre fontes dotadas de acesso desigual entram em tensão.

As notícias não podem reduzir-se, assim, a suportes ideológicos dos sistemas hegemónicos de pensamento ou a expressões populistas da vida quotidiana. Afirmam-se como lugares plurais de produção de estratégias conflituais, diversificadas e, até, contraditórias.

A análise da imprensa e das notícias pode resultar também de um estudo acerca da forma como as múltiplas realidades se reflectem nos enunciados, detectando a pluralidade de vozes que se dão a conhecer no interior de textos e enunciados, apontando para a linguagem como espaço de intensa luta ideológica, onde ressoam uma pluralidade de discursos e palavras estranhas, movida por intenções e por constrangimentos sociais sistémicos diversificados, com material retórico hetero-



géneo que intervém nos diversos géneros discursivos (Downing, 2001: 47; Bakhtin, 1981: 297; Gardiner, 2004: 28).

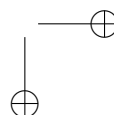
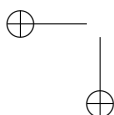
5.3. Estranheza e esfera pública

Esta lógica plural inscreve-se, de modo mais evidente, em sociedades como a actual em que o pluralismo e a fragmentação de valores se mostram como mais acentuadas, originando por isso uma maior complexidade e pluralismo. Nomeadamente, conforma-se com a necessidade de se convocar uma certa forma de perspectivismo que consiste em tomar em conta as múltiplas formas de poder, de dominação e de opressão dispostas de um modo reticular e que preenchem, transversalmente as sociedades modernas. Tal se traduziria no multiculturalismo crítico:

“A abordagem multicultural crítica, a nosso ver, implica a análise das relações de dominação e de opressão, do modo de funcionamento dos estereótipos, da resistência por parte de grupos estigmatizados a representações dominantes e da luta desses grupos pela sua própria representação contra representações dominantes e distorcidas, no sentido de produzir representações mais positivas” (Kellner, 2001: 126).

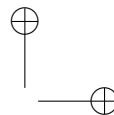
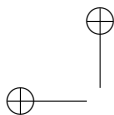
A insistência na sensibilidade em relação à estranheza e consequentemente a atenção à lógica plural que faz parte do jornalismo não pode ser separada de um traço característico do jornalismo: a sua natureza pública e o seu relacionamento com a constituição da esfera pública moderna. Para além da reivindicação de uma abordagem científica crítica, este tipo de preocupação interpela os próprios *media* e o jornalismo, na medida em que, em relação a este último, lhe pode sugerir um caminho particularmente profícuo que aliás coincide com uma certa racionalidade que é própria ao campo: manter a sensibilidade em relação ao que é estranho, manter-se aberto à multiplicidade de realidades que

Livros LabCom



tocam o mundo da vida sócio-cultural. O imperativo da diversidade é de natureza ética, política e deontológica mas também é constitutivo da própria maneira de conhecer típica do jornalismo. Nesse sentido, a resposta a algumas perplexidades induzidas por alguns usos particularmente unilaterais da linguagem – verificados por exemplo, nalgumas representações do “arrastão” – tem uma dimensão epistemológica e política. Um dos traços que é próprio da forma de conhecer típica do jornalismo é a sua sensibilidade para a diferença, a qual todavia se pode esbater em contextos demasiado rotineiros ou marcados por lógicas puramente sistémicos. Não por caso, o melhor jornalismo – o que é referido como tal – tem sempre preocupações, mínimas que sejam, em apresentar ângulos e fórmulas novas, sugerir diversas leituras e apresentar perspectivas diferenciadas. É esse traço – que também ele pode surgir mais ou menos vincado consoante as opções editoriais e organizacionais – que permite o confronto do mundo da vida marcado pela familiaridade e tipicidade, e do sistema, marcado pela eficácia, com o espaço outro de reflexividade e de abertura que denominamos de esfera pública no seu sentido moderno. Só quando aceitam jogar segundo as regras reguladoras do discurso moderno, as identidades reingressam no plano ético-político da luta pelo reconhecimento. Esta desenvolve-se, em larga medida, num espaço público mediatizado.

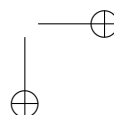
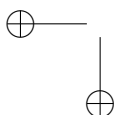
A esfera pública moderna, na sua configuração tardia, emerge como a estrutura comunicativa de uma instância marcada pela informalidade e pela espontaneidade separada do Estado constituída pelas associações voluntárias de natureza não governamental e não económica e que, sintonizadas com a forma como os problemas de natureza social ressoam nas esferas da vida privada, amplifica, racionaliza e tematizam tais problemas de forma a serem considerados e abordados no plano da esfera pública formal e do sistema político. A sua configuração institucional implica a sensibilidade para o pluralismo de formas de vida; o compromisso com uma ideia de publicidade orientada no sentido do pluralismo de vozes, formas de vida e de crenças, atenção aos problemas emergentes no domínio do privado, atenção esta orientada por um conjunto de

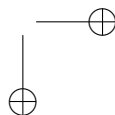
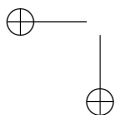
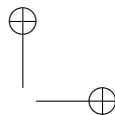
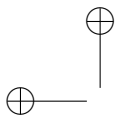


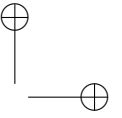
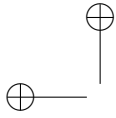
garantias jurídicas têm o seu fundamento último no respeito pelos direitos do homem.

O jornalismo não só não ignora essa configuração institucional como uma parte de si lhe está indissociavelmente relacionada, no que respeita à finalidade e missão social que lhe estão atribuídas:

Podemos encontrar, assim, no jornalismo, os traços de um movimento de oscilação que se joga em numerosas ambiguidades e contradições: oscilação entre um mundo da vida marcado pela tipicidade e pela familiaridade, onde as identidades se mantêm encerradas nas suas concepções relativamente naturais do mundo, surgindo reciprocamente como estranhas, as preocupações sistémicas (de natureza organizacional, empresarial, económica e de relacionamento com outros domínios sistémicos) e outras realidades múltiplas, onde se assiste a uma reflexividade crescente por intervenção de sistemas de linguagem diferenciados. Dentre estas províncias, uma delas, o espaço público, surge como o espaço da política onde as identidades e respectivas pretensões de validade se afirmam reciprocamente na luta pelo reconhecimento. Esta luta repercute-se necessariamente na ambiguidade constitutiva da linguagem jornalística.







Capítulo 6

Bibliografia

Dicionário de História de Portugal, Porto, Livraria Figueirinhas.

Adoni, Hannah e Mane, Sherryl (1984), “Media and the social construction of reality: toward an integration of theory and research”, in *Communication Research*, Vol. 11, nº 3, Beverly Hills, Sage.

Adorno, Theodor et al (1993), *The Authoritarian Personality (Studies in Prejudice)*, W W Norton & Co Inc; Abr Rei edition.

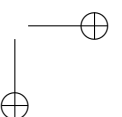
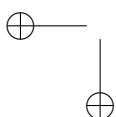
Altheide, David L (1985), *Media Power*, New Delhi, London, Sage Publications.

Anderson, Benedict (2005), *Comunidades Imaginadas*, Lisboa, Edições 70.

Bakhtin, Mikhail (1981), *The dialogic imagination*. Austin: The University of Texas Press.

Bateson, Gregory (2000), “A Theory on Play and Fantasy” in *Steps to an ecology of mind*, The Chicago University Press.

Bauman, Zygmunt (1995), *Modernidade e Ambivalência*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.



- Bauman, Zygmunt (2005), *Identidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Bekalu, Mesfin Awokem (2007), "Pressuposition in News Discourse" in *Discourse and Society*, Vol. 17 (2): 17-172, Sage Publications.
- Berger, Peter. e Luckmann, Thomas (1973), *A construção social da realidade*, Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes.
- Bucholz, Mary e Hall, Kira (2007), "Identity and interaction: a socio-linguistic cultural approach" in *Discourse Studies*, London, Thousand Oaks, & New Delhi, Sage, vol. 7 (4-5), 586-614.
- Caldeira, Clara Roldão Pinto (2008), "A Representação Noticiosa das Minorias Sociais. Um contributo para a questão identitária" in João Pissarra Esteves, *Comunicação e Identidades*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Carvalho, José Ricardo (2008), *Do Bidonville ao Arrastão: media, minorias e etnicização*, Lisboa, ICS.
- Castells, Manuel (2005), *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Charaudeau, Patrick; Maingueneau Dominique (2004), *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto.
- Cicourel Alain Victor (1968), *The Social Organization of Juvenile Justice*. New York, John Wiley & Sons, Inc.
- Cornu, Jacques, *Journalisme et vérité*, Paris, Labor et fides, 1994.
- Correia, João Carlos (2004), *Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas*, Lisboa, Livros Horizonte.

- Correia, João Carlos (2005), *A Teoria da Comunicação de Alfred Schutz*, Lisboa, Livros Horizonte.
- de Biasi, Rocco (2001), “Dalle Provincia di Significato al Frames: Notes su Schutz e Goffman” in Maurio Protti, organizador, *Quotidiana-Mente*, Edizioni Pensa Multidimedia: 2001: pp. 255 a 281.
- Deuze, Mark (2005), “What is Journalism?: Professional identity and ideology of journalists reconsidered”, in *Journalism*; Vol. 6 (4); 442-464; Sage Publishers.
- Downing, John, Mohammadi, Ali, Sreberny-Mohammadi, Anabelle (Eds.) (1995), *Questioning the media: a critical introduction* Thousands Oaks, London, New Delhi, Sage Publications.
- Downing J. D. H. (2001), *Radical Media: rebellious communications and social movements*. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage.
- Dummett, Michael (2005), “O que é o racismo” in Michael P. Levine e Tamas Pataki, *Racismo em Mente*, São Paulo, Nadras.
- Durham, Frank D. (2001), “Breaching Powerful Boundaries: A Post-modern Critique of Framing”. In *Framing Public Life: Perspectives on Media and our Understanding of the Social World*, Ed. Stephen D Reese, Oscar H Gandy, and August E Grant. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Ekstrom, Mats (2002), “Epistemologies of TV Journalism: a theoretical framework” in *Journalism* Vol. 3(3): 259-282, Sage Publications.
- Ericson, Richard, Baranek, Patricia, Chan, Janet (1991), *Representing order, crime, law and justice in news media*, London, Open University Press.

- Esteves, João Pissarra (1998), *A ética da comunicação e os media modernos: legitimidade e poder nas sociedades complexas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Esteves, João Pissarra (2008), *Comunicação e Identidades*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Ferin da Cunha, Isabel, Almeida Santos, Clara, Peixinho, Ana Teresa (2004), *Media, Migração e Minorias Étnicas*, Lisboa, Alto Comissariado para a Emigração e Minorias Étnicas, Lisboa.
- Fidalgo, Joaquim (2008), *O Jornalista em Construção*, Porto Editora.
- Fiske, John (1987), *Television Culture*. London: Routledge.
- Franciscato, Carlos Eduardo (2000), “A actualidade no jornalismo”, trabalho apresentado no GT de Jornalismo da 9ª reunião anual da Compós, Porto Alegre, PUCRS, Maio/Junho 2000.
- Fowler, Roger (2005), *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*, London, Rutledge.
- Freyre, Gilberto (s/d), *Casa Grande & Sanzala*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Galtung, Johan, Ruge, Mary Holmboe (1993), “A Estrutura do Noticiário Estrangeiro” in Traquina, Nelson (1993), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*, Lisboa, Vega.
- Garcia, J. L. A. (2005), “Três terrenos para o racismo” in Michale P. Levine e Tamas Pataki, *Racismo em Mente*, São Paulo, Nadras.
- Gardiner, M. (2004), “Wild publics and grotesque symposiums: Habermas and Bakhtin on dialogue, everyday life and public sphere”, in Crossley, Nick e Roberts, John Michael (Eds.), *After Habermas: new perspectives on public sphere*, Oxford: Blakwell Publishing: 2004.

- Garfinkel, Harold (1967), *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Gitlin, Todd (1980), *The Whole World is Watching you*, Berkeley, University of California Press.
- Goffman, Erving (1986), *Frame Analysis*, Boston, Northeastern University Press.
- Guerra, Josenildo Luiz (2003), “O Nascimento do Jornalismo Moderno: Uma discussão sobre as competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística”. Trabalho apresentado no Núcleo de Jornalismo, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de Setembro de 2003. Consultado em <http://reposcom.portcom.intercom.org.br>
- Habermas, Jürgen (1999-c), *La inclusión del otro-estudios de teoria política*, Barcelona, Paídos.
- Hartmann, P. and C, Husband (1973), “The Mass Media and Racial Conflict”, pp. 270 – 283 in S. Cohen and J. Young, *The Manufacture of News: a Reader*, Beverly Hills, CA: Sage.
- Iyengar, Shanto (1991). *Is Anyone Responsible? How Television Frames Political Issues*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Jost, François (2004), *Seis lições sobre Televisão*, Editora Meridional.
- Katz, Elihu (2002), “O fluxo de comunicação em duas hipóteses: memória actualizada de uma hipótese” in João Pissarra Esteves, org., *Comunicação e Sociedade*, Lisboa, Horizonte.
- Kellner, Douglas (2001), *A cultura da mídia - Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. São Paulo: EDUSC.

- Lackoff, George and Mark Johnson (1999), *Philosophy in the Flesh*, New York Basic Books.
- Laurio Bastida, Manuel (2006), Coord., *Medios de Comunicación y inmigración*, Murcia, Convivir sin Racismo.
- Lazarsfeld, Paul, e Merton, Robert King (1987), “Comunicação de massa, gosto popular e acção social organizada” in Gabriel Cohn, *Comunicação e indústria cultural*, São Paulo, T.A. Queiroz.
- Levine, Michael P. e Tamas Pataki (2005), *Racismo em Mente*, São Paulo, Nadras.
- Lippmann, Walter (2002), *Public Opinion* (This page copyright © 2002 Blackmask Online: <http://www.blackmask.com>. The text is available on <http://www.the-wow-collection.com/software/pbpnn.pdf>).
- Maher, T. Michael (2001), “Framing: An Emerging Paradigm or a Phase of Agenda Setting”. In *Framing Public Life: Perspectives on Media and our Understanding of the Social World*, Ed. Stephen D Reese, Oscar H Gandy, and August E Grant. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Manicas, Peter (2007), “The Social Sciences Since World War II: The rise and fall of scientism” in William Outhwaite e Stephen Turner, eds., *Social Sciences Methodology*, London, Sage.
- Martins, Sónia (2007), *Muçulmana e mulher: a representação das mulheres muçulmanas na Imprensa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Mead, George-Herbert (1969), *Mind, Self and Society*, Chicago, The Chicago University Press.
- McCombs; Maxwell e Alma I. Ghanen (2001), “The convergence of agenda setting and framing” in *Framing Public Life: Perspectives*

on Media and our Understanding of the Social World, Ed. Stephen D Reese, Oscar H Gandy, and August E Grant. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Mendes, João Maria R. (1985), “Mudança vigiada do discurso de imprensa”, in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº1, As máquinas censurantes modernas, Porto, Afrontamento.

Mouillaud, Maurício (1997), “Crítica do acontecimento ou o fato em questão”, in Porto, Sérgio (org.), *O jornal – da forma ao sentido*, Brasília, Paralelo 15.

Moretzshon, Sylvia (2002), *Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade*, Rio de Janeiro, Revan.

Moretzsohn, Sylvia (2007), *Pensando contra os factos: Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*, Rio de Janeiro, Revan.

Oliveira da Silva, Marconi (1998), *O mundo dos Fatos e a Estrutura da Linguagem*, Porto Alegre, PUCRS.

Oliveira da Silva, Marconi (2006), *Imagem e Verdade: jornalismo, linguagem e realidade*, São Paulo, Annablume.

Pan, Zhongdang e Greal M. Kosicki (2001), “Framing as Strategic Action in Public Deliberation” in *In Framing Public Life: Perspectives on Media and our Understanding of the Social World*, Ed. Stephen D Reese, Oscar H Gandy, and August E Grant. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Parenti, Michael (1986), *Inventing reality: The politics of the mass media*. New York: St. Martin’s.

Peres, Américo Nunes (2000), *Educação intercultural: utopia ou realidade*, Porto, Profedições Lda./Jornal A Página.

- Protti, Mauro (2001), *QuotidianaMente*, Edizioni Pensa Multidimensionale.
- Reese, Stephen D. (2001). "Prologue - Framing Public Life: A Bridging Model for Media Research". In *Framing Public Life: Perspectives on Media and our Understanding of the Social World*, Ed. Stephen D Reese, Oscar H Gandy, and August E Grant. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Riesman, David; Glesser, Natham e Denney, Reuel (1961), *The Lonely Crowd*, New Haven and London, Yale University Press.
- Rodrigo Alsina, Miguel (1996), *La construcción de la noticia*, Barcelona, Paidós.
- Rodrigo Alsina, Miquel (1999), *Comunicación Intercultural*, Barcelona, Anthropos Editorial, 1999.
- Rodrigo Alsina, Miquel (2003), "Identidad cultural y etnocentrismo: una mirada desde Catalunya" en Victor Sampedro y Mar Llera (Eds.) *Interculturalidad: interpretar, gestionar y comunicar*. Edicions Bellaterra: Barcelona, pp.197-221.
- Rodrigo Alsina, Miquel (2006), "El Periodismo ante el reto de la inmigración" in Manuel Laurio Bastida, Coord., *Medios de Comunicación y inmigración*, Murcia, Convivir sin Racismo, 2006.
- Ryngoot, Rosleyne (2006), "Por que e como analisar o discurso no contexto dos estudos sobre jornalismo" in *Comunicação e Espaço Público*, Ano IX nº 1 e 2. Consultado em <http://unb.br/fac/posgraduacao/revista2006/15-e-roselyne.pdf>
- Santos, Boaventura Sousa (1994), *Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-Modernidade*, Lisboa, Afrontamento.

- Santos, José Manuel (2005), “O Tempo dos Media e a generalização do estético”, in António Fidalgo e Paulo Serra, *CCCC, Volume 2, Teorias e Estratégias Discursivas*, Covilhã, UBI.
- Saperas, Enric (1993), *Efeitos cognitivos da comunicação de massa*, Lisboa, ASA.
- Schutz, Alfred (1967), *The Phenomenology of social world*, Evanston, Illinois, Northwestern University Press.
- Schutz, Alfred & Luckmann, Thomas (1973), *The structures of the life-world*, Volume 1, Evanston, IL: Northwestern University Press.
- Schutz, Alfred (1975), *Collected papers, the problem of social reality*, Vol. I, The Hague, Martinus Nijhoff.
- Schutz, Alfred (1976), *Collected papers: studies in social theory*, Vol. II, The Hague, Martinus Nijhoff.
- Schutz, Alfred (1975), *Collected papers, studies in phenomenological philosophy*, Vol. III, The Hague, Martinus Nijhoff.
- Silveirinha, Maria João, Peixinho, Ana Teresa (2004), “Análise Textual Assistida por computador” in Isabel Ferin da Cunha, Clara Almeida Santos, Ana Teresa Peixinho, *Media, Migração e Minorias Étnicas*, Lisboa, Alto Comissariado para a Emigração e Minorias Étnicas, Lisboa.
- Tankard, James W., Jr. (2001). “The Empirical Approach to the Study of Media Framing”. In *Framing Public Life: Perspectives on Media and our Understanding of the Social World*, Ed. Stephen D Reese, Oscar H Gandy, and August E Grant. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Toulemont, René (1962), *L'essence de la société selon Husserl*, Paris, Puf.

- Taylor, Charles (1994), *Multiculturalismo*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Traquina, Nelson (1993), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*, Lisboa, Vega.
- Tuchman, Gaye (1978), *Making news: a study in the construction of reality*, New York, Free Press.
- Tuchman, Gaye (2002), “As Notícias como uma realidade construída”, in João Pissarra Esteves, *Comunicação e Sociedade*, Lisboa, Horizonte.
- van Dijk, Teun (1988), *News as Discourse*. Hillsdale, NJ. Lawrence Erlbaum Associates.
- van Dijk, Teun (1991), *Racism and the Press*, London and New York, Routledge.
- van Dijk, Teun (1997), *Discourse studies: a multidisciplinary introduction*, Sage Publications.
- van Dijk, Teun (2000), *Ideology: a multidisciplinary approach*. London, Thousand Oaks and New Delhi, Sage Publishers.
- van Dijk, Teun (2003), *Ideologia y Discurso*. Barcelona, Ariel, 2003.
- van Dijk, Teun (2004), *Cognição, discurso e interacção*, São Paulo, Contexto.
- van Dijk, Teun (2005), *Discurso, Notícia e Ideologia: estudos na análise crítica do discurso*, Porto, Campo das Letras.
- van Dijk, Teun (2007), *Society in Discourse: How Context Controls Text and Talk*, Cambridge University Press.
- van Dijk, Teun (2007-b), *Discourse and Context: A sociocognitive approach*, Cambridge University Press.

Véron, Eliseu (1983), *Sémiotique II*, IREP, Paris.

Weber, Max (1989), *Economía y sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1989.

Whorf, B.L. (1956), *Language, thought, and reality*. Boston: MIT Press.

Ruth Wodak e Martin Reisigl (2001), “Discourse and Racism”, in Deborah Schiffrin, Deborah Tannen e Heidi Hamilton, *The Handbook of Discourse Analysis*, Blackwell Publishing.

Zoch, Lynn (2001), “What’s really important here? Media Self Coverage in Susan Smith Trial” In *Framing Public Life: Perspectives on Media and our Understanding of the Social World*, Ed. Stephen D Reese, Oscar H Gandy, and August E Grant. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

